

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ-CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
AGROALIMENTARES

MARIA ONICE ESTEVES

FORMAÇÃO PARA GESTORES DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS COM BASE
NOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: a experiência na Cooperativa
Agroextrativista Mista de Santo Antônio do Tauá

Castanhal – Pará

2016

MARIA ONICE ESTEVES

**FORMAÇÃO PARA GESTORES DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS COM BASE
NOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: a experiência na Cooperativa
Agroextrativista Mista de Santo Antônio do Tauá**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão em Empreendimentos Agroalimentares oferecido por esta instituição.

Orientação: Profa. Louise Ferreira Rosal

Castanhal – Pará

2016

E79f Esteves, Maria Onice

Formação para gestores de empreendimentos solidários com base nos pressupostos da educação do campo: a experiência na Cooperativa Agroextrativista Mista de Santo Antônio do Tauá. / Maria Onice Esteves. — 2016.
153 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Louise Ferreira Rosal

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2016.

1. Desenvolvimento rural – Santo Antônio do Tauá (PA). 2. Cooperativas. 3. Educação Rural. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. II. Título.

CDD: 307.1412098115

MARIA ONICE ESTEVES

**FORMAÇÃO PARA GESTORES DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS COM BASE
NOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: a experiência na Cooperativa
Agroextrativista Mista de Santo Antônio do Tauá**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão em Empreendimentos Agroalimentares oferecido por esta instituição.

Orientação: Profa. Louise Ferreira Rosal

Nota: 9,2 Conceito: Excelente

Data: 14/09/2016

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Louise Ferreira Rosal

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis

Prof. Dr. José Sebastião Romano de Oliveira

Castanhal – Pará

2016

Dedico este trabalho aos que lutam pelo desenvolvimento da Região Amazônica, mas de uma maneira justa, visando ao bem-estar de toda a sua população, respeitando sua diversidade e seus direitos de cidadãos.

Agradeço a todos os que direta e indiretamente participaram desta construção, especialmente aos colegas de pesquisa: Nancilene de Jesus Moraes Silva, Alanne Barbosa Maciel e Ingrid Viégas Pinto, cujas participações foram essenciais a este trabalho; aos profissionais das diversas áreas, principalmente à colega Profa. Dra. Gleice, que muito me incentivou a participar do programa de Pós-Graduação do IFPA; e, principal e primordialmente, aos cooperados da CAMTAUÁ, cuja participação conjunta tornou-o possível.

A todos os professores do IFPA, em especial Armando Lírio, Farid Eid, Maria José Barbosa, Adebaro Reis, Antonio Paraense e Mario Medice, com os quais pude enxergar uma Amazônia até então desconhecida; e, também, pelo carinho e pela confiança em mim depositada.

Ao Prof. Dr. José Sebastião Romano de Oliveira, por ter aceitado o convite para fazer parte da banca.

A minha orientadora Louise Rosal, pelo seu desprendimento em prestar um auxílio sempre necessário e bem-vindo.

“Há mais ideias na Terra do que os intelectuais imaginam...”

Michel Foucault

“Não há verdadeira educação sem ações, sem trabalho, e sem obras coletivas.”

Caldart

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Formação para gestores de empreendimentos solidários com base nos pressupostos da educação do campo: a experiência na Cooperativa Agroextrativista Mista de Santo Antônio do Tauá” teve como objetivo geral analisar os limites e as potencialidades existentes na gestão da Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá, para fundamentar a construção de uma proposta de formação continuada, com base nos pressupostos metodológicos da educação do campo, tendo como base os cooperados da CAMTAUÁ. A opção metodológica utilizada foi a da pesquisa participativa, com consequente abordagem qualitativa. Sua indicação para as investigações sociais é significativa, pois enfatiza a obtenção de resultados práticos, sendo, consequentemente, mais eficaz para a abordagem requerida. Procedeu-se, no entanto, inicialmente, à revisão bibliográfica acerca das categorias de análise: economia solidária, cooperativismo, gestão de cooperativa, planejamento, projeto pedagógico de curso. Utilizaram-se, ainda, o caderno de campo, as observações, questionários, entrevistas e as oficinas como instrumentos de coleta de dados. Verificou-se que os cooperados precisam desenvolver mais sua cultura organizacional; que há necessidade de ampliar o conhecimento nas áreas de comunicação, língua portuguesa e informática; que não se pode limitar o acesso dos cooperados aos cursos e atividades por nível de escolaridade; que o formato de oficina apresentou-se como o mais adequado. Recomenda-se que, para pesquisas futuras, o perfil seja mais detalhado, com informações maiores acerca do cotidiano e dos desejos dos indivíduos.

Palavras-chave: Cooperativismo. Educação. Projeto Pedagógico de Curso.

ABSTRACT

This work entitled "Training for managers of solidary enterprises based in assumptions of rural education: the experience in the Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antonio do Taua" aimed to analyze the limits and the potential for management of this enterprise, to support the construction of a proposal for continuing education, based on the methodological presuppositions of rural education, based on the members of CAMTAUÁ. The methodological approach was the participatory research, with consequent qualitative approach. His appointment to the social research is significant because it emphasizes the achievement of practical results, and therefore more effective for the required approach. It proceeded, however, initially, the literature review about the categories of analysis: social economy, cooperatives, cooperative management, planning, pedagogical project of course. They were used, although the field notes, observations, questionnaires, interviews and workshops as data collection instruments. It was found that the members need to develop more organizational culture; there is need to expand knowledge in the areas of communication, Portuguese language and computer; we cannot limit the access of them to courses and activities by level of education; the workshop format was presented as the most suitable. It is recommended, for future researches, that the profile be more detailed, with more information about the daily lives and desires of individuals.

Keywords: Co-operative. Education. Pedagogical Project of Course.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAMTAUÁ	Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
FIC	Formação Inicial e Continuada
INCUBITEC	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Nordeste Paraense
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária
PPES	Políticas Públicas de Economia Solidária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
Unasco	União Nacional de Cooperativas
CNCoop	Confederação Nacional das Cooperativas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CONSUP	Conselho Superior
VMS	Velhos Movimentos Sociais
NMS	Novos Movimentos Sociais
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNE	Plano Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
JUCEPA	Junta Comercial do Estado do Pará
QLICAR	qualidade, logística, inovação, custo/contrato, atendimento e relacionamento
RB	Repartição de Benefícios
SAF	Sistema Agroflorestal
CELPA	Companhia Elétrica do Pará
SAAP	Sistema de Abastecimento de Água do Pará
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Fundamentos do planejamento educacional de acordo com as concepções
Quadro 2	Características do Planejamento Educacional
Quadro 3	Quadro demonstrativo das atividades do Ciclo de Oficinas
Figura 1	Localização do município de Santo Antônio do Tauá no Estado do Pará
Figura 2	Sede antiga, bem menor que a sede atual
Figura 3	Nova sede construída, um dos bens adquiridos pela cooperativa após a celebração do contrato de RB com a Natura.
Figura 4	Canteiro de mudas da cooperativa quando já possuía mudas de nhandiroba de rama. Este espaço possui, de acordo com o entrevistado G., 400m ² de área.
Quadro 4	Equipe Gestora da CAMTAUÁ – 2014-2016
Figura 5	Os dois troféus de vencedor do prêmio Bio Qlicar “Comunidade Fornecedora” recebidos pela CAMTAUÁ, em 2012 e 2014, expostos na estante da sala de reuniões da cooperativa. Orgulho para a cooperativa ou uma maneira de manter o domínio?
Gráfico 1	Idade dos Cooperados da CAMTAUÁ
Gráfico 2	Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, segundo o local de residência
Gráfico 3	Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, segundo o estado civil
Gráfico 4	Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, pela quantidade de filhos
Gráfico 5	Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, pelo grau de instrução
Gráfico 6	Demonstrativo das Modalidades de Abastecimento de Água nas residências dos cooperados da CAMTAUÁ
Gráfico 7	Demonstrativo da principal fonte de renda dos cooperados da CAMTAUÁ
Gráfico 8	Quantitativo de pessoas por residência dos cooperados da CAMTAUÁ
Gráfico 9	Demonstrativo da renda mensal das famílias dos cooperados da CAMTAUÁ
Figura 6	Folha de participação de um cooperado acerca dos temas para os encontros do Ciclo de Oficinas. Encontro do dia 27/05. Acervo da pesquisadora
Figura 7	Parte teórica do Ciclo de Oficinas ministrado pela pesquisadora Alanne Barbosa Maciel. Acervo da pesquisadora
Quadro 4	Temas elencados pelos cooperados da CAMTAUÁ para serem discutidos durante o Ciclo de Oficinas
Figura 8	Trabalhando o tema solidariedade em grupo. Acervo das pesquisadoras
Figura 9	Cartaz construído pelos grupos. Acervo das pesquisadoras
Figura 10	Banner 1 e 2. Acervo da autora.
Figura 11	Banner 3 e 4. Acervo da autora.
Figura 12	Banner 5. Acervo da autora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	17
1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA	17
1.1.1. Empreendimentos Econômicos Solidários: as Cooperativas	22
CAPÍTULO 2 - A GESTÃO DE COOPERATIVAS E A FORMAÇÃO DE GESTORES	26
2.1. HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO	26
2.2. A GESTÃO DAS COOPERATIVAS	28
2.3. A FORMAÇÃO DE GESTORES DE COOPERATIVAS DO CAMPO	31
CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO E PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	34
3.1. NOÇÕES DE PLANEJAMENTO	34
3.2. O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	39
3.3. OS PRESSUPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	43
3.3.1.A força dos movimentos sociais no campo em prol do direito à educação	44
3.3.2.O debate educação rural ou do/no campo	46
3.3.3.Metodologia e Modo Organizacional Alternativo: a Pedagogia da Alternância	50
CAPÍTULO 4 – NO CHÃO DA COOPERATIVA: A PESQUISA	52
4.1. METODOLOGIA	52
4.2. SANTO ANTONIO DO TAUÁ E A CAMTAUÁ	55
4.2.1.O Município de Santo Antônio do Tauá	55
4.2.2.Histórico da Cooperativa	57
4.3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS	66
4.4. CURSO VIVENCIADO VOLTADO À GESTÃO DO EMPREENDIMENTO	76
4.5. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DO CICLO DE OFICINAS	83
4.5.1.A avaliação feita pelos cooperados	104
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	118
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO	119
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PERFIL	120
APÊNDICE C – PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	Erro! Indicador não definido.

ANEXO 1 – ATIVIDADE EM OFICINA	142
ANEXO 2 - ATIVIDADE EM OFICINA	143
ANEXO 3 – ATIVIDADE EM OFICINA	144
ANEXO 4 - ATIVIDADE EM OFICINA - DINÂMICA	145
ANEXO 5 - ATIVIDADE EM OFICINA	148
ANEXO 6 - ATIVIDADE EM OFICINA	150
ANEXO 7 - ATIVIDADE EM OFICINA	151
ANEXO 8 - ATIVIDADE EM OFICINA	152
ANEXO 9 - ATIVIDADE EM OFICINA	153

INTRODUÇÃO

Fazendo parte do contexto capitalista, o cooperativismo surge como uma iniciativa coletiva que não visa ao lucro, mas em primeira instância, busca satisfazer as necessidades de um dado grupo, sob a orientação de sua cultura local, permitindo-lhe acesso a bens e serviços a custos menores, de modo a gerar bem estar social, já que a aplicação dos excedentes das transações econômicas realizadas por seu intermédio é decidida pelo próprio grupo, destinando-se ao empreendimento ou ao local onde ele se insere, o que pode permitir uma distribuição de renda mais justa (SILVA; HOLZ, 2008).

A participação da Pedagogia nesse ponto específico reside na elaboração de cursos em conjunto com os participantes do grupo, na organização do trabalho pedagógico voltado para uma ação eficiente e eficaz, bem como na sua orientação, visto que cada grupo demanda maneiras diferentes de constituição e de necessidades de formação. Além disso, a área do conhecimento pedagógico também é capaz de auxiliar no desenvolvimento e/ou aplicação de metodologias adequadas, sem esquecer o mais importante: o resultado do trabalho precisa ser significativo, na medida em que deverá empoderar os sócios, para que eles possam ser capazes de elaborar, também, suas próprias formações internas.

Assim, justifica-se o projeto desenvolvido no que concerne ao estudo dos limites e das potencialidades da gestão de cooperativas que fundamente a construção de um Projeto Pedagógico de Curso, com base na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), que prevê que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica também oferecerão, para as comunidades, cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, dentre eles, cursos especiais voltados às demandas da sociedade, com vistas no fortalecimento comunitário e no desenvolvimento local.

De acordo com observações feitas em visita à Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá — CAMTAUÁ — com a turma de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA-Castanhal, compreendeu-se que os desafios maiores para a sobrevivência daquele empreendimento, residem, basicamente, em duas questões: gestão democrática e formação dos sócios, esta última implicando, também, a primeira. O

problema relacionado à gestão diz respeito ao comprometimento dos sócios e à disponibilidade pessoal e de tempo para gerir o empreendimento coletivamente, colocando em segundo plano sua propriedade, em certos momentos. Paralelamente, é difícil encontrar outros sócios para assumir a função em rodízio, mesmo porque muitos deles não se consideram capazes de assumi-la, residindo aí uma limitação que carece de ações no sentido de capacitar as pessoas para as funções que a cooperativa demanda.

Vale salientar que a cooperativa em questão já busca essa capacitação, pois faz parte do Programa de Incubação do IFPA, metodologia necessária, segundo Eid (2011) para a formação dos trabalhadores e no apoio ao empreendimento, de forma a superar o paradigma da fragmentação de saberes com vistas na ação interdisciplinar dos sujeitos que dele fazem parte. Este tipo de iniciativa — a incubação — busca impactar positivamente a qualidade de vida das pessoas envolvidas, embora o autor ressalte o caráter de novidade que ela carrega. O impacto esperado não se restringe, mas busca alcançar, notadamente, a autonomia das populações a que o processo atende.

Silva e Holz (2008) consideram essencial que as cooperativas estejam atualizadas no que concerne às ferramentas de gestão utilizadas pelas empresas capitalistas, e, para isso, precisam de formação continuada para construção de cultura e de identidade mais fortalecida, cujo esforço e embate, de preferência, se dê do interior do grupo de sócios, como resultado da relação entre eles, e entre eles e as pessoas e instituições de fora do empreendimento. Deste modo, com base nas observações apresentadas, questiona-se:

- Quais são as demandas apresentadas pelos cooperados no que se relaciona à gestão do empreendimento?
- Como se configuram as cooperativas no universo da economia solidária?
- De que deve se constituir um curso de formação inicial e continuada voltado à gestão de cooperativas, de modo a fazer conhecer as necessidades legais sem esquecer as dos cooperados?
- Qual o tipo de metodologia mais adequada para um curso desta natureza?

Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar os limites e as potencialidades existentes na gestão da Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá, para fundamentar a construção de uma proposta de formação continuada, com base nos pressupostos metodológicos da educação do campo.

Para tanto, elegeram-se como objetivos específicos: 1) compreender o conceito de cooperativa dentro do universo dos empreendimentos de economia solidária; 2) perceber o papel das cooperativas na promoção do desenvolvimento rural sustentável; 3) compreender as demandas próprias da gestão de cooperativas; e 4) propor um Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Gestão de Cooperativas, nos moldes de curso de formação inicial e continuada – FIC, apresentando uma proposta metodológica coerente com as demandas de populações do campo, tendo como base os cooperados da CAMTAUÁ.

A relevância da pesquisa aqui apresentada é, pois, significativa para a comunidade estudada, na medida em que buscou melhorar a atuação dos dirigentes da cooperativa no que diz respeito à gestão do empreendimento, bem como oferecer-lhes informações necessárias, contribuindo para sua formação continuada, construindo, em conjunto, instrumentos que lhes possibilitem replicar internamente a experiência, segundo suas necessidades.

Vale ressaltar, também a relevância social desta pesquisa, visto inserir-se num movimento em prol de um desenvolvimento rural sustentável voltado para uma das realidades amazônicas que ainda carece de compreender as vivências coletivas em sua várias vertentes como um exercício teórico-prático valioso no que concerne à valorização da cultura, da autonomia e da identidade aliada à construção de um olhar alternativo em direção a um crescimento econômico baseado nos valores de bem-estar coletivo, ainda que inserido em um contexto capitalista voltado para o acúmulo de capital.

Para a academia, sua importância não se torna menor, uma vez que exercita o fazer pedagógico em ambientes diferentes do da escola, tendo o movimento dialético entre os sujeitos como sua constituinte precípua, atividade considerada complexa, mas extremamente necessária à construção de uma educação que entende o bem-estar e o futuro como um direito de todos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela pesquisa participativa, com consequente abordagem qualitativa, pois oportuniza a interferência do pesquisado durante a sua vivência e visa à modificação social com sua ação integrada à ação do grupo que dela participa como sujeito de pesquisa. Sua indicação para as investigações sociais é significativa, pois enfatiza a obtenção de resultados práticos, sendo, conseqüentemente, mais eficaz para a abordagem requerida, além de deixar um legado concreto para as instituições ou grupos, articulando o viés político com o

pedagógico. (PINTO, 2014)

Com esta base metodológica, para iniciar a investigação propriamente dita, propõe-se uma revisão bibliográfica acerca das concepções de economia solidária e do lugar ocupado pelo cooperativismo nesse universo, bem como o levantamento teórico das demandas de uma cooperativa relativamente à sua gestão.

A metodologia, por sua vez, exige a participação com os cooperados nas vivências de gestão de cooperativa, para a qual elegeu-se a CAMTAUÁ, atendida pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Nordeste Paraense – INCUBITEC – da qual a pesquisadora faz parte e onde desenvolveu a etapa de Estágio requerida pelo curso de Mestrado Profissionalizante do Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. A cooperativa em questão foi escolhida como campo de observação e análise para servir de base para a elaboração participativa do Projeto Pedagógico de Curso, no formato de Formação Inicial e Continuada (FIC), por ter sido a ela direcionado o estágio acima referido.

Desse modo, como instrumentos de coleta de dados em campo, utilizaram-se o caderno de campo, questionários, observações e entrevistas, bem como pesquisa dos documentos da Cooperativa para a sua caracterização e contextualização. Foram considerados sujeitos da pesquisa os cooperados desse empreendimento. Além disso, como parte da metodologia, participaram das vivências outros profissionais das áreas das quais a gestão se compõe, para que se pudesse construir, em consonância com as demandas e desejos dos cooperados pesquisados, as ementas das disciplinas e/ou oficinas fundamentaram a construção do Projeto Pedagógico de Curso.

Os dados colhidos foram tratados, analisados e sistematizados nesta dissertação que vem apresentada em 4 capítulos.

O primeiro trata das bases da economia solidária e fala sobre os empreendimentos solidários, mais especificamente das cooperativas e suas características.

O segundo capítulo centra foco na gestão de empreendimentos, caracterizando a heterogestão e a autogestão, e falando acerca da gestão de cooperativas e da formação de gestores.

O terceiro capítulo traz as noções básicas de planejamento, caracterizando o Projeto Pedagógico de Curso com suas constituintes e discutindo, também, os pressupostos da educação do campo que embasam o produto deste trabalho.

O quarto capítulo trata da pesquisa e das vivências com as oficinas na Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá e as análises acerca dos dados colhidos durante esta experiência, após o que faz-se uma conclusão e apresentam-se os anexos e os apêndices, dentre os quais estão o produto de pesquisa, qual seja, um Projeto Pedagógico de Curso de Gestão de Cooperativas, considerando o que dispõem a Resolução nº 6/2012, no que diz respeito à oferta de cursos de formação inicial e continuada à comunidade, e a Portaria No. 1.568, de 3 de Novembro de 2011, que considera a necessidade de fomento à qualidade com cursos com carga horária a partir de 160h, com base numa proposta metodológica vivenciada na CAMTAUÁ, da qual se retiraram elementos de análise que permitiram que fosse melhorada e validada e, posteriormente, apresentada à INCUBITEC do IFPA, visando a fazer parte de suas ações, no sentido de instrumentalizar gestores de cooperativas por ela incubadas.

CAPÍTULO 1 - EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

No sistema capitalista, de uma maneira simples, a sociedade mercantil, cujas relações sociais se baseiam na compra e venda, há o desenvolvimento da dessocialização, do individualismo e da alienação, pois as relações entre as pessoas fora do ambiente familiar não precisam estar vinculadas a outras instâncias que não às relações de mercado: as pessoas são vistas como produtores, vendedores, compradores, trabalhadores, empresários, pois “a pedra de toque do capitalismo é a propriedade privada dos meios [...] ‘sociais’ de produção, ou seja, dos que só podem ser operados coletivamente” (SINGER, 2005, p. 13).

Além disso, a concorrência pode produzir falência de empreendimentos e desvalorização da força de trabalho, criando perversas desigualdades sociais, danosas às pessoas, mas essenciais para o sistema e para a regulação do mercado (PAIVA; CUNHA, 2008).

Nessa mesma linha de raciocínio, encontra-se Lisboa (2008), lembrando Karl Polanyi, ao demonstrar que, neste sistema, o valor de determinado bem aumenta quando existe a falta deste mesmo bem. Desse modo, a valorização da terra, por exemplo, ocorre também quando falta terra disponível; o mesmo acontecendo com relação ao trabalho, que se desvaloriza, quanto mais força de trabalho houver em disponibilidade.

Assim, um sistema que prometia a igualdade com a utilização de apenas uma condição de apropriação — o dinheiro — desencadeou uma desigualdade real, bem percebida por Marx e Engels em seus estudos, para quem seria necessária a criação de uma ordem social diversa (PAIVA; CUNHA, 2008).

Em busca de responder às demandas causadas pela desigualdade capitalista e baseada nos princípios da solidariedade e autogestão, a Economia Solidária se abre para as atitudes de cooperação, de participação democrática e de responsabilidade social e, por isso mesmo, à sua volta orbitam as questões ligadas ao uso consciente e sustentável do meio ambiente, das relações de gênero, do respeito às diferenças culturais e étnicas. Com este arcabouço, ela se posiciona como alternativa para o contexto de falência que se observa nos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade (FRANÇA FILHO, 2002).

No mesmo sentido, para Maria Nezilda, Koyama e Trindade (2010), “a economia solidária é um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão”. Sendo assim, direcionadas para esses quatro setores — produção, comercialização, finanças e consumo — podem ser encontradas múltiplas iniciativas organizacionais coletivas originadas com apoio e influência de movimentos sociais, incubadoras, igrejas, dentre outras que incentivam e fomentam a constituição de cooperativas baseadas na economia solidária, visando, principalmente, combater mazelas socioeconômicas e, até mesmo culturais, causadas pelo modo de produção capitalista.

Como muitas dessas iniciativas espalhadas pelo país, embora apenas conhecidas localmente, apresentem-se como importantes instrumentos no desenvolvimento de suas localidades, segundo os autores citados anteriormente, essas entidades de apoio, juntamente com os gestores governamentais têm-se articulado em redes e fóruns de economia solidária. Desde 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) desenvolve ações para seu fortalecimento. Foi criado, por exemplo, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, de Entidades de Apoio e Fomento à Economia. Constitui-se numa base nacional de informações que visa a contribuir “para a visibilidade e o fortalecimento e integração dos empreendimentos de economia solidária através do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização”. Desse modo, este instrumento passou a ser usado, também, “para o planejamento de políticas públicas e permitindo o início do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade do mundo do trabalho que até então não era captada nas pesquisas oficiais”.

O mapeamento da economia solidária — que permitiu que se criasse o sistema de informações — foi resultado de um grupo de trabalho composto por diversas entidades, num intercâmbio de experiências passando por discussões também no campo conceitual e metodológico, visto que para poder mapear seria necessário ter claro “o que” se deveria mapear, pois a ação deveria “contribuir para o desenvolvimento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitassem verificar a abrangência e potencialidades da economia solidária”.

Foram propostas diversas nomenclaturas para o fenômeno e citadas por Maria Nezilda, Koyama e Trindade (2010), tais como economia solidária,

socioeconomia solidária, economia popular solidária, economia dos setores populares, economia de comunhão, economia social, cooperativismo popular, dentre outras. À época, buscou-se traduzir as características comuns em uma concepção que as abrangesse de modo objetivo e que desse luz, também a sua importância política.

A diversidade de empreendimentos apresentava o desafio para a construção de um conceito síntese que incorporasse: a ação empreendedora coletiva (empreendimento), a atividade econômica (econômico), e os vínculos e valores sociais (solidariedade) (NEZILDA, KOYAMA E TRINDADE, 2010).

Deixando explícitos os valores e princípios da economia solidária — cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica —, o SIES passou a defini-la como o “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

Desse modo, pôde também ser definido o Empreendimento Econômico Solidário — unidade mais simples e concreta da Economia Solidária, e que possuem características essenciais: organizações coletivas de trabalhadores(as) que exercem a autogestão na realização de atividades econômicas de forma continuada ou permanente. Percebe-se, portanto, que não é a forma de constituição do empreendimento — associação, cooperativa... — que lhe dará a dimensão real de um empreendimento de economia solidária, mas as características que este empreendimento apresenta.

Naquele contexto, segundo os autores, foram definidas também as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) e as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES). As primeiras seriam as entidades que apoiam diretamente os empreendimentos econômicos solidários; e as segundas as ações desenvolvidas por órgãos governamentais municipal, estadual ou federal para fortalecer a economia solidária.

Nesse sentido, sem menosprezar as demais, considera-se fundamental a ação governamental em torno da economia solidária, aliada aos avanços organizativos da sociedade civil, pois no momento que a reconhece, ampara e fortalece retira-a de uma suposta clandestinidade e coloca-a no patamar que lhe dá a devida importância no campo econômico do país. Muitas pessoas que praticavam economia solidária sem sequer saber que o faziam puderam ser identificados dando-

lhes visibilidade para que pudessem ser social e publicamente reconhecidas. Com isso, pode-se pensar numa participação dessas iniciativas de economia solidária no campo de disputa por mercado, no contexto maior capitalista. Veja-se o pensamento de Pitaguary:

[...] solidariedade e comercialização em si, é um contrassenso. Mas pode existir a solidariedade interna de uma comunidade (como nos empreendimentos solidários) que se organiza para produzir para sua subsistência e até para competir em melhores condições com outras comunidades ou com o mercado capitalista. No limite, é possível estabelecer redes de comunidades cooperativas que podem adotar, entre si, critérios de comercialização considerados “justos” e “solidários”, inclusive como forma de fortalecimento mútuo para na disputa comercial com empresas capitalistas. (PITAGUARY, 2010, p. 88)

Vale aqui ressaltar as considerações de Singer apresentadas por Leite (2009), no que concerne às possibilidades de se constituir empreendimentos baseados na economia solidária. Nascida também da necessidade social, “como resultado da crise do trabalho assalariado”, há que se cuidar para que essas iniciativas não redundem num “simulacro”. Para ele,

a Economia Solidária não é uma receita que se aplica, dá certo e o sujeito já pode esquecer, ir para outra. É uma luta contínua: descobri que a luta pela democracia, pela igualdade provavelmente vai prosseguir sempre [...]. Acho que a democracia tem, junto com o cooperativismo, junto com as formas igualitárias, uma propensão à degeneração, portanto, é preciso lutar contra essa degeneração, é preciso regenerar essa democracia, eu diria, mais ou menos periodicamente (apud LEITE, 2009, p. 37).

Desse modo, entende-se, juntamente com Eid (2011), que, pelo viés da Economia Solidária, constrói-se, portanto, uma outra economia contraposta à do capital, e que se pode chamar de Economia do Trabalho, visto ser ele, o trabalho, o seu cerne, do que também compartilha Novaes (2012), quando entende que a economia solidária visa à libertação humana por meio do trabalho, o qual se desenvolve como uma alternativa às relações de trabalho capitalistas, ao nortear-se por práticas econômicas democráticas, coletivas.

Leite (2009), concordando com os pensamentos de Coraggio, também entende ser possível e necessária uma economia centrada no trabalho, e que empreendimentos assim embasados teriam como produto principal a própria sociedade, uma reprodução ampliada da vida — ideia que, segundo Lisboa (2008), é

compactuada por Polanyi —, portanto mais que mercadorias, fortalecendo as pessoas, não para substituir a economia centrada no capital de início, mas podendo vir a competir com ela. Pensamentos dos quais Novaes (2012) também compartilha.

Ou seja, a questão social e a humana se fazem mais relevantes que as questões pura e simplesmente econômico-capitalistas, para diversos estudiosos. Para Eid (2011), por exemplo, as demandas sociais devem ser colocadas em primeiro lugar: considera a ampliação de postos de trabalho em vez da ampliação do empreendimento; e a cooperação fundamentando uma racionalidade social e não simplesmente técnica.

Os estudos de Leite (2009), por sua vez, apresentam a percepção de que a economia é plural e admite as iniciativas com base na reciprocidade, emergentes das crises de mercado. Para este autor, duas características são fundamentais para os empreendimentos solidários: articulação de dinâmicas próprias da iniciativa privada, mas com objetivos sociais no cerne da ação econômica; e uma coordenação de alocação de recursos, alternativa capaz de reconstruir, em cooperação, a oferta e a procura (LEITE, 2009).

De todo modo, Eid (2012) aponta que, independentemente das características que assumam, a sobrevivência de empreendimentos solidários depende em grande parte de sua autonomia no que concerne a toda a cadeia de produção. Assim, no contexto do modo de produção capitalista, os empreendimentos baseados na economia solidária necessitam, também, lidar com o mercado, modelando-o, pelo menos internamente, de um modo particular:

[...] compreendendo-o enquanto um procedimento de trocas, na base de diferenças recíprocas, complementares e que estão marcados historicamente, pelo menos de forma predominante, na utilidade dos bens trocados. Interpretam que não são as pessoas que são trocadas, mas os bens são trocados, conforme interesses de cada uma das partes (EID, 2012, p. 1).

Este conceito, em prática, teria a possibilidade de minimizar problemas e diminuir a dependência de agentes exógenos, permitindo maiores ganhos, pois a lógica utilizada seria a do valor pela utilidade do bem.

1.1.1. Empreendimentos Econômicos Solidários: as Cooperativas

A prática cooperativa, de ideário associativista, segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), é antiga e remonta ao século XIX, desenvolvendo-se na Europa como alternativa tanto ao individualismo liberal¹ quanto ao socialismo centralizado². Iniciou, mais precisamente, na França — 1823 — por operários que, por causa das condições de trabalho, decidiram montar a própria fábrica e administrá-la coletivamente; e na Inglaterra — 1826 —, como resultado do empobrecimento de pequenos produtores camponeses que foram convertidos em trabalhadores das primeiras fábricas. O autor também ressalta que o modelo de cooperativa que ainda hoje se utiliza é inglês e nasceu com a constituição das cooperativas de consumidores de Rochdale — 1844 — que teve como objetivo procurar coletivamente produtos bons e baratos que pudessem satisfazer a necessidade dos trabalhadores que possuíam salários muito baixos aliados a uma condição de trabalho indignas.

Segundo Buitendijk (2014),

[...] o significado de cooperação é bem mais amplo e contempla inclusive as pequenas iniciativas de grupos de pessoas que veem nesta forma de organização um meio de constituir uma empresa de forma que legalize seus negócios, e oportunize que se institua empresas coletivas para diluir seus custos e encargos fiscais, mesmo que estas não possuam grande estrutura física, funcional e de funcionários. (p. 14)

Desse modo, como afirma também Oliveira (2014), as cooperativas se constituem em locais onde há o exercício da sociabilidade e o cooperativismo aparece como um modo de organização do trabalho, que objetiva resolver problemas sociais gerados pelo sistema capitalista, configurando-se como política pública e experimentação social.

No entanto, apesar de sua crescente aceitação como alternativa possível, o cooperativismo é considerado um sistema instável, com grande possibilidade de fracasso, por conta de sua estrutura interna. As decisões a serem tomadas precisam ser coletivas, o que retarda as ações. Há também, muitas vezes, insatisfação com relação ao valor do voto de cada membro, que é o mesmo, ainda que tenha havido

¹ John Locke concebeu os direitos naturais do indivíduo como cerne do estado civil, quais sejam o direito à vida, à liberdade e à propriedade (MELLO, 2011, p. 70)

² “Sistema de acumulação centralizado em competição com o modo de produção capitalista, visando alcançar o mais eficiente e célere desenvolvimento das forças produtivas” (PRADO, 2014, p.73).

investimento maior por parte de algum associado. Além disso, em determinadas circunstâncias, com o crescimento potencial do empreendimento, existe a necessidade de investimentos cada vez maiores, o que, por vezes, está acima das possibilidades de todos ou de alguns dos associados. Esses fatores podem estremecer as bases da empresa, fazendo com que esta perca a confiança de seus membros e finde suas atividades (SANTOS, 2002).

Entretanto, apesar das fragilidades, são inúmeras as vantagens do cooperativismo. As cooperativas se organizam com base em princípios não capitalistas, mas, em contrapartida, operam em uma economia de mercado. Esses princípios são sete: as cooperativas devem estar sempre abertas para novos sócios que dela queiram participar; as decisões são coletivas e cada membro tem direito a um — e apenas um — voto; os membros possuem a mesma participação econômica; o empreendimento possui autonomia e independência com relação a qualquer instituição; deve haver cooperação entre cooperativas; o empreendimento deve contribuir com o desenvolvimento de sua comunidade; e deve se responsabilizar pela educação de seus membros. Esses princípios baseiam-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (BIRCHALL, 1997 apud SANTOS, 2002).

Além disso, Boaventura de Sousa Santos (2002) considera que esse tipo de empreendimento pode dar respostas eficientes às condições do mercado volátil global, pois sua tendência é ser mais produtivo que as capitalistas, na medida em que seus trabalhadores possuem mais incentivo para esforçarem-se no trabalho, diminuindo também custos como, por exemplo, com a supervisão de desempenho dos empregados, que são altos nas empresas capitalistas.

Outra vantagem se encontra na estrutura interna com relação às funções exercidas na cooperativa — participação de todos, na vida da cooperativa, inclusive com formato de rodízio para a diretoria, ampliando o alcance da democracia e da cidadania no interior do empreendimento — e suas relações com os demais segmentos sociais, em rede de cooperação, formada por pessoas, empresas e instituições dos mais variados tipos, contando também com políticas de apoio. Isso lhe concede a flexibilidade necessária (PIORE; SABEL, 1984, apud SANTOS, 2002) para atuar num mercado de constantes mudanças, como o hodierno.

Além disso, as empresas cooperadas tendem, ainda, a diminuir as desigualdades sociais, estimulando o crescimento econômico local, regional e

nacional, gerando, também, diversos benefícios não econômicos, de acordo com o autor, visto que como diz Büttenbender et al (2014), os excedentes gerados pela cooperativa

tendem a ser reinvestidos em sua maior parte no próprio local onde vivem e atuam os associados. Assim, as cooperativas, além de serem um importante meio de distribuição social/pessoal da renda, são um dos mais eficientes instrumentos de distribuição regional da renda. (BÜTTENBENDER et al, 2014, p. 15)

Vale salientar que, legalmente, segundo o *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2015), para serem considerados Empreendimentos Econômicos Solidários as organizações precisam apresentar determinadas características, algumas ainda não explicitadas neste texto, principalmente de organização interna.

Em primeiro lugar, são empreendimentos coletivos e permanentes, criados e autogeridos pelo coletivo de seus sócios, não importando sua origem — quer urbana, quer rural. Essas organizações precisam, ainda, ser suprafamiliares, ou seja, “não podem ser formadas só por membros de uma mesma família (pai, mãe, filhos, filhas)” (PINTO; MOREIRA, 2010, p. 8), destinadas a realizar “atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito [...], de comercialização [...] e de consumo solidário”. Podem ser, ainda, classificadas em singulares ou complexas. Destas últimas fazendo parte as centrais de associações ou de cooperativas, os complexos cooperativos, as redes de empreendimentos (BRASIL, 2015).

Podem-se, ainda, citar os ramos do cooperativismo no Brasil, ou seja, as áreas de atuação nas quais as cooperativas podem ser inseridas. São treze: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo e Lazer

No Brasil, os interesses das cooperativas são defendidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, órgão máximo de sua representação em nível nacional, criado em 1969, fundindo, por decisão das próprias cooperativas, a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco).

De acordo com o *site* da organização, esta tem por missão “promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, por meio da representação político-institucional”, trabalhando para que, em 2025, o

cooperativismo seja reconhecido pela sociedade, demonstrando-se competitivo, íntegro e capaz de promover a felicidade dos membros das cooperativas. Desse modo, atua em consonância com a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e suas representações estaduais.

Em nível estadual, no caso do Pará, a política de apoio ao cooperativismo foi instituída pela Lei 7780, de 26/12/2013 (PARÁ, 2013), havendo também ações do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará (OCB-PA), — havendo uma em cada estado e, por isso, também chamada de Organização das Cooperativas Estaduais — tendo como missão ser referencial do cooperativismo do Estado do Pará, de sua identidade, estimulando a intercooperação e ampliando a sua participação socioeconômica.

Tanto em nível estadual como nacional, a OCB tem como parceiro o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), uma instituição jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que foi criada pela Medida Provisória 1.715/98 e pelo Decreto 3.017/99.

Esta instituição é integrante do Sistema "S", sendo responsável pela capacitação profissional, monitoramento e promoção social dos cooperados, bem como dos seus familiares e dos trabalhadores das cooperativas. Portanto, há, como nas demais instituições do Sistema "S", o SESCOOP Nacional e os Regionais (OCB, 2012).

Vale salientar que esses órgãos nacionais estão vinculados à Aliança Cooperativa Internacional (ACI)³, que trabalha com governos e organizações globais e regionais para criar os ambientes legislativos que permitem às cooperativas formação e crescimento. Para o público, a Aliança promove a importância do modelo de negócios baseado nos valores cooperativistas. Sua estratégia global visa tornar as cooperativas o tipo de empreendimento de mais rápido crescimento já na década de 2020.

³ The International Co-operative Alliance works with global and regional governments and organizations to create the legislative environments that allow co-operatives to form and grow. [...]Towards the public, the Alliance promotes the importance of co-operatives' values-based business model. The Alliance has made available its global strategy for co-operatives to become the fastest growing form of enterprise by 2020. (ICA, 2016 – tradução própria)

CAPÍTULO 2 - A GESTÃO DE COOPERATIVAS E A FORMAÇÃO DE GESTORES

2.1. HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO

Freitas, Gehrke e Drews (2011) trazem a preocupação com a condição das organizações pequenas e médias, principalmente as agropecuárias, diante da competitividade do mercado. Mesmo sendo inegável a importância de todas as organizações para a vida contemporânea, pois são elas que atuam nas diversas áreas humanas e geram riquezas, elas buscam cada vez mais as parcerias para poderem transpor as crises e os demais problemas de uma economia cada vez mais globalizada e que as põem em constante ameaça no que concerne a sua sobrevivência.

Desse modo, a gestão das diversas organizações existentes, com mais necessidade as que se enquadram como menores — e por isso mesmo, mais frágeis —, se coloca como ponto de atenção crucial, de modo a fazer com que os processos internos e os relacionamentos externos conduzam-nas à condição de estabilidade, com sua consequente sobrevivência. E quando se fala em gestão, fala-se em ações voltadas para que os empreendimentos possam alcançar as suas metas e seus objetivos, nessa equação também entrando as relações de poder neles existentes e que fazem com que essas ações tomem forma e conteúdo.

Assim como a natureza se impõe aos seres humanos como um outro implacável que limita as possibilidades daquilo que se pode ser e fazer (e ao mesmo tempo constitui aquilo que é “humano”), as instâncias de poder também se apresentam como formas de coerção em relação à sociedade ou ao grupo, na medida em que impõem limites para sua ação. (OLIVEIRA, 2014, p. 21)

É este “outro” comparado à natureza por Oliveira (2014) na citação acima, o fundamento do que se pode chamar de “heterogestão” e que é “um dos elementos básicos que constituem as relações de trabalho nas sociedades capitalistas. [Ou seja,] o governo de uns por outros que já não se reconhecem mais nos primeiros” (OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Pressupõe, portanto, a separação entre aqueles que *ordenam e idealizam* e aqueles que *obedecem e agem para que os objetivos dos que idealizam se concretizem*. Dessa maneira, as vontades e os ideias daqueles que vendem sua força de trabalho só são levados em consideração na medida em que se coadunam com

aqueles pensados pelos idealizadores. Falar em heterogestão implica, por conseguinte, falar em heteronomia e também em monopólio de informações. Assim sendo, numa empresa heterogestionária,

A gestão cria as condições para que a produção ocorra do modo como planejado pelos empreendedores ou pelos seus representantes e lança mão de mecanismos de controle, quer eles sejam coercitivos ou simbólicos, sobre os produtores para que isso se efetive. [...] [E] constitui-se como uma instância de poder exterior à produção. (OLIVEIRA, 2014, p. 22)

De modo contrário, falar em autogestão implica falar em autonomia, ou seja, “compreender o poder como imanente ao próprio grupo” (OLIVEIRA, 2014, p. 23). Ou seja, as instâncias de poder não são externas ao grupo nem mesmo estranhas a ele, ele — o grupo como entidade — a instância de poder por excelência. Assim sendo, não se pode considerar que exista uma maneira correta, um manual ou uma fórmula para a autogestão, pois cada grupo possui sua identidade e sua forma de atuar em sociedade.

A autogestão é, ao mesmo tempo, um conjunto de princípios e de práticas sociais. Como princípios — de igualdade, de autonomia, de autogoverno, de não hierarquia —, é através de práticas sociais concretas que ela adquire materialidade. Há uma longa história de invenção da autogestão e de construção de artefatos sociais que tentam fazer dos princípios ações. A assembleia, o voto, as comissões, por exemplo, são criações que tentam dar conta de conferir vida, continuidade e coerência à autogestão. (OLIVEIRA, 2014, p. 23)

Não significa dizer que os conflitos tendem a se acabar quando a autogestão se concretiza. Muito pelo contrário. Ela é um processo sempre em construção, pois requer diálogo, debates, negociações; e, por isso mesmo, é o espaço onde os conflitos emergem e onde há sempre embates, o que confere a todos não só a partilha das conquistas, mas também a partilha das responsabilidades com as decisões, pois estas não foram delegadas a pessoas estranhas ao grupo, externas a ele.

Observe-se, ainda, que a citação de Oliveira, acima, diz que um dos princípios da autogestão é a não hierarquia. Isso pressupõe dizer que, mesmo havendo um representante do grupo, este coloca em prática não suas próprias decisões, mas as decisões do grupo, após deliberações durante reuniões.

Este representante, portanto, não é hierarquicamente superior aos demais membros do grupo, nem tampouco, falando-se de empresas, o patrão dos demais ou aquele que possui o monopólio das informações e do conhecimento. Existe, apenas,

como um agente que exterioriza o pensamento do grupo, disseminando informações, sendo um catalisador de oportunidades para o desenvolvimento do grupo e ajudando-o a pôr em prática algumas ações; e não como centralizador de decisões.

De todo modo, a autogestão é um dos princípios fundamentais das cooperativas e ela precisa contar com os instrumentos próprios que ajudam a colocar em prática as atividades da empresa.

2.2. A GESTÃO DAS COOPERATIVAS

Num mercado classificado como volátil e mutável, é muito difícil os empreendimentos, sejam eles capitalistas ou solidários, estarem preparados para as vicissitudes que aparecem a todo instante. Para se tornarem competitivas, além das possibilidades das parcerias que podem ser conquistadas, é preciso, ainda, que as empresas sejam flexíveis e tenham a possibilidade de se adaptar com rapidez (SERTEK, 2011).

A gestão de uma cooperativa, neste cenário, não pode prescindir de tecnologias gerenciais que estejam em consonância com as características tanto do empreendimento quanto das pessoas que o compõem, em sua prática de gestão, também levando em consideração todo o contexto espaço-temporal em que se encontra. Do mesmo modo, é preciso considerar, ainda, a clientela que a cooperativa atende.

Assim, Avelar et al. (2010) consideram ser necessário estabelecer estratégias importantes para o gerenciamento das cooperativas, estando todas elas dependentes do conhecimento adequado do empreendimento e de suas nuances. Depreende-se, portanto, que o que importa, na verdade, para os autores, é a utilização de técnicas e de ferramentas de gestão que melhor atendam as demandas do empreendimento, não importando o quão antigas ou novas elas se apresentem, bastando que os princípios de gestão democrática próprios de uma cooperativa estejam sempre presentes. Lembra-se aqui da utilização de rodízio para a diretoria, com eleições de acordo com o estatuto da organização. Isso não significa que não possa haver participação de pessoas externas à cooperativa, principalmente nas questões técnicas, para as quais os sócios não estejam ainda preparados.

Sertek (2011) nos lembra que atender às demandas das pessoas não é uma tarefa fácil e uma cooperativa precisa levar em consideração não só aquilo que sua

clientela quer, mas também o que seus sócios desejam e precisam, pois eles podem ser, inclusive, clientes da cooperativa, e as necessidades, a coordenação de ações e a satisfação são elementos centrais da vida de qualquer organização.

Desse modo, portanto, é preciso que todos na cooperativa compreendam, em primeiro lugar, que aquela organização é uma associação de pessoas, mas é também uma empresa que possui regras, quais sejam os princípios do cooperativismo, já citados anteriormente. Outro aspecto a ser considerado é a clareza para todos da missão que foi pensada pelo grupo para o empreendimento e de como ele se insere no mercado.

Além de todos esses aspectos levantados, compreende-se, juntamente com os estudos de Avelar et al. (2010) que a gestão de cooperativas, para ser eficiente, precisa, antes de tudo, promover uma boa comunicação de seus fazeres entre seus membros; e entre ela e sua clientela. Além disso, precisa pensar em estratégias para a redução de custos. Outro fator que pode ser de grande ajuda é estabelecer um número de objetivos reduzido e metas alcançáveis, de modo a aumentar a possibilidade de atingi-las.

Por último, deve-se lembrar que um dos princípios do cooperativismo é a responsabilidade com a educação dos cooperados, pois esse fator será um dos promotores da autonomia do empreendimento, na medida em que trabalha em prol da qualificação de seus membros, auxiliando, assim, a autonomia individual, pois a cooperativa, segundo Buttenbender et al (2014, p. 15),

pode constituir-se numa das melhores escolas de democracia e de participação. É a expansão da cidadania/democracia do campo meramente político eleitoral, para o campo econômico e social. A democracia liberal-representativa que verificou muito avanços nos últimos 200 anos, mas apenas no plano político representativo, agora deve fazer avançar a democracia ao plano econômico e social das sociedades.

Sendo assim, os constantes ciclos de formação, de qualificação técnica, de troca de experiências tanto internas como com instituições externas de apoio, sejam governamentais ou não, são imprescindíveis para que a cooperativa se mantenha atualizada e em constante movimento de ascensão, trazendo melhorias em todos os campos para seus cooperados.

No entanto, não se constitui numa tarefa fácil, principalmente quando se trata de uma cooperativa composta por trabalhadores do campo, acostumados com a lida

na sua terra. Muitos deles não confiam que podem conseguir ajudar a gerenciar o empreendimento, tendendo a deixar nas mãos de outras pessoas a sua gestão.

Para essas pessoas que, por diversas razões, não confiam em sua própria capacidade de gerenciamento, a gestão da cooperativa é um desafio muito grande. Além disso, a falta de tempo para estar presente em reuniões, aliada, muitas vezes, com as dificuldades de relacionamento no grupo, diminuem a vontade de participar desses momentos.

Em paralelo, os ciclos de formação vivenciados com essas pessoas, trazidos por universidades ou outras organizações, podem apresentar, muitas vezes um estudo desvinculado da realidade desses sujeitos. E quando se fala em “realidade” não se quer aqui dizer que essas formações não citam os elementos vocabulares próprios daquela comunidade, mas quer-se dizer, primordialmente, que elas não envolvem os sujeitos em suas demandas e capacidades reais de compreensão dos fatores envolvidos.

Desse modo, uma formação contínua do grupo que abranja todos os cooperados — ou, pelo menos, sua maioria, e também os filhos e filhas — torna-se imprescindível para que eles venham a compreender os mecanismos de gestão da cooperativa. Mas não só para isso: para que eles possam, cada vez mais em contato uns com os outros, desenvolver e promover a cultura organizacional tão importante para a sobrevivência do empreendimento, planejando e executando, também, ações culturais paralelas e otimizando seu modelo de gestão. Segundo Buttenbender et al, a cooperativa

para otimizar seu modelo de gestão próprio, deve procurar fortalecer sua cultura organizacional que envolve a formação de valores, mecanismos de integração entre áreas e processos que lhe permita se adequar às constantes mudanças e competitividade do mercado. (2014, p. 16)

Ou seja, fortalecer o modo como vive e como a cooperativa se pensa dentro do contexto em que atua. Para isso, não há outra forma senão o convívio entre os cooperados e a gestão dos conflitos gerados durante esse convívio, afinal de contas, como bem diz Singer (2005, p 15), “a fronteira que separa a vida pessoal e íntima de cada um de seu envolvimento profissional é tênue, na medida em que a solução de problemas pessoais depende de decisões tomadas pelo coletivo de sócios”.

2.3. A FORMAÇÃO DE GESTORES DE COOPERATIVAS DO CAMPO

Estando imersos em uma lógica capitalista, não é simples superar a competição pela solidariedade e a cooperação. É forçoso, portanto, reconhecer, assim como diz Singer (2005) que “a prática da Economia Solidária nada tem de natural” e isto se constitui em um grande desafio pedagógico quando se considera a formação de gestores de cooperativas.

Além disso, a importância do campo para o país evidencia a urgência de que suas especificidades sejam cada vez mais levadas em consideração e articulem-se às demais áreas de conhecimento para que, deste diálogo, surjam novos saberes que sejam capazes tanto de resolver determinadas demandas locais quanto de desenvolver as potencialidades dos sujeitos que ali vivem.

Para tanto, faz-se necessário superar a visão de que o campo é apenas um espaço de produção voltada para as necessidades urbanas, reconhecendo-lhes o valor de seu *modus vivendi* como reflexo e produção contínua de cultura, de trabalho como transformação da natureza e da sociedade.

Já existe a formação de gestores em nível tecnológico e bacharelado em universidades públicas e particulares, já que o tema está em foco, não só em nosso país. No entanto, a formação de gestores de cooperativas do campo que aqui se propõe, está intrinsecamente ligada ao fazer local das mesmas cooperativas e em consonância com sua cultura e suas demandas.

Portanto, visa, neste sentido e nesta direção, a fazer com que o sujeito do campo compreenda a importância de continuar a desenvolver a lógica solidária para superar as dificuldades geradas pela competição capitalista, valorize seu saber e compreenda que ele, como qualquer outra pessoa, seja ela escolarizada ou não, tem a possibilidade de aprender sempre, a partir de seu conhecimento prévio e do de seu grupo/comunidade; bem como o privilégio de aprender ensinando-aprendendo com os outros.

Dessa forma são tão importantes para a formação dos grupos [...] certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. E, ao fazê-lo, devem ir, com a indispensável ajuda do educador, superando o seu saber anterior, de pura experiência feito, por um saber mais crítico, menos ingênuo. O senso comum só se supera a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele. (FREIRE, 2001, p.16)

Isto é, possibilitar a este trabalhador, a apropriação da visão global da geração e das consequências de todo o processo de produção que realiza com seu trabalho; e mesmo para que ele possa propor e estudar transformações desse mesmo processo, numa realimentação constante de seu desenvolvimento técnico, teórico e prático.

O reconhecimento e/ou descoberta das habilidades pessoais — bem como o desenvolvimento delas — em prol do grupo e de si próprio, só pode advir do contato dialético com o mundo que se desconhece e com aquele que se pensa conhecer, assumindo o risco e a beleza de se saber um aprendiz de universos.

Acredita-se que este exercício, originado da consciência da necessidade de aprendizagem constante, pode ser capaz de alavancar a vida das organizações cooperativas para que elas possam, dentre outras vitórias, conseguir vantagens competitivas também.

Como as cooperativas necessitam ser autogestadas, sua gestão torna-se um desafio, principalmente porque a prática solidária não é natural, já que a economia que vivenciamos é a capitalista, e as pessoas foram educadas nessa lógica: da competição, do individualismo. As pessoas, portanto, precisam ser reeducadas coletivamente.

Além disso, os laços de confiança e de afetividade precisam ser cuidados para que a gestão do empreendimento possa se dar da maneira como deve (SINGER, 2005). Uma formação, então, para gestores de cooperativas não pode prescindir de levar em consideração detalhes como esses, se quiser ter sucesso: deve contribuir para a reeducação coletiva das pessoas e para o fortalecimento dos laços de afetividade e confiança entre os cooperados.

Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros. (SINGER, 2005, p. 16)

Entende-se, portanto, que apesar de válidas e oportunas, as formações para gestão de cooperativas, sejam as oferecidas pelas instituições públicas ou particulares, em cursos tecnológicos ou bacharelados, sejam os oferecidos pelas incubadoras, precisam dar mais ênfase ao caráter prático do fazer cooperativo do que ao caráter teórico-científico dos cursos que estão habituados a oferecer.

Desse modo, a criação de cursos de gestão de cooperativas, tendo o chão da cooperativa como fundamento para sua construção importa, na medida em que se multiforma sob a égide cultural dos indivíduos em comunidade, tomando a participação efetiva como norteador de metodologias e conteúdos, não no sentido de lhe reduzir em termos de cientificidade, como uma “resposta menor qualquer” para os indivíduos do campo, mas como uma oportunidade de construir um estudo significativo e real das possibilidades e dos limites de um dado empreendimento.

CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO E PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

3.1. NOÇÕES DE PLANEJAMENTO

Como o produto deste trabalho se constitui no resultado de um planejamento⁴, faz-se necessário refletir um pouco acerca da ação de planejar. Para Libâneo (2004), o planejamento é ação consciente e está presente no dia a dia de qualquer pessoa. De modo semelhante, para Evangelista (2011), é uma prática inerente ao ser humano. Em suas palavras:

Pode-se afirmar que a origem do planejamento está intimamente ligada ao ser humano, ou seja, é uma prática inerente ao ser racional que desde os primórdios da história da humanidade, quando habitava as cavernas, produzia e usava ferramentas (pedras e madeiras), caçava para alimentar-se e utilizava as peles de animais como proteção. A descoberta do fogo deu mais poder de ação e criação para planejar mudanças e iniciar migração de um continente para outras regiões, provocando alterações no seu modo de vida. (EVANGELISTA, 2011, p, 55)

Para esta autora, o planejamento surge, na verdade, a partir da necessidade de organizarem-se ações e relações sociais, pois é no seio da sociedade que vive o ser humano, precisando estabelecer interações com outros dentro do grupo, assim fortalecendo a si e ao coletivo, o que é fundamental para seu aprendizado e seu desenvolvimento.

No entanto, apesar de estar intimamente ligado à natureza de ser e de se fazer o humano, foi a partir das duas grandes guerras que as técnicas de planejamento ganharam caráter formal e decisivo, iniciando-se com a área bélica e passando para as outras áreas de atuação humana, como agricultura, habitação, indústria, comércio, dentre outras.

Na administração, as ideias de Taylor, o pai da administração científica, antecederam a chamada “administração por objetivos”, pensada por Drucker na década de 1960, considerada revolucionária. E partindo daí, surge a noção de planejamento estratégico, que

é o processo de especificação bem definido dos objetivos da organização e das decisões, ações e programas que abrangem o composto da empresa. [...] O planejamento estratégico é uma atividade administrativa que tem como

⁴ Um Projeto Pedagógico de Curso de Formação Inicial e Continuada para Gestão de Cooperativas, como se verá mais adiante, é um documento que sistematiza um planejamento.

objetivo direcionar os rumos da instituição de qualquer estrutura e dar sustentabilidade as organizações seja qual for sua natureza. (EVANGELISTA, 2011, p. 56-57).

Além do planejamento estratégico, segundo Paula (2015), existem, ainda, o planejamento tático e o operacional. Nas empresas capitalistas, por sua natureza heterogestionária, essas fases estão direcionadas aos segmentos hierarquicamente distribuídos. Para Salgado,

Planejar é função de todos os administradores em uma organização, porém o caráter e a amplitude do planejamento variam com a sua relação autoridade-responsabilidade e com a natureza das diretrizes e planos esboçados por seu superior hierárquico. Portanto, a natureza e o período de tempo do planejamento mudam à medida que os administradores ocupam níveis hierárquicos superiores ou inferiores na organização. (SALGADO, 2003, p. 8)

Assim, o planejamento estratégico deve ser da alçada do mais alto grau hierárquico da empresa, a alta administração, quando se utiliza o enfoque heterogestionário.

Ainda sob este enfoque, o planejamento tático, conforme estabelece Paula (2015), estaria a cargo da média administração, no caso, os gerentes, por exemplo, e convertem-se em planos de médio prazo, sendo direcionado aos departamentos ou áreas daquele determinado empreendimento, detalhando meios para obtenção dos objetivos e das metas estabelecidas pelo planejamento estratégico da empresa. Seriam eles os planejamentos de marketing, os de produção, os de pessoal, o que resulta no planejamento financeiro empresarial, com o panorama de entradas e saídas para o período que está sendo planejado, lembrando-se que estes planejamentos também possuem seus objetivos, mas sempre relacionados aos já estabelecidos pelo estratégico.

O planejamento operacional, por sua vez, de acordo, ainda, com Paula (2015) é feito para um curto prazo sendo de responsabilidades de supervisores. Possui as definições de métodos, processos e sistemas que serão utilizados para alcançar paulatinamente os objetivos pensados no planejamento estratégico e no tático aos quais é subordinado, observando objetivos mais específicos e com muito mais detalhes, especificando todas as pessoas que estão envolvidas no processo, com suas responsabilidades, atividades, funções e divisão das tarefas. Neste

planejamento também constam os equipamentos e os recursos financeiros necessários ao plano.

Vale salientar que, de acordo com Salgado (2003) os planejamentos de curto prazo podem ser feitos para um dia até um ano. Os planejamentos de médio prazo estabelecem ações para um espaço de tempo de um a três anos. Já o planejamento estratégico, a longo prazo, envolve atividades a partir de três anos de antecedência, havendo a existência, de acordo com o autor, de projeções para 25 anos ou mais anos.

De acordo com esta autora, o planejamento é essencial para a vida e o fortalecimento da empresa:

Sem planos, os administradores não podem saber como devem organizar as pessoas e os recursos; podem até mesmo não ter uma ideia clara sobre o que precisam organizar. Sem um plano, não podem liderar com confiança ou esperar que os outros o sigam. E sem um plano, os administradores e seus seguidores têm pouca chance de alcançar seus objetivos ou de saber quando e onde saíram do caminho. Frequentemente, planos falhos afetam a saúde de toda a organização. (SALGADO, 2003, p. 6)

Da esfera administrativa, as ideias das técnicas e teorias de administração por objetivos passaram ao âmbito de diversas outras esferas, inclusive a do ensino sistematizado.

Nesta área, o planejamento é considerado um processo que racionaliza, organiza e coordena as atividades do professor e/ou da escola, articulando-as com o contexto existente, pois os sujeitos do fazer educativo participam da dinâmica social, em cujo seio interligam-se a cultura, a economia, a política, enfim, todas as áreas de atuação humana.

Para Padilha (2003), vislumbrando com mais ênfase o planejamento na esfera educacional,

[...] a atividade de planejar é atividade intrínseca à educação por suas características básicas de evitar o improviso, prever o futuro, de estabelecer caminhos que podem nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, especialmente quando garantida a socialização do ato de planejar, que deve prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação. (PADILHA, 2003, p. 45)

Para este autor, utilizar-se das teorias da administração dentro da escola é uma questão bastante complexa e controversa, podendo causar inversão de valores.

No entanto, não se pode fugir aos contextos vivenciados em cada época, nem tampouco ao contexto que hoje vivemos.

Em Padilha (2003), podem-se encontrar as características dos fundamentos do planejamento educacional de acordo com as concepções que apareceram em épocas distintas, mas que continuaram a existir, mesmo tendo outras concepções surgido. Ressalta-se que, hoje em dia, podem ser encontradas todas elas em nossa sociedade, embora se queira dar mais ênfase à Mayoista, principalmente no que concerne às noções contemporâneas de gestão participativa na escola (Quadro 1).

Quadro 5 – Fundamentos do planejamento educacional de acordo com as concepções

CONCEPÇÕES	CARACTERÍSTICAS
Clássica	Divisão pormenorizada, hierarquizado verticalmente, com ênfase na organização e pragmático.
Transitiva	Planejamento seguindo procedimentos de trabalho, com ênfase na liderança
Mayoista (Gedorge Elton Mayo)	Visão horizontal, com ênfase nas relações humanas, na dinâmica interpessoal e grupal, na delegação de autoridade e na autonomia.
Neoclássica (objetivos)	Pragmática, racionalidade no processo decisório, participativo, com ênfase nos resultados e estratégia de corporação.

Fonte: Padilha (2003, p. 58)

Além das concepções de planejamento, podem-se determinar as suas características, de acordo com determinadas categorias, quais sejam: os níveis do planejamento, quanto ao tipo de processo, quanto aos prazos e quanto ao método.

Observe-se o quadro a seguir (Quadro 2), elaborado por Padilha (2003) — também apresentado por EVANGELISTA (2011) — e que aponta as características do planejamento educacional por categorias:

Quadro 6 – Características do Planejamento Educacional

CATEGORIAS	TIPOS	CARACTERÍSTICAS
NÍVEIS	1. Global	Para todo o sistema
	2. Por setores	Graus do sistema escolar
	3. Regional	Por divisões geográficas
	4. Local	Por escola
ENQUANTO PROCESSO	1. Técnico	Por utilizar metodologia de análise, previsão, programação e avaliação.
	2. Político	Por permitir a tomada de decisão.
	3. Administrativo	Por coordenar as atividades administrativas
	4. Sistêmico ou Estratégico	Visão total do sistema educacional; sentido amplo: (recursos X oportunidades)
	5. Tático	Abrange todos os projetos e ações detalhadas e subordina-se ao Planejamento Estratégico
QUANTO AOS PRAZOS	1. Curto prazo	1 a 2 anos
	2. Médio prazo	2 a 5 anos
	3. Longo prazo	5 a 15 anos
ENQUANTO MÉTODO	1. Demanda	Com base nas demandas individuais de educação
	2. Mão de obra	Com base nas necessidades do mercado, voltado para o desenvolvimento do país
	3. Custo e Benefício	Com base nos recursos disponíveis, visando a maiores benefícios.

Fonte: Padilha (2003, p. 57)

De todo modo, principalmente quando se trata de processo educativo seja em que âmbito ele se dê ou em que nível, é preciso estar consciente de que todo ato de planejamento é também recheado de significação política. Esta consciência faz com que se estabeleçam rumos em direção ao objetivo, principalmente social, que queremos tomar, de modo a que não estejamos entregues aos rumos que pessoas ou entidades alheias queiram dar.

Assim, ao planejar, faz-se necessário observar se os objetivos propostos estão determinados com clareza adequada, se os conteúdos previstos são realmente necessários, acessíveis e apresentados segundo o grau de dificuldade exigido para

poderem ser compreendidos. De posse desse arcabouço, é preciso pensar na metodologia, nos métodos e nos recursos adequados para que se possam obter os objetivos traçados (LIBÂNEO, 2004).

Ainda de acordo com o autor, e lembrando o que já se falou mais acima, são imprescindíveis os momentos de acompanhamento e avaliação durante a execução do que foi planejado, a fim de observar se a comunicação com os aprendizes está sendo bem efetuada; se é possível verificar durante a execução aqueles que acompanham com facilidade, com dificuldade média ou com muita dificuldade, e se o planejamento permite a dosagem certa para cada nível de dificuldade encontrada no grupo. Além disso, para também perceber se as ações pensadas são capazes de instigar os aprendizes a quererem ir mais longe, dando-lhes instrumentos para isso.

Vale salientar que os programas e os projetos são tipos de planejamento. Os primeiros possuem um âmbito mais geral, global, e procuram dar conta de questões bastante amplas. Para que possa ser executado, ele se vale de projetos que lhes constituem. Assim, os programas são conjuntos de projetos que, juntos, buscam dar soluções a problemas complexos, vislumbrados, principalmente pelas políticas públicas (EVANGELISTA, 2011).

Algumas pessoas também confundem planejamento com **plano**. Um plano de trabalho, de aula, de curso, de ação é o resultado sistematizado do planejamento; é o resultado da ação de planejar, concretizada no papel. Geralmente é entendida como tendo menor alcance ou de curto prazo, mas essa concepção nasce da cotidianidade com que se elaboram os planos dentro da escola. É uma concepção equivocada, haja vista o Plano Nacional de Educação, que pode ser considerado como planejamento estratégico para a educação, com prazo de execução de cerca de dez anos.

3.2.O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

O Projeto Pedagógico de Curso — PPC —, também chamado de Plano de Curso, faz parte do Planejamento Escolar e pode ser considerado como um instrumento para o trabalho didático-pedagógico.

Este é um instrumento pensado para o exercício democrático dentro das instituições de ensino e, por isso mesmo, precisam ser pensados coletivamente. Não

há impedimentos que sejam construídas propostas individuais desse tipo de curso, mas estas precisam ser discutidas por um colegiado da instituição que o oferta.

Desse modo, sistematiza o histórico da instituição, a filosofia de ensino que lhe serve de escopo, bem como suas metas e sua visão de futuro. Além disso, busca trazer os objetivos de um determinado curso, seus conteúdos, as metodologias, as técnicas e os recursos a serem utilizados durante o seu processo de ensino-aprendizagem, seja o curso em questão de qualquer nível, de modo a orientar o trabalho dos profissionais, inclusive no que concerne à avaliação e detalhes da certificação.

Como qualquer tipo de planejamento, o PPC não pode ser considerado hermético: ele precisa ser dotado de flexibilidade tal que lhe sejam permitidas adequações e melhorias, após cada etapa de avaliação de sua execução.

A Resolução Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 (BRASIL, 2012) possibilita às instituições de Educação Profissional e Tecnológica a oferta de cursos de formação inicial e continuada⁵ ou de qualificação profissional para a comunidade, tais como cursos especiais, pensados de modo a responder a certas demandas da sociedade, objetivando o fortalecimento comunitário e o desenvolvimento local. Por isso mesmo, este tipo de curso foi pensado como mais viável para produto desta pesquisa, haja vista considerar a formação de gestores de cooperativas formadas por comunidades que vivem e trabalham no campo.

Estes cursos podem ser ministrados com carga horária a partir de 160h segundo a Portaria No. 1.568, de 3 de Novembro de 2011, na busca de satisfazer a necessidade de qualificação contínua dos sujeitos.

De acordo com o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA, 2015), os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) podem ser de Qualificação Profissional, de Aperfeiçoamento Profissional ou de Especialização Técnica de Nível Médio, bem como ter o caráter de Atualização — neste último caso, a carga horária mínima seria reduzida para 40 horas.

O regulamento em questão também prevê que entre esses cursos são considerados os cursos especiais abertos para a comunidade e que levarão em conta a capacidade de aproveitamento do público para o qual o curso estaria voltado, e não

⁵ Chamados de FIC.

o nível de escolaridade, lembrando que, segundo o Art. 28, “os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores poderão ser ofertados segundo itinerários formativos⁶, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” (IFPA, 2015, p.09).

Assim sendo, seria nesta categoria enquadrado o Curso de Gestão de Cooperativas, produto apresentado no apêndice deste trabalho, pois este se destina a melhorar a atuação dos cooperados — que podem estar em qualquer nível de escolaridade — na gestão de seu empreendimento.

O PPC dos cursos FIC precisam ser elaborados de acordo com o roteiro especificado no Apêndice A da Resolução nº 235/2014, de 05 de novembro de 2015, do Conselho Superior - CONSUP, que é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento do IFPA. Este roteiro apresenta os detalhes de formatação do Projeto e suas partes constitutivas. Com relação aos primeiros ele pede:

- a) tipo de letra: Arial, tamanho 12 (exceto para o título de capa, com tamanho 16);
- b) espaçamento entre linhas na formatação específica de 1,5 cm;
- c) nas citações com mais de três linhas, utilizar recuo à direita, fonte Arial 10 e espaçamento simples;
- d) configuração da página em formato A4, com as seguintes margens justificadas: 3,0 cm na parte superior e esquerda; 2,0 cm na parte inferior e direita;
- e) apresentação de legenda para figuras (fotos, desenhos e gráficos), tabelas e quadros, utilizando fonte Arial 10 e espaçamento simples e centralizado;
- f) indicações das fontes de pesquisa usadas nas fundamentações teóricas;
- g) espaçamento de uma linha para separar títulos de texto, acima e abaixo de títulos e subtítulos. (IFPA, 2014)

As partes de que deve se constituir o PPC para cursos do tipo FIC, de acordo com o documento em questão, são:

- Folha de rosto
- Sumário
- Dados de Identificação da Instituição
- Apresentação
- Dados de identificação do curso
- Justificativa

⁶ Todos os cursos de profissionalização que o aluno faz compõem seu Itinerário Formativo, desde a Formação Inicial e Continuada, passando pelos Aperfeiçoamentos e Especializações nas diferentes modalidades de educação profissional. O Itinerário Formativo, portanto, será aquele propiciado pelas instituições, levando em conta o mercado de trabalho e a legislação educacional vigente, mas escolhido pelo aluno. (SENAC, 2005, p.23)

- Objetivos (gerais e específicos)
- Público-Alvo e forma de ingresso
- Perfil profissional do curso e do egresso
- Descrição do corpo social do curso
- Matriz curricular
- Articulação do ensino com a pesquisa e a extensão
- Sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem
- Sistema de avaliação do curso
- Procedimentos metodológicos e planejamento do trabalho docente
- Infraestrutura física e recursos materiais
- Políticas de inclusão social
- Certificação
- Referências
- Anexos ou Apêndices
- Lista de figuras, tabelas e quadros (IFPA, 2014)

Como o norte metodológico para a elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso pressupõe a construção coletiva, entende-se que, no caso dos trabalhadores de cooperativas do campo, seja preferível que as pessoas a quem a formação se destina participem desta elaboração, para que se perceba melhor quais conteúdos e metodologias seriam as mais adequadas, estratégia utilizada para a construção do PPC, produto desta pesquisa.

O formato de oficinas foi aplicado junto aos cooperados da CAMTAUÁ, conforme análise feita mais adiante; e como seu resultado tenha sido bastante positivo, entende-se que este formato seja, metodologicamente, o mais adequado para este público, visto estas se pautarem na articulação da teoria com a prática no momento mesmo de sua execução. Observe-se o que diz Caldart:

Oficinas são tempos e espaços voltados para a capacitação, ou seja, são atividades centradas no aprendizado de habilidades (aprender a fazer...), construídas pela prática direta dos próprios educandos (...fazendo), orientada ou monitorada por mestres daquelas habilidades em questão. São atividades que geralmente envolvem habilidades ligadas à produção, à gestão e às expressões culturais e artísticas diversas. (CALDART, 2005, p. 254)

Ressalta-se, ainda, sua construção devendo ser baseada, também, nos pressupostos para a educação do campo, pois estes consideram, primordialmente, que se faz preferível que os processos educativos, e nestes incluem-se as formações dos sujeitos diversos, aconteçam de modo endógeno, ou seja, dentro e a partir das demandas da comunidade-alvo, sendo, ainda uma construção conjunta: de formadores e formandos, pois os sujeitos do campo são os sujeitos da educação do campo (CALDART, 2005; 2011) conforme melhor pode-se observar a seguir.

3.3. OS PRESSUPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo Marcoccia et al (s/d, p.1) a partir da transição da década de 1980 para a de 1990, houve muitas ações dos movimentos sociais dos trabalhadores do campo “contra a estrutura agrária, o agronegócio, a expropriação da terra e a situação de exclusão econômica e social do(a) trabalhador(a)”. Mesmo assim, no campo educacional, segundo Fernandes (2011), continuam as desigualdades entre a educação oferecida na zona rural e aquela oferecida pela zona urbana, apesar de universalizado em todo o Brasil o acesso à escola, fato que, segundo a autora, “faz lembrar os tempos lentos da história”.

De todo modo, embora tenha havido um momento no qual parecesse que a única ação voltada para a educação do campo houvesse sido o fechamento de escolas próximas aos camponeses para se aderir à chamada nucleação (FERNANDES, 2011), como consequência dos processos de luta dos camponeses a reivindicar direitos, junto à “construção de um projeto revolucionário” para o campo nas diversas esferas da vida do país, surgem, também, projetos para a educação das populações camponesas (MARCOCCIA et al, s/d). Nestas se incluem “agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos” (BRASIL, 2010).

Estas diversas realidades existentes atestam que o campo não é um só: é o espaço do indígena, do ribeirinho, do agricultor familiar... Então, a educação do campo também não pode ser uma só, pois a que serviria ao ribeirinho poderia não servir aos trabalhadores rurais assalariados; e nem ao indígena ou ao quilombola. Portanto, as realidades que estão resumidas na expressão “do campo” ratificam a ideia de que não se pode continuar a reduzir a questão educacional das populações do campo no embate entre o binômio rural/urbano, principalmente porque esta dicotomia se enraíza numa concepção capitalista e urbanocêntrica dos fatores. Vale salientar, ainda, que “as lutas e as práticas originárias da educação do campo nunca [...] se colocaram na perspectiva de fortalecer a contradição inventada pelo capitalismo entre campo e cidade”. (CALDART, 2009, p. 47).

Deste modo, compreende-se esta questão como um fator a ser discutido observando-se sua patente complexidade, entendendo-se como educação universal não uma educação igual para todos, — pois “o unitário é a ‘síntese do diverso’ e o

campo historicamente não tem sido considerado nessa diversidade (CALDART, 2009, p 46) — mas aquela que permite a todas as populações o direito de, preservando sua identidade cultural e o seu direito à existência digna, comungar das conquistas da humanidade.

3.3.1. A força dos movimentos sociais no campo em prol do direito à educação

Um movimento social surge quando as pessoas, coletivamente, reconhecem um direito negado — ou mesmo a perda de um direito adquirido — e passam a lutar por ele (FOSCHIERA, 2004). Ressalta-se o caráter de organização coletiva que, muitas vezes, possui uma liderança politizada e uma base composta por pessoas, geralmente de baixa escolaridade, que entendem o movimento social como um meio para sair de uma situação de exploração (SOUZA, 2006).

Segundo a periodicização de Scherer-Warren apresentada por Foschiera (2004) com relação ao percurso dos movimentos sociais no Brasil, a realidade brasileira sempre apresentou um cenário de lutas constantes no campo, seja envolvendo posseiros, latifundiários, empresas agromercantis e pessoas sem terra, pelo direito de continuar a trabalhar; mas até 1964, momento em que aconteceu o Golpe Militar quando as que tinham se organizado foram reprimidas, não possuíam muita articulação umas com as outras.

Seguindo o pensamento de Foschiera (2004), com a modernização da agricultura tanto no cenário nacional quanto no mundial, as relações de produção do campo se modificaram, o que possibilitou um inicialmente tímido ressurgimento das organizações sociais, para, em seguida, adquirir muito mais força, mesmo antes de terminar a ditadura, a partir da segunda metade da década de 1970.

O autor também apresenta a periodicização elaborada por Muller (1989) que considera dois momentos: o primeiro com relação ao conflito minifúndio-latifúndio ou grande empresa-pequeno produtor; e um segundo momento quando a discussão girava em torno da exploração dos agricultores por parte dos capitalistas.

Além dessas duas vertentes, Foschiera (2004) considera como possível dividir a pequena história dos movimentos sociais no Brasil em dois períodos distintos: o dos Velhos Movimentos Sociais (VMS) e o dos Novos Movimentos Sociais (NMS), sendo os primeiros antes de 1964 e os segundos após a década de 1970.

Com relação ao período dos Velhos Movimentos Sociais (VMS), o autor diz que “predominavam movimentos sociais ligados a figuras carismáticas, que concentravam grandes poderes sobre seus integrantes, praticamente conduzindo-o por conta própria. A luta armada também foi um marco presente”. (FOSCHIERA, 2004, p. 79)

Além do mais, o autor traz a contribuição de Oliveira (1996), exemplificando com destaque os movimentos populares do Contestado (1912), de Trombas e Formoso (1952) e as Ligas Camponesas (1950-60). Segundo ele, foram movimentos violentamente combatidos.

Dando prosseguimento ao estudo de Foschiera (2004, p.80) os NMS começam a se manifestar na década de 1970, “[...] combatendo a repressão [...] e questionando as formas de dominação que o capital vinha impondo sobre os trabalhadores”, além de possuir um caráter mais político-ideológico — e não de luta armada —, trabalhando diretamente com a opinião pública. No campo, os Novos Movimentos Sociais surgem para contestar o processo de modernização da agricultura e para propor diferentes práticas; lutam por sua identidade, reconhecimento social e por seu espaço, defendendo a construção de um novo projeto social baseado na organização comunitária e na ação coletiva. Do mesmo modo, ressalta Caldart:

[...] é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza dos dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum [...]. (CALDART, 2011, p. 150)

Com relação à educação, Marcoccia (s/d) apresenta a contribuição de Munarim (2008) que considera o Movimento Nacional da Educação do Campo como precursor dos processos de luta nessa área, completando com seu ideário de denúncia da exclusão social, da situação precária em infraestrutura e transporte escolar, bem como de uma formação docente frágil.

Encontram-se, ainda em Marcoccia(s/d) alguns reflexos das lutas travadas pelo Movimento Nacional da Educação do Campo. As denúncias, transformadas no documento intitulado Panorama da Educação do Campo (2007) serviram de base para políticas posteriormente desenvolvidas, embora, ainda em 2011, Fernandes (2011) se ressinta das fragilidades das políticas públicas específicas para este setor.

Deste modo, diante deste breve apanhado dos movimentos sociais, apesar de fragilidades as quais podem se fazer sentir em momentos ou situações pontuais, como

as apontadas por alguns autores, é fundamental perceber a importância da mobilização da sociedade em torno de suas demandas, em todas as áreas, inclusive a educativa.

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal de todos, um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa na dinâmica da sociedade. Como direito, não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (CALDART, 2011, p. 150)

Entende-se que são elas — a sociedade e a educação —, neste percurso, as principais responsáveis por trazer à tona os debates nacionais de cada tempo, contribuindo, da mesma forma, com a constituição do caminho que se tomará na resolução dos problemas futuros.

3.3.2. O debate educação rural ou do/no campo

A discussão conceitual em torno das expressões “educação rural” e “educação do campo” diz respeito às cargas ideológicas dos termos utilizados para designar a educação voltada para a grande diversidade de pessoas que vivem do e trabalham no campo. Caldart (2009) apresenta uma reflexão histórica, embora ela entenda que ainda é cedo para se proceder a uma análise em profundidade.

Podemos dizer sobre a Educação do campo, parafraseando Emir Sader (prefácio a Mészáros, 2005, p. 15) que sua natureza e seu destino estão profundamente ligados ao destino do trabalho no campo e, conseqüentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates de projetos que constituem a dinâmica atual do campo brasileiro, da sociedade brasileira, do mundo sob a égide do capitalismo em que vivemos. E ainda que “muitos não queiram”, essa realidade exige posição (teórica sim, mas sobretudo prática, política) de todos os que hoje afirmam trabalhar em nome da Educação do campo. (CALDART, 2009, p.36-37)

A autora lembra que a concepção teve sua origem nas lutas por escolas públicas para os acampamentos e assentamentos, na raiz da pedagogia dos movimentos sociais. Compreende que, embora lute pelas instituições de ensino locais, a educação vai além dos muros e das paredes, pois vincula-se ao trabalho, à democratização da cultura e de sua produção, à participação política, à defesa do meio ambiente.

Entende-se, portanto, que não é suficiente substituir a expressão “educação rural” utilizada por muito tempo no Brasil pela expressão educação do campo e no campo. E, na verdade, não se trata apenas de uma simples substituição. Para Caldart (2009, p.41), a educação do campo é, pois, um “movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’ [...] que expressa e produz concepções”, ideia da qual Arroyo (2011) compartilha:

Qualquer proposta e ação educativas só acontecem se enxertadas numa nova dinâmica social. A educação rural está em questão [...], porque o campo está em questão. A educação faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla. Os educadores estão entendendo que estamos em um tempo propício, oportuno e histórico para repensar radicalmente a educação, porque o campo, no Brasil, está passando por tensões, lutas debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos. (2011, p. 69-70)

Deste modo, voltando a Caldart (2009), o termo “do/no campo”, é resultado de luta por respeito a direitos sociais e, em si, reafirma a necessidade de que a educação desenvolvida naqueles ambientes deva ser pensada, elaborada e posta em prática pela comunidade à qual ela serve.

Além disso, Silva (2011) afirma que os atores e agentes envolvidos numa dada questão, seja diretamente, por vivência, ou indiretamente, por pesquisa empírica, seriam os mais indicados para pensar, analisar, propor modificações a ela, e também avaliá-la.

Ou seja, a escola e suas ações precisam ser concebidas pelos próprios sujeitos e não por pessoas “de fora”, que planejavam estratégias para ou com aquelas pessoas e aquelas comunidades.

Desse modo, configura-se como uma ação “emancipatória”, de construção coletiva, pois há questões que precisam fazer parte da escola do campo, tais como a persistência da inobservância de direitos conquistados historicamente, ainda existem diferenças de rendimentos por gênero ou por idade, redução de quantidade de empregos e a não observância dos direitos trabalhistas, ou a flexibilização destes, aumento do processo de mecanização, ritmo intenso de trabalho, exigência no que diz respeito ao aumento de produtividade, jornadas extensas que, muitas vezes, ocasionam doenças e mortes, intensificadas pela dificuldade de acesso a serviços de saúde de qualidade (CALDART, 2009; PIRES, 2012).

Esta escola vem também responder aos anseios da pedagogia do oprimido, de Paulo Freire: “é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, dos camponeses, pedagogia

do oprimido” e “representa a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação [...], construtores (pela luta/pressão) de políticas [...]” (CALDART, 2009, p. 41).

Vale a pena ressaltar que a principal crítica de Freire (2005) diz respeito à alienação do sujeito aprendente, considerando-o como objeto, fato que ele chama de “educação bancária”, a qual considera apenas o educador como sujeito, sendo o educando um banco onde se deposita o conhecimento, um receptor de conteúdos, memorizados mecanicamente, sem que sua participação seja crítica ou dialógica.

Pode-se, então, facilmente, fazer a ponte do tipo de educação idealizada por Freire e a educação do campo, pois que em ambas o processo de ensino-aprendizagem se efetiva por meio da troca entre educadores e educandos, que aprendem e ensinam mediatizados pelo mundo, e em consonância com a realidade e as demandas apresentadas pelos sujeitos e pelo meio.

De par com essas questões, Caldart (2009) reafirma a importância da democratização não só do acesso ao conhecimento produzido e acumulado pela humanidade, mas, principalmente, do modo de produção desse conhecimento, repensando a hierarquização tradicional desta produção:

As questões hoje da construção de um novo projeto/modelo de agricultura, por exemplo, não implicam somente o acesso dos trabalhadores do campo a uma ciência e a tecnologias já existentes. [...] Esta ciência e estas tecnologias não devem ser ignoradas, mas precisam ser superadas [...]. No caso do desafio atual em relação à agricultura camponesa, efetivamente não se trata de “extensão”, mas de “comunicação” (Freire, 2001) com e entre os camponeses para produzir o conhecimento necessário. (CALDART, 2009, p. 45)

Portanto, seguindo o pensamento da autora, mais que uma reafirmação da sabedoria ou do conhecimento popular, seria, em suas palavras, a construção de um efetivo “diálogo de saberes”.

No entanto, muitas vezes dentro das instituições de ensino existentes, este se transforma num arremedo, num “artifício didático vazio”, e isto implica uma reflexão crítica a respeito da relação nada equitativa entre o valor do trabalho manual e o valor do trabalho intelectual (CALDART, 2009).

Assim, é preciso pensar a respeito da formação dos professores que trabalham nas escolas do campo, pois esta formação precisa se coadunar com o paradigma o qual se quer construir, qual seja uma educação que considere os aspectos complexos locais, que se preocupe com uma construção de conhecimento voltada para a

resolução dos problemas vividos; que se utilize do conhecimento construído até então pelo homem, para que se pense formas de solucionar as demandas das populações a quem esta educação serve, pois “dar continuidade à Educação do Campo requer análise das especificidades de cada lugar” (SOUZA, 2006, p. 24).

Desse modo, a Educação do Campo “é um espaço propício para reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o próprio campo caracteriza-se por uma diversidade cultural, social e econômica” (SOUZA, 2006, p. 24), sendo esta, a interdisciplinaridade, ou a postura interdisciplinar, parte do paradigma da educação que se pensa.

Vale salientar que a interdisciplinaridade como se aqui se entende não se restringe a “uma justaposição de disciplinas, mas um processo dinâmico de interrogação mútua, organizado em torno de uma problemática comum” (MIGUEL, 1999, p. 22), que sustenta um processo dialógico o qual será responsável pela construção de conhecimento significativo, mediada pelo professor, pois [...] distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, ‘descodificando-o’ criticamente, no mesmo movimento da consciência, o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência” (FREIRE, Paulo, 2005, p.15). Não se pode, portanto, abrir mão da emancipação, também, do educador e de seu fazer, porque sem ele esta educação não se constrói.

Caldart ainda ressalta, entretanto, que embora se utilize do termo educação do campo, não se deve entender como uma luta por um tipo específico de educação, ou seja, por um outro tipo escola. O esforço existe na busca da efetivação de um direito.

O campo é um lugar, seus trabalhadores também têm direito de ter a escola em seu próprio lugar e a ser respeitados quando nela entram e não expulsos dela pelo que são... Como lugar de educação, a escola não pode trabalhar “em tese”[...] (CALDART, 2009, p.46)

Daí vem, ao lado da expressão *do campo*, que preza pela “síntese de múltiplas relações, determinações, como questões da realidade concreta” (p. 46), a expressão *no campo*, ou seja, aquela que está presente na comunidade a que serve, conforme a ideia de Caldart (2009). E é assim que a autora define a nomenclatura, utilizada há 15 anos: uma escola do/no campo, pensada pela comunidade e nela estabelecida, de modo a suprir suas demandas.

3.3.3. Metodologia e Modo Organizacional Alternativo: a Pedagogia da Alternância

Segundo Teixeira et al (2008), em busca de melhor atender às demandas de um grupo de agricultores, surgiu, na França, em 1935, um movimento que propunha uma maneira diferente de desenvolver a educação do meio rural, visando ao desenvolvimento pessoal dos alunos, bem como ao de toda a comunidade, econômica e socialmente.

A diferença consistia basicamente em alternar o tempo em que os alunos passavam na escola, orientados por um técnico agrícola, com um tempo alternativo em que estes alunos estariam em suas comunidades, tendo suas atividades orientadas pelos pais, de modo que os estudos não atrapalhassem o trabalho que deveria ser desenvolvido nas propriedades, mas se completassem com ele.

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. (TEIXEIRA et al, 2008, p. 01)

No Brasil, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo fundou a Escola Família Rural de Alfredo Chaves, a Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e a Escola Família Rural de Olivânia, trazendo a proposta da Pedagogia da Alternância, em 1969, com o objetivo de desenvolver a cultura e a economia das comunidades do campo onde atuavam, melhorando-as também socialmente.

Entende-se que a Pedagogia da Alternância não consiste num pressuposto para a educação do campo, sem o qual esta não possa acontecer, mas se configura, sem dúvida, como mais um modo de organizar o ensino voltado para as especificidades das comunidades que vivem no e do campo, mais especificamente as de agricultura familiar.

[...] a partir da Pedagogia da Alternância abre-se a possibilidade de o jovem rural seguir seus estudos, profissionalizar-se, e, ao mesmo tempo, contribuir com sua mão-de-obra, indispensável na propriedade familiar, para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas na propriedade e da família. (GNOATTO et al, 2006, p. 8)

Sua aplicação, no entanto, muitas vezes, suscita questionamentos os mais variados possíveis por parte dos professores, dos alunos, dos pais e também da própria escola, principalmente no que concerne à avaliação das atividades desenvolvidas no “tempo comunidade”, pois existe a tendência de transferir o modo de fazer educativo urbano para o fazer educativo do campo, considerando-se o primeiro como o único correto e capaz de ensinar às pessoas, bem como o conhecimento difundido pela academia e pela escola tradicional como o único que tem consistência e validade.

Esta dificuldade acontece por causa da diferença entre a cultura escolar tradicional dominante e entendida pelos professores e pela instituição escola — e muitas vezes por alguns pais e alunos — como a que deve prevalecer quando se trata de ensino. Deste modo, para que uma educação diferenciada ocorra, é preciso, primeiro, haver a quebra do paradigma ao qual muitas pessoas estão habituadas.

A Pedagogia da Alternância é, pois, uma proposta de quebra deste paradigma e se constitui num desafio que a prática, a vivência e a reflexão constante dos atores do ensino — ou seja toda a comunidade nele envolvida — terão que construir no fazer cotidiano, uma vez que não há receitas a serem seguidas.

Portanto, esta proposta precisa adotar um currículo construído pela comunidade envolvida: pais, professores, alunos e instituições, levando em conta a realidade do aluno. Do mesmo modo, os conteúdos trabalhados devem ser significativos, vivos e dinâmicos, e apresentados por meio de recursos didáticos e metodologias variadas, trazendo a participação do aluno como ponto chave para a conquista da motivação necessária à construção de novos conhecimentos.

Recomenda-se que as disciplinas estejam articuladas a temas geradores, suscetíveis de serem discutidos pelo grupo e facilitando o trabalho interdisciplinar em momentos iniciais, pelo menos (GNOATTO et al, 2006).

Desse modo, a Pedagogia da Alternância combina ações interdisciplinares com as atividades interculturais, uma vez que as culturas da escola e da comunidade estão em constante diálogo, buscando destacar a totalidade dos fatos vivenciados como possíveis de serem tratados com a participação do olhar das disciplinas estudadas, como uma volta do fragmentado ao complexo (MORIN, 2000).

CAPÍTULO 4 – NO CHÃO DA COOPERATIVA: A PESQUISA

4.1. METODOLOGIA

O processo de pesquisa, cuja culminância aconteceu com a elaboração deste trabalho e da proposta de Projeto Pedagógico de Curso de Gestão de Cooperativas, utilizou-se dos pressupostos da pesquisa participativa, nos moldes da pesquisa-ação que pressupõe a presença ativa dos pesquisadores junto aos sujeitos de pesquisa para sua construção, assumindo uma dinâmica dialógica, em busca da resolução de um problema ou na direção de um objetivo comum (PINTO, 2014) e com “a utilização do enfoque sistêmico e procedimentos interativos e participativos” (MIGUEL, 1999, p.4).

A primeira etapa da pesquisa aconteceu ainda durante as atividades de estágio do Curso de Mestrado Profissional do IFPA, do qual a autora fez parte e se constituiu de visitas à cooperativa, dos contatos iniciais com os cooperados, durante os quais foram desenvolvidas conversas informais e, também, uma pesquisa prévia, para a qual utilizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, a fim de que se pudesse construir o perfil dos cooperados (anexo 11). Durante esta etapa, também se procedeu investigação documental para ajudar na construção do histórico e caracterização da cooperativa.

De acordo com Silva e Menezes (2005), o questionário vem a ser um importante instrumento de coleta de dados e, quando direcionado por questões semiestruturadas, dão a oportunidade de os participantes expressarem seus pensamentos, ao mesmo tempo que, em questões mais simples, oportunizam menos categorias para serem analisadas; e servem bem para se construir um perfil social de sujeitos de pesquisa.

A segunda etapa constituiu-se da elaboração conjunta com a pesquisadora Nancilene de Jesus Moraes Silva — e com o grupo de cooperados — de um ciclo de oficinas com a duração de 36 horas (Quadro 3), para o qual também se contou com a pesquisadora Allane Barbosa Maciel, na condição de advogada, contribuindo com o terceiro momento do ciclo, durante o qual foram discutidos aspectos legais e teóricos da constituição de uma cooperativa.

Quadro 7 – Quadro demonstrativo das atividades do Ciclo de Oficinas

	ATIVIDADE	Participantes	DURAÇÃO	OBJETIVO
11/04/2015	Oficina de montagem Avaliação	Pesquisadoras e dirigentes	6 horas	Levantar eixos temáticos
27/05/2015	Oficina de montagem Avaliação	Pesquisadoras, cooperados e dirigentes	5 horas	Levantar eixos temáticos
12/11/2015	Oficina de coleta de documentos	Pesquisadoras, cooperados e dirigentes	5 horas	Observar os documentos da cooperativa, verificar os elementos constituintes do estatuto e levantar dúvidas
28/11/2015	Oficina: Participação da advogada Allane Barbosa Maciel 1. Cooperativismo e associativismo 2. As leis do país e as regras da cooperativa 3. Rotinas administrativas – documentos usados pelas cooperativas Avaliação	Pesquisadoras, cooperados e dirigentes	5 horas	Palestra teórica e esclarecimento de dúvidas quanto aos aspectos legais, documentais, etc

Quadro 8 – Quadro demonstrativo das atividades do Ciclo de Oficinas (continuação)

12/12/2015	Oficina: - Solidariedade - Cooperativismo - Ações solidárias Avaliação	Pesquisadoras, cooperados e dirigentes	5 horas	Ampliar os temas abordados na oficina teórica; trocar e consolidar conhecimento
17/12/2015	Oficina: - Economia Solidária - Cultura Organizacional - Autogestão - Participação - Sujeito histórico Avaliação	Pesquisadoras, cooperados e dirigentes	5 horas	Ampliar os temas abordados na oficina teórica; trocar e consolidar conhecimento; desenvolver autoestima e sentidos de cooperação.
19/12/2015	Oficina: - Autonomia - Interesses individuais e coletivos - Participação - Responsabilidade social e co- responsabilidade Avaliação	Pesquisadoras, Cooperados e dirigentes	5 horas	Ampliar os temas abordados na oficina teórica; trocar e consolidar conhecimento ; Desenvolver autoestima e sentidos de cooperação. Avaliar sistematicamente os trabalhos

A elaboração, participação e observação do desenvolvimento deste ciclo de oficinas, utilizando-se do caderno de campo (PINTO, 2014), de gravações de áudio, de filmagens, bem como de fotografias, serviu de base, no caso do presente trabalho,

para a construção do Projeto Pedagógico de Curso de Gestão de Cooperativas e sua consequente proposta metodológica, o que se constituiu da terceira e última fase da pesquisa ora apresentada.

Ressalta-se que, durante todo o processo de construção e vivência das oficinas, procedeu-se à pesquisa bibliográfica, tanto em suporte físico quanto virtual, como base teórica para a investigação em campo, versando sobre as categorias de análise fundamentais ao tratamento do tema, quais sejam: economia solidária, cooperativismo, gestão e gestão de cooperativas, educação do campo e seus pressupostos, políticas públicas para a educação do campo, dinâmicas para grupos populares, diretrizes para a construção adequada de material didático impresso e pesquisa participativa.

4.2. SANTO ANTONIO DO TAUÁ E A CAMTAUÁ

4.2.1. O Município de Santo Antônio do Tauá

Os dados aqui apresentados sobre o município de Santo Antônio do Tauá, localizado no Nordeste Paraense e onde se encontra a Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá, foram colhidos por meio das entrevistas feitas com os cooperados, das observações desenvolvidas no local durante as visitas de estágio⁷ e por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- seção Cidades.

Este último apresenta os primórdios do município datando do século XIX quando os cabanos utilizaram aquela localidade — na época, fazia parte do município de Vigia — como ponto estratégico para alcançar Belém, devido aos rios de que se serve. Dos caminhos abertos na mata por esses homens, foram surgindo diversas povoações.

Mais tarde, chegaram os espanhóis, numa tentativa governamental de desenvolver a agricultura e povoar o espaço, ação inócua, pois esses imigrantes ali não continuaram. No início do século XX, chegaram os nordestinos chefiados pelo

⁷ O grupo composto por Alanne Barbosa Maciel, Ingrid Viégas, Nancilene Silva e a autora deste projeto, esteve responsável pelo Planejamento de Marketing da Cooperativa durante o estágio do Curso de Mestrado Profissional, visando a fortalecer, principalmente, o marketing interno do empreendimento, durante o qual procederam-se às observações exploratórias, aproveitadas também como uma das bases para este trabalho.

major Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro Peixoto, vindo do Rio Grande do Norte, fundador da cidade. Esta se desenvolveu a partir de um engenho de açúcar, no mesmo local antes destinado aos espanhóis.

Foi elevado à categoria de Município em 1961, sendo seu nome uma homenagem ao padroeiro local e também ao rio Tauá, o mais importante do Município, mas não o único. Além deste rio, cortam o município os rios Tauá-Jeju, Umbituba, Cumaru, Guajará-Mirim, cada um contando, ainda com seus afluentes.

O referido município localiza-se a uma latitude 01°09'07" sul e a uma longitude 48°07'46" oeste (Figura 1), estando a uma altitude de 17 metros. Sua população estimada em 2010 é de 26855 habitantes.

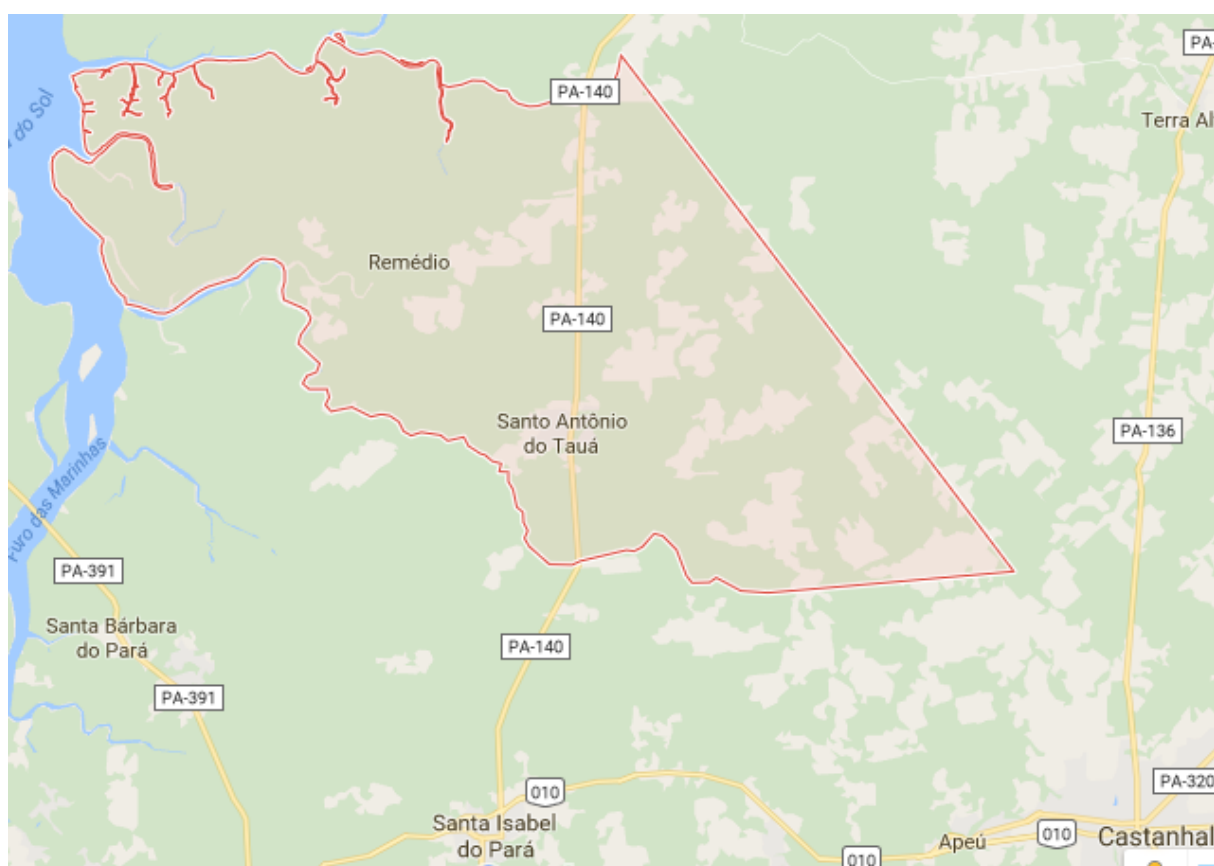


Figura 1 – A parte avermelhada da figura acima mostra a localização do município de Santo Antônio do Tauá no Estado do Pará.

Fonte: Google Maps.

A economia local se movimenta com base na agricultura, principalmente de hortifruticultura com algumas criações de pequenos animais, e no extrativismo, possuindo pequenas casas comerciais, a maioria localizada às margens da PA-140.

A cidade conta com serviços de postos de saúde e é servida por uma rede de ensino — municipal e estadual — que vai do pré-escolar até o ensino médio, sendo a oferta deste último nível bem pequena. Isso faz com que alguns jovens precisem se deslocar para outros municípios próximos, se quiserem cursar o nível médio. Segundo alguns entrevistados, o ensino ofertado não é satisfatório, há muita falta de aulas e de professores, mas é bem melhor do que se não houvesse.

As comunidades possuem Associações que são, segundo os entrevistados, responsáveis por “organizar seu território” (G. – Assessor da Cooperativa) e elas organizam eventos, tais como a Via Crucis, que acontece em Borralhos; os círios dos padroeiros das comunidades, dentre outros eventos sociais. Das comunidades que possuem representatividade na cooperativa, todas possuem Associações.

4.2.2. Histórico da Cooperativa

A Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá, tem sua sede nova localizada por trás da antiga (Figura 2) na R Principal do Remédio, s/n, na Comunidade de Vila dos Remédios. Segundo o depoimento dos entrevistados, nasceu por uma demanda da Empresa Natura, que necessitava de uma cooperativa legalmente constituída para poder comercializar com trabalhadores da região.



Figura 2 – Sede antiga, bem menor que a sede atual.
Arquivo pessoal da autora.

Inicialmente, o contato da Natura se dava com produtores da localidade, inclusive os integrantes da Associação Unidos Venceremos — de Vila dos Remédios —, comprando produtos diretamente deles. Durante o período de contato da Natura

com os produtores, a empresa ofereceu formação sobre cooperativismo tanto para os membros da Associação quanto para produtores não associados, mas que já lhes haviam vendido murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e andiroba (*Carapa guianensis*).

Eles estavam tendo alguns embargos com relação à Associação, por falta de algumas coisas legais, não tem fins lucrativos, um monte de coisa... E aí, precisava de uma cooperativa; então eles começaram um curso, uma oficina sobre associativismo e cooperativismo e convidaram a Associação e convidaram os parceiros que já tinham enviado o murumuru via Associação, no caso da Vila de Santa Maria e da Vila de Borralhos. [...] A gente fez um ano de oficina. (I. – sócio-fundador)

Como a ideia de montar uma cooperativa não foi aceita por diversos membros da Associação, por não quererem a introdução de pessoas de outras comunidades no grupo, houve uma cisão na sociedade e alguns membros da Unidos Venceremos formaram a CAMTAUÁ, em 07 de abril de 2010, permanecendo ambas em atividade até hoje.

A gente começou as nossas reuniões no início da cooperativa no terreno. De lá, a gente fazia nos terreiros dos sócios aqui nos Remédios e a gente foi montando e foi arrumando sócio, foi arrumando pessoas para fundar a cooperativa. (V. – sócia-fundadora)

De acordo com os membros sócios-fundadores entrevistados, o trabalho para constituir a cooperativa não foi fácil, mesmo porque alguns dos possíveis sócios já haviam passado por experiências não exitosas com relação ao trabalho em cooperativas. No entanto, houve quem tentasse novamente, embora a fama de que o trabalho cooperado não fosse bom, de que jamais daria certo, já havia se alastrado pela comunidade.

Foi a AMAFRUTA, comecei por ela plantando abacaxi, não deu sucesso. Aí a irmã Val me convidou, eu falei até pra ela: “Mas irmã Val, eu já vim de outra cooperativa. De novo? Eu vou entrar de novo nessa?” Não deu certo porque desviaram a verba e não funcionou. [...] Aí, na minha casa começou a compor: “Tu vai entrar nisso aí, depois que tu saíste duma, tu viste já que não deu certo isso...” Eu disse: “Não... mas... eu acho que ainda existe uma esperança... vou entrar nisso... vou ver o que acontece...”. (E.S. – sócia-fundadora)

Além disso, como havia ocorrido a cisão dos membros da Associação, havia poucas pessoas para fundar a cooperativa, sendo que o número mínimo, na época,

precisava ser de vinte, de acordo com a legislação⁸. Por isso havia a necessidade de ir atrás de sócios, pois os que se interessaram pela ideia da cooperativa não queriam perder a oportunidade que a Natura oferecia, já que o quadro parecia ser muito promissor, principalmente porque eles já trabalhavam com o murumuru e a andiroba, e estes eram produtos que não tinha muita saída, tanto que alguns produtores se incomodavam com a presença do murumuru em seus lotes. Ter uma renda que viesse dessa árvore seria de grande valia. Mas, para isso, a cooperativa era imprescindível.

Pra gente fundar a cooperativa, a gente teve q ir buscar pessoas que não tinham nada a ver com a cooperativa, na época, porque precisava de pessoas para compor o número de pessoas. E a gente precisou buscar e hoje a gente sente muito isso. (I. – sócio-fundador)

Ou seja, houve uma motivação externa e um trabalho de convencimento. Em certos momentos dos depoimentos, a impressão que se tem é que o quadro de sócios foi composto de forma inconsequente, com a única intenção de conseguir número de pessoas, sem uma clara preocupação em se esclarecer para os novos integrantes o significado do trabalho cooperado. Segundo a fala do entrevistado acima, a cooperativa hoje se ressentir do envolvimento de pessoas que não tinham noção do significado desse tipo de iniciativa e que só haviam entrado no quadro de sócios para compor o número mínimo.

De acordo com o entrevistado G., o cooperativismo também deve servir para a integração comunitária e, por isso, buscaram-se sócios nas diversas comunidades e, como já foi dito, foi uma das razões que desagradou alguns membros da Unidos Venceremos. Este entrevistado também nos disse que outro motivo para o descontentamento da Unidos Venceremos era a impressão que eles tinham — e muitos ainda têm até hoje — de que a cooperativa havia surgido para competir com a Associação. O fato de a Natura ter pago diretamente aos produtores nas primeiras compras feitas, porque não podia comprar da Associação, e nas compras seguintes haver pago à cooperativa, fez com que eles desconfiassem e considerassem a CAMTAUÁ como concorrente e não como uma nova força agregadora.

Eles não entendem que a função da Associação é outra e que a cooperativa tem outra função diferente. Eles pensam que a

⁸ A chamada Lei do Cooperativismo, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definia a Política Nacional de Cooperativismo, instituía o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dava outras providências; e que deveria ser seguida por todos os tipos de cooperativas. Hoje, as cooperativas de trabalho possuem legislação própria, e a quantidade mínima de sócios é sete.

cooperativa compete com o trabalho deles e é o contrário. A cooperativa serve pra gente ser mais forte. (G. – assessor da cooperativa)

O primeiro ano da cooperativa foi complicado por causa da burocracia para conseguir o CNPJ da empresa. A falta de experiência e de conhecimento também foram complicadores do processo, apesar do apoio da empresa.

A gente começou a produzir, em 2011 a gente já teve uma produção via cooperativa, a gente teve vários impasses, a ata que a gente não conseguia legalizar, a gente passou um ano pra ata ser legalizada lá na JUCEPA, pra gente receber o CNPJ, e um monte de coisa... foi difícil, de 2010 pra 2011 foi muito difícil. Até que em 2011 a gente conseguiu tirar o CNPJ... E foi incrível que, três dias antes do aniversário da Camtauá, a JUCEPA liberou o CNPJ; então, foi um presente. (I. – sócio-fundador)

A maior luta que a gente enfrentou logo no começo foi porque não tinha experiência, veio alguma dificuldade, papelada... eles foram com um pra cá, com um prali, aprendia com um, aprendia com outro... (E.S. – sócia-fundadora)

O ano de 2012, já que a demanda da Natura era grande, foi a melhor época, segundo o sócio-fundador I. A empresa comprou-lhes quase trinta toneladas só de murumuru, tendo também comprado andiroba, o que garantiu um bom dinheiro para os cooperados.

Alguns produtores, inclusive, conseguiram vários benefícios para suas propriedades e isso acendeu a esperança e fez com que produzissem com mais vontade, pensando nas vendas futuras.

Eu consegui fazer, por exemplo, no lado meu pessoal, já consegui cobrir minha casa, uma parte de laje, que eu não conseguia e na época que eu estava numa dificuldade imensa e eu disse “Meu Deus, não vou cobrir essa casa aqui...” eu consegui um lado, custou cinco mil reais, eu ganhei, na época uns três mil, quase quatro mil, por aí, da produção que a gente teve, né, com apoio da natura, que a gente passou o murumuru e andiroba na época... e eu consegui juntar e consegui cobrir. (E.S. – sócia-fundadora)

Depois dessa grande produção que a gente teve, muitas coisas mudaram nas nossas vidas, a gente começou a obter alguns materiais nossos, objetos, casas, veículos, foi uma coisa assim bem grande, mesmo, algo que mudou e deu uma perspectiva pra gente, a gente começou a olhar diferentemente para as coisas que estavam acontecendo. (I. – sócio-fundador)

Por causa desta produção e por terem considerado que a cooperativa nasceu como uma evolução da Associação Unidos Venceremos, — de acordo com as palavras do entrevistado G. — a CAMTAUÁ recebeu da Natura o prêmio Bio Qlicar⁹, de melhoria contínua, competindo com mais vinte e seis outros empreendimentos apoiados por aquela empresa. Parte da diretoria foi a São Paulo receber o prêmio, visitando a fábrica, motivo de orgulho para os entrevistados.

Deste relacionamento entre a Natura e a CAMTAUÁ o aspecto considerado absolutamente positivo pelos cooperados foi o contrato de Repartição de Benefícios – RB – celebrado entre ambos, proposto pela Natura em 2011¹⁰. Os cooperados estudaram a proposta durante um ano e resolveram selar o contrato em 2012, por meio do qual a Natura garante repartição de benefícios com a cooperativa pelo uso de três ativos: tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), inajá (*Maximiliana maripa*) e mucajá (*Acrocomia aculeata*). Este contrato garantiu um repasse de subsídios para projetos da cooperativa que foram para a construção da nova sede¹¹ (Figura 3).



Figura 3 – Nova sede construída após a celebração do contrato de RB com a Natura.

Além da sede, os subsídios garantiram também a compra de um terreno e de uma moto, a construção de uma fábrica de polpa de fruta e outra de beneficiamento de maniva pré-cozida.

⁹ QLICAR é uma sigla formada pelos seguintes atributos: qualidade, logística, inovação, custo/contrato, atendimento e relacionamento que servem de base a uma avaliação contínua dos fornecedores da Natura. Ele tem o objetivo de “alavancar o desempenho da cadeia de fornecimento através da gestão de performance de fornecedores e de ações para desenvolvimento conjunto de processos” (<http://www.natura.com.br/www/fornecedores>).

¹⁰ Ressalta-se que o contrato de Repartição de Benefícios é uma exigência legal, cujas diretrizes estão estabelecidas nas Resoluções Nº 7, de 26 de junho de 2003 e nº 11, de 25 de março de 2004, emanadas do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, órgão do Ministério do Meio Ambiente. (BRASIL, 2003; 2004)

¹¹ Percebe-se uma construção mais forte, de amplo espaço, possuindo um escritório, uma sala de reuniões capaz de abrigar cerca de cem pessoas, banheiro, copa-cozinha e espaço livre avarandado. Possui boa ventilação e iluminação considerada suficiente.

Com o dinheiro advindo desses projetos, foi possível continuar tocando os serviços da cooperativa, mas não foi suficiente para que a crise não se instalasse, pois, em 2013, a demanda da Natura pelo murumuru nem chegou perto de sua demanda anterior, levando os cooperados a enfrentarem tempos muito ruins e que reacenderam a chama da desconfiança e da desesperança em muitos deles, pois o fato se repetiu em 2014.

E aí a gente viu que o produtor foi indo embora... aí já não vinha mais aqui, por quê? Ele vinha fazer o que aqui? Só que aí a gente precisava alavancar esse negócio... a diretoria precisava alavancar... Então, em 2014 nós tivemos a eleição para a nova diretoria... (I. – sócio-fundador)

Foi então que o problema gerado na conquista inicial dos sócios da cooperativa foi sentido com maior força. Espera-se que uma cooperativa surja de uma iniciativa interna para que se juntem forças de modo a escoar, por exemplo, a produção existente nas propriedades dos cooperados. O movimento inverso, isto é, conseguir um número de pessoas para atender a demanda de um comprador configura efemeridade do processo; e promessas de sucesso feitas para se conseguirem os associados ficam fadadas a não serem cumpridas em sua totalidade. Assim, torna-se cada vez mais difícil que as pessoas queiram estar unidas em torno de um objetivo que não é mais comum. Há a ideia de que “deu errado”.

De acordo com os entrevistados, foi difícil reunir as pessoas e conseguir que elas apresentassem disponibilidade em compor uma chapa para a diretoria, principalmente para enfrentar um momento de crise, já que muitos associados começavam a desconfiar da proposta.

[...] é uma constante luta, porque alguns vêm e outros ficam sem acreditar, acham que isso não vai funcionar, “vou desistir...” porque comigo já aconteceu muitos se queixando disso. Eu digo: “Não, vocês não estão acreditando porque vocês não estão vendo dinheiro, mas se vocês continuarem a buscar, isso vai dar fruto. Talvez agora vocês não tiveram algum fruto, mas vocês já têm alguma coisa na casa?” “Já, já fiz isso, fiz isso...” “Então? Se funcionou isso lá, então vocês tem que continuar indo... vai funcionar...” (E.S. – sócia-fundadora)

Ou seja, sem conseguir escoar a produção, não há dinheiro; e sem dinheiro as desconfianças grassam e os desentendimentos começam a aparecer cada vez com mais intensidade.

Porque teve um tempo desse um rapaz falou aqui dentro, um cooperado, que disse que ele estava perdendo tempo... aquilo, realmente, cortou meu coração. Ele veio dizer que ele estava perdendo tempo aqui dentro, que ele poderia estar perfeitamente ganhando dinheiro lá na padaria dele. (I. – sócio-fundador)

Nesse caso, a ideia de que a cooperativa é dele também não existe. Ou seja, a ideia principal da cooperativa como um empreendimento que é de responsabilidade de todos para a construção do bem-estar comum não foi bem compreendida em sua execução. E no momento de crise é que isto pode melhor ser visto, pois torna-se necessária a união do grupo para que as estratégias de superação tenham possibilidade de serem pensadas.

Ali, na troca de diretoria é que nós fomos ver que as pessoas não tinham compreendido muitas coisas sobre o que é cooperativismo, essa coisa toda... ainda falta compreender demais, porque as pessoas hoje não estão acostumadas a viver em grupo, querem trabalhar individualmente, por si só, e quando se fala de grupo... hoje, a maioria dos grupos aqui são grupos que desestimularam totalmente as pessoas, começavam com um negócio, depois terminava... não acabava... como ela disse: começou com uma cooperativa... depois não findou... então foi desestimulando as pessoas... quando se falava de grupo, as pessoas não queriam. (I. – sócio-fundador)

Neste sentido, de modo a construir com os cooperados atuais a noção de grupo necessária ao empreendimento, as novas estratégias estão sendo pensadas e o IFPA, por meio da INCUBITEC, vem dando apoio significativo.

Os cooperados decidiram, por exemplo, que o projeto da fábrica de maniva pré-cozida fosse transformado em um projeto para a construção de SAFs, ou seja, Sistemas Agroflorestais nas propriedades dos sócios, já que esta era uma queixa geral, a de que a cooperativa não investia neles.

Como se constitui numa decisão da cooperativa, o IFPA vem contribuindo na implantação e na implementação deste projeto por meio do trabalho de um dos grupos de estagiários do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, em consórcio com os cooperados da CAMTAUÁ. Eles acreditam que o sistema agroflorestal pode ajudar na autonomia da cooperativa, abrindo um leque maior de possibilidades de renda para todos.

Nosso pensamento é expandir nosso comércio, porque eu acho se entrar mais subsídio pra nossa cooperativa, porque ela tem necessidades, ela paga os impostos, se não entrar como é que nós

vamos pagar os impostos? Porque nosso caixa da cooperativa todo o tempo não vai estar com aquele subsídio, não é verdade? ... Acho que nós trabalhamos com capital de giro, nós temos que girar em cima das nossas produções e se nós não tivermos outras empresas pra apoiar a gente, pra entrar, pra comprar como é que a gente vai ter capital de giro, pra nós podermos investir na nossa cooperativa, nós precisamos disso. Tu estás entendendo? (E.S. – sócia-fundadora)

Desta fala, depreende-se que os cooperados entendem que não só é imprescindível diversificar a produção, como também conseguir mais compradores, de modo a não ficar dependendo de apenas uma empresa para escoar a produção. No entanto, no canteiro formado para as mudas que serviriam para a implantação dos SAFs, foram plantadas mudas de nhandiroba de rama (*Fevillea cordifolia* ou *Fevillea tribolata*) (Figura 4), uma espécie que não é da região, como um experimento solicitado pela Natura.



Figura 4 – Canteiro de mudas da cooperativa quando já possuía mudas de nhandiroba de rama. Este espaço possui, de acordo com o entrevistado G., 400m² de área.

Entende-se que ela represente muito para os cooperados da CAMTAUÁ, mas eles não podem viver apenas com esta possibilidade de escoamento da produção — nem atrelados unicamente às solicitações de uma empresa, seja ela qual for — porque aquelas pessoas possuem necessidades que precisam ser satisfeitas e a própria cooperativa precisa de renda para suportar suas obrigações como empresa constituída.

A dificuldade de muitos cooperados aqui na nossa região é essa questão, que não tem produção. O que é que eles vão fazer aqui? Eles

vão partir pra outra coisa... vai ser o trabalho da roça, vão plantar maniva, vão vender folha pra outra empresa, fazer maniçoba. Enfim... essa é que é a realidade da maioria dos cooperados. (V. – sócia-fundadora)

Quando iniciamos as investigações na cooperativa, ela estava composta por trinta e nove sócios, mas nem todos participavam ativamente. A equipe gestora era formada por seis integrantes, tendo assim se mantido até início de julho de 2016 (Quadro 4).

Quadro 9 – Equipe Gestora da CAMTAUÁ – 2014-2016

FUNÇÃO	COOPERADO
Presidente	Lucivaldo Piedade da Conceição
Vice- Presidente	Roseane de Azevedo Correia
Secretária	Valdenes Ferreira de Souza
Vice-Secretária	Eliete dos Santos Rosário
Tesoureiro	Ivanildo Melo da Silva
Vice- tesoureiro	Rafael Santana Bastos

Fonte: pesquisa de campo, 2015

À assembleia ocorrida em 30 de abril de 2015, compareceram vinte e dois sócios e foi relatado que o quadro da cooperativa iria diminuir para cerca de trinta e três membros. No entanto, as comunidades de Nossa Senhora do Bom Remédio (também chamada de Vila dos Remédios), onde fica a sede, Santa Maria do Umbituba (chamada de Vila de Santa Maria), São Raimundo de Borralhos (chamada apenas de Borralhos), São Tomé e Furo do Arauê continuam tendo representatividade significativa.

Além disso, na visita feita no dia 11 de abril de 2015, início do ciclo de oficinas, foi informado que a CAMTAUÁ havia recebido mais um prêmio Bio Qlicar, da Natura (Figura 5). Os dirigentes foram recebê-lo no dia 1º de abril.



Figura 5 - Os dois troféus de vencedor do prêmio Bio Qlicar “Comunidade Fomecedora” recebidos pela CAMTAUÁ, em 2012 e 2014, expostos na estante da sala de reuniões da cooperativa. Verdadeiro reconhecimento do valor da cooperativa ou uma maneira de manter o domínio?

4.3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS

O perfil socioeconômico dos cooperados da CAMTAUÁ foi construído com base nos dados coletados em entrevista com 32 participantes, que estavam ativos naquela época. Esta necessidade se estabeleceu pela falta de informações acerca dos cooperados dentre os documentos da empresa: não havia fichas cadastrais que pudessem ser pesquisadas. Desse modo, fez-se necessária uma pesquisa para colher estes dados.

As entrevistas aconteceram ainda quando a equipe¹² de pesquisadores, da qual a autora fazia parte, realizava o período de estágio previsto para o Curso de Mestrado Profissional, em 2015, pelo IFPA. Para esta etapa, a equipe utilizou-se de dois dias de visitas, dirigindo-se à sede, bem como até a residência dos cooperados, tendo como guia o Senhor G., assessor da cooperativa naquela ocasião. Foram colhidos dados relativos a gênero, faixa-etária, estado civil, escolaridade e questões que envolvem residência e família, dentre outros, conforme se pode verificar no questionário aplicado (anexo 12).

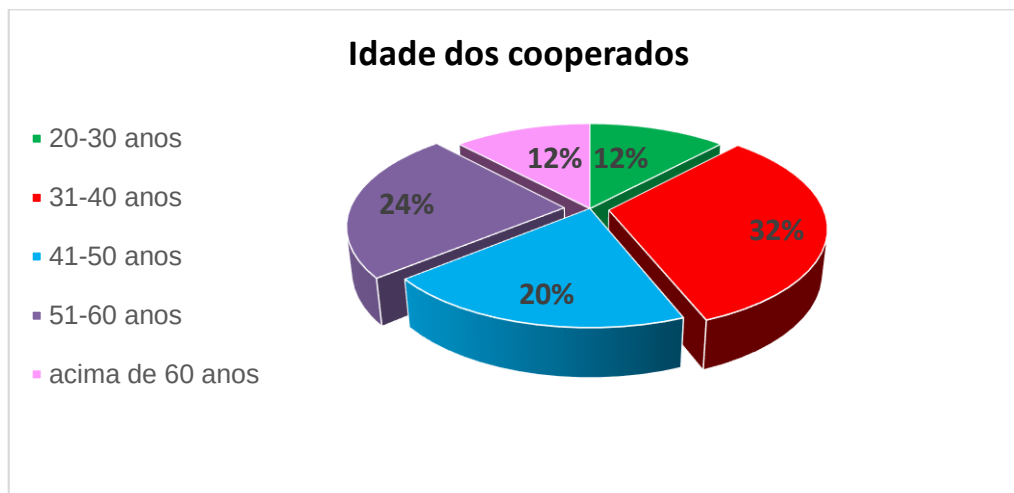
Quanto ao gênero, pôde-se observar que a cooperativa possuía um número equilibrado de trabalhadores e trabalhadoras, não predominando, portanto, nem o gênero masculino nem o feminino nas ações da cooperativa.

É interessante ressaltar que este equilíbrio se refletia na equipe gestora da cooperativa, que possuía três integrantes do sexo feminino e três do sexo masculino, conforme se pôde observar anteriormente.

Considerou-se, também, relevante verificar a faixa etária dos cooperados, fator bastante importante para indicar o caminho a se seguir para ajudar a construir ações junto com o grupo, já que estas construções se baseiam em interesses e modos de compreender o mundo, o que, inclusive, pode variar de acordo com a idade.

Verificou-se que a grande maioria dos cooperados da CAMTAUÁ era formada de pessoas maduras: mais da metade deles — 52% — pertencendo à faixa etária de 31 a 50 anos, destes prevalecendo os mais jovens: 32% de pessoas que estão com idade entre 31 e 40 anos (Gráfico 1).

¹² Pesquisadoras: Allane Barbosa Maciel, Ingrid Viégas Pinto, Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva, participantes da Equipe de Marketing.

Gráfico 10 – Idade dos Cooperados da CAMTAUÁ

Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Além disso, não podemos esquecer da faixa etária que vai dos 51 aos 60 anos, pois uma boa porcentagem de cooperados estava nesta faixa de idade — 24%, uma porcentagem mais alta que a dos que estavam entre 41 e 50 anos. De todos os entrevistados, apenas quatro possuíam até 30 anos e outros quatro estavam com idade acima de 60 anos.

Embora se possa entender este panorama como um quadro equilibrado para aquele momento, este resultado pode trazer uma certa preocupação, pois percebe-se, também, que, com o passar do tempo, permanecendo do jeito que está, ele tende a entrar em desequilíbrio, envelhecendo muito rapidamente, já que a quantidade de pessoas mais novas dentre os cooperados é pequena.

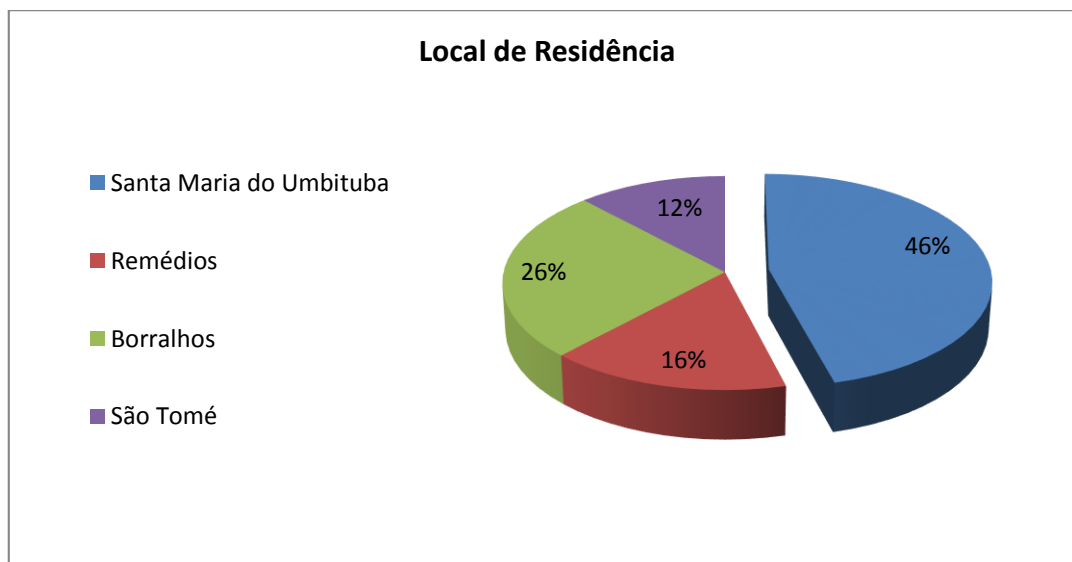
Desse modo, uma boa medida — embora não a única — a ser tomada para que o quadro da cooperativa demonstre maior possibilidade de renovação e continuidade seria incentivar os jovens da comunidade a fim de que eles pudessem vir a conhecer a cooperativa e compreender sua importância para aquela localidade, isto se dando, preferencial e principalmente, com aqueles que fazem parte das famílias já cooperadas.

Dando prosseguimento à construção do perfil dos cooperados da CAMTAUÁ, o local de residência foi outra categoria levada em consideração, já que a distância que há entre cooperado e sede da cooperativa pode ser usada como justificativa para a pouca participação deste nas atividades da empresa, bem como para a dificuldade de sua participação em cursos, oficinas ou outras ações pensadas para a melhoria da

capacitação dos cooperados, ou mesmo como entrave para as relações interpessoais dos indivíduos da empresa em questão.

Sendo assim, perguntou-se aos entrevistados qual era a sua comunidade de origem; e os dados colhidos podem ser observados a seguir (Gráfico 2).

Gráfico 11 - Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, segundo o local de residência



Fonte: Dados da pesquisa, 2015

À época da entrevista, a cooperativa era formada por residentes de várias comunidades de Santo Antônio do Tauá, sendo elas: Borralhos, Remédios, São Tomé e Santa Maria do Umbituba, sendo que 46% dos participantes eram de Santa Maria do Umbituba¹³, ou seja, quase a metade dos cooperados. Outra grande porcentagem de participação na cooperativa é dos residentes de Borralhos: 26%, ou seja, oito cooperados do total dos 32 entrevistados. Os outros 28% restantes estavam divididos nas comunidades de São Tomé e Remédios, tendo esta última um número maior de participantes. Mais tarde, à época do desenvolvimento das oficinas, pôde-se constatar, também, a presença de pessoas oriundas da comunidade chamada Furo do Arauê.

Verificou-se que os povoados se distanciam um pouco da localidade onde fica instalada a cooperativa e, além disso, o transporte também é escasso; isso pode

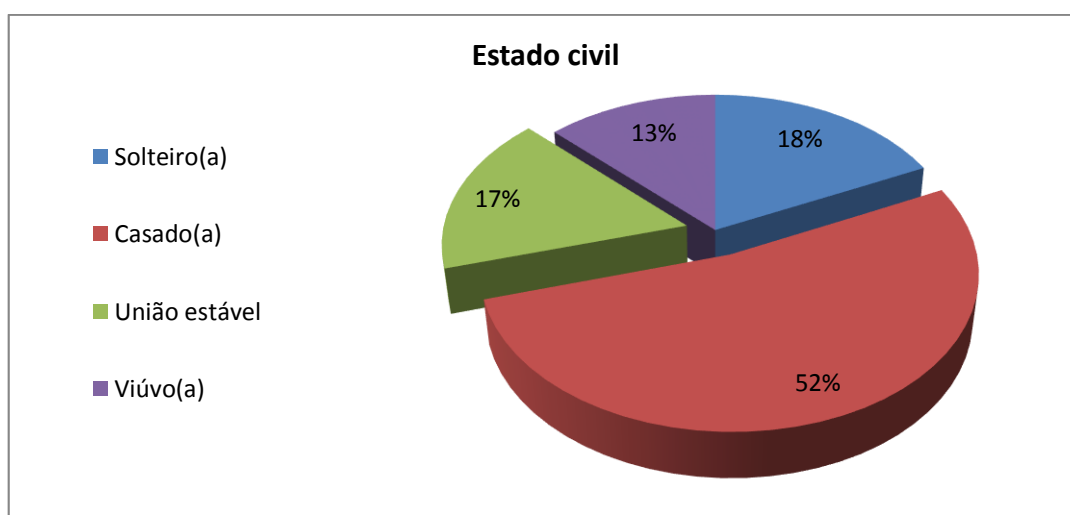
¹³ Como já se disse anteriormente, Vila dos Remédios é o nome pelo qual os entrevistados chamam a comunidade de Nossa Senhora do Bom Remédio; Santa Maria do Umbituba é também chamada de Vila de Santa Maria ou apenas de Santa Maria; e Borralhos é o nome que chamam para a comunidade de São Raimundo de Borralhos.

implicar a pouca participação dos cooperados, impedindo que eles venham a estar sempre presentes às atividades que a sede desenvolve ou possa vir a desenvolver. Ou seja, as atividades que foram propostas para as oficinas — e as utilizadas na construção da proposta do curso objeto deste trabalho — levaram este fator em consideração.

Esta fase da pesquisa também se preocupou com a constituição familiar dos cooperados, tendo em vista serem trabalhadores na agricultura familiar. Entende-se que o tamanho da família pode contribuir com uma participação maior do cooperado, pois possuiria, em tese, mais pessoas para contribuir com o trabalho, aumentando o tempo que este poderia dedicar aos assuntos da cooperativa ou às atividades extracampo que esta viesse a propor.

Os dados da pesquisa apontaram que a maioria era casada ou estava em união estável, perfazendo um total de 69% dos entrevistados nesta situação (Gráfico 3).

Gráfico 12 - Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, segundo o estado civil.



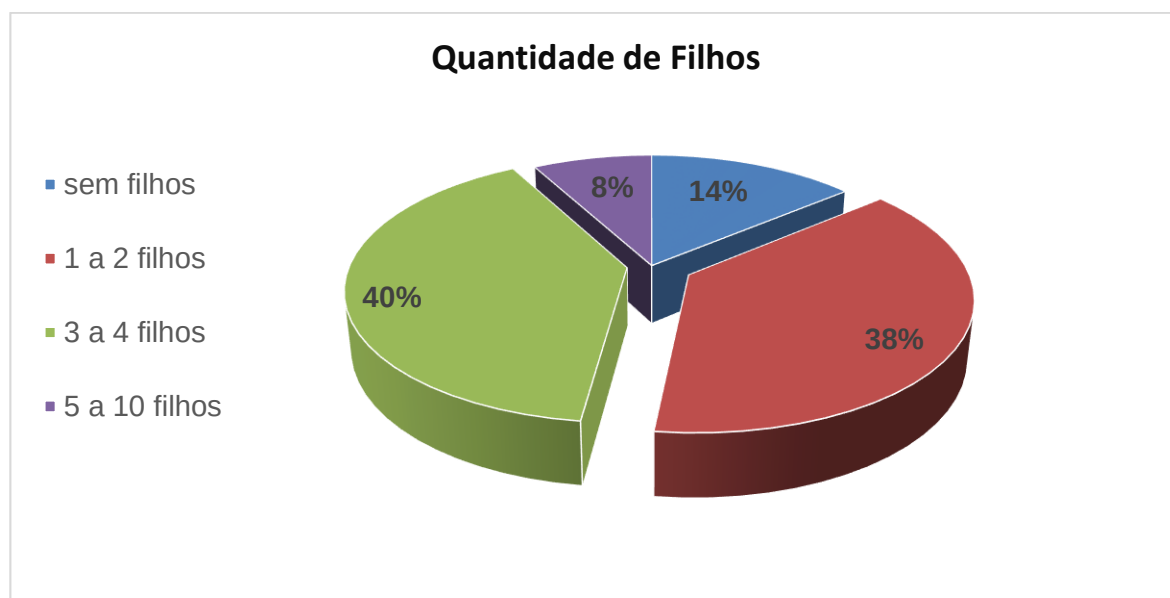
Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Percebeu-se, também, o equilíbrio que havia entre o número de solteiros e viúvos, estas duas últimas categorias perfazendo, juntas, um total de 31%, tendo os solteiros uma porcentagem um pouco maior que a dos viúvos — 5% maior.

Para completar o panorama da situação familiar, foi indagado aos entrevistados o número de filhos que possuíam. Verificou-se que 25 respondentes, quase 80% dos cooperados entrevistados, possuíam, à época da entrevista, de 1 a 4 filhos. Destes, a porcentagem maior estava entre aqueles que possuíam de 3 a 4

filhos. Somente 14% dos cooperados entrevistados, ou seja, cinco deles, não tinham filhos, o que é um percentual pequeno (Gráfico 4).

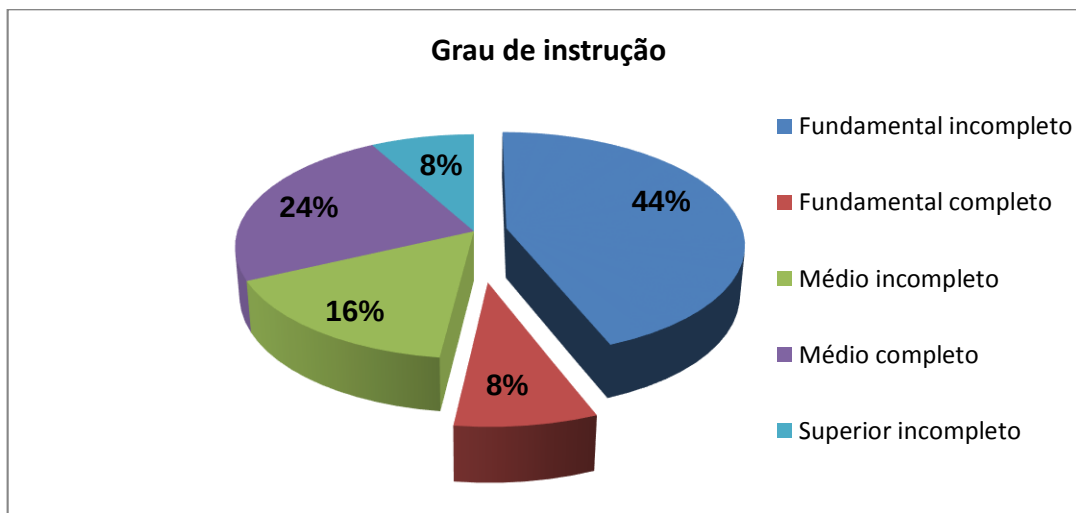
Gráfico 13 - Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, pela quantidade de filhos



Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Com relação ao resultado obtido por meio dos dados colhidos sobre a próxima categoria verificada, grau de instrução, verificou-se que 52% dos cooperados entrevistados possuíam juntos, o ensino fundamental fosse completo ou não.

Observou-se, ainda, que havia 16% de cooperados com nível médio incompleto, o que significa, em outras palavras, nível fundamental completo. Somando-se aos dois níveis anteriores, teremos uma porcentagem de 78% de cooperados que não terminaram o nível médio. Dos que terminaram o Ensino Médio, temos 32%, — 10 respondentes, o que equivale a um terço dos cooperados entrevistados — dos quais apenas 8% terminaram o nível superior. Ou seja, de um universo de 32 pessoas entrevistadas, apenas duas possuíam o ensino superior (Gráfico 5).

Gráfico 14- Distribuição dos cooperados da CAMTAUÁ, pelo grau de instrução

Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Entende-se que esta foi uma das categorias de análise mais importantes para ajudar a construir a base sobre a qual o Curso de Gestão, objeto deste trabalho, se pautou; bem como para propor a metodologia de trabalho que delinearía o curso, somando-a, é claro, às outras que fizeram parte desta investigação preliminar e aos outros momentos posteriores de construção junto com o grupo.

Enfatiza-se, neste momento, ainda, que o nível de instrução pode traduzir-se em um problema, sempre que se considera a realidade de uma cooperativa, por ser esta uma empresa autogestionária; e este problema requer ações a fim de que seja transposto. Os cooperados precisam ser — e sentir que são — capazes de ajudar a gerir o empreendimento. Muitas vezes, pessoas com um nível de instrução baixo não se percebem competentes para este mister; e se, conjuntamente, ainda forem mais velhas podem tender a se enclausurar por timidez, pensando não haver mais “tempo para elas”, ou seja, para aprendizagens de quaisquer gêneros. Observem-se, abaixo, três depoimentos colhidos em outro momento de visita e que podem ilustrar esse comentário:

É muito difícil pra mim, que já tenho muita idade... sou velho, já... não aprendo mais direito... Queria que os meninos, filhos dos outros cooperados, quisessem vir aqui e aprender os cursos. (M. – cooperado)

Eu venho, mas é difícil... outros cursos com muita escrevinhação, muita palavra que não sei... A velhice, a gente esquece as coisas... eu gosto da lida na minha terra... Mas tudo que eu puder ajudar, eu venho... (F. – cooperado)

Sou mesmo analfabeto... diz que... pois não sei nem ler direito. Eu queria aprender pra poder entender mais disso tudo, pois tem coisa que o povo fala muito e não entendo um nada de nada... fala, fala, fala... embola tudo na minha cabeça... Também já sou é velho e não tive muita escola e agora é mais difícil. (P. - cooperado)

Percebe-se que a tendência é querer deixar nas mãos das outras pessoas a gestão do empreendimento e dedicar-se ao trabalho apenas no campo, embora seja explícita a boa vontade dos cooperados, principalmente os que deram o segundo e o terceiro depoimentos acima transcritos.

Ressalta-se que o “deixar nas mãos dos outros” pode se constituir um problema tanto para o cooperado quanto para a cooperativa, pois pode levar um ou mais cooperados a serem geridos como se fossem funcionários da empresa e não gestores.

Mesmo assim, dando prosseguimento à construção do perfil dos cooperados da CAMTAUÁ, embora o grau de instrução da maioria dos trabalhadores entrevistados seja baixo, todos eles declararam ser proprietários de suas residências e apenas poucos deles ainda residem em casas de madeira. A grande maioria — 92% — dos cooperados possuem casas construídas em alvenaria.

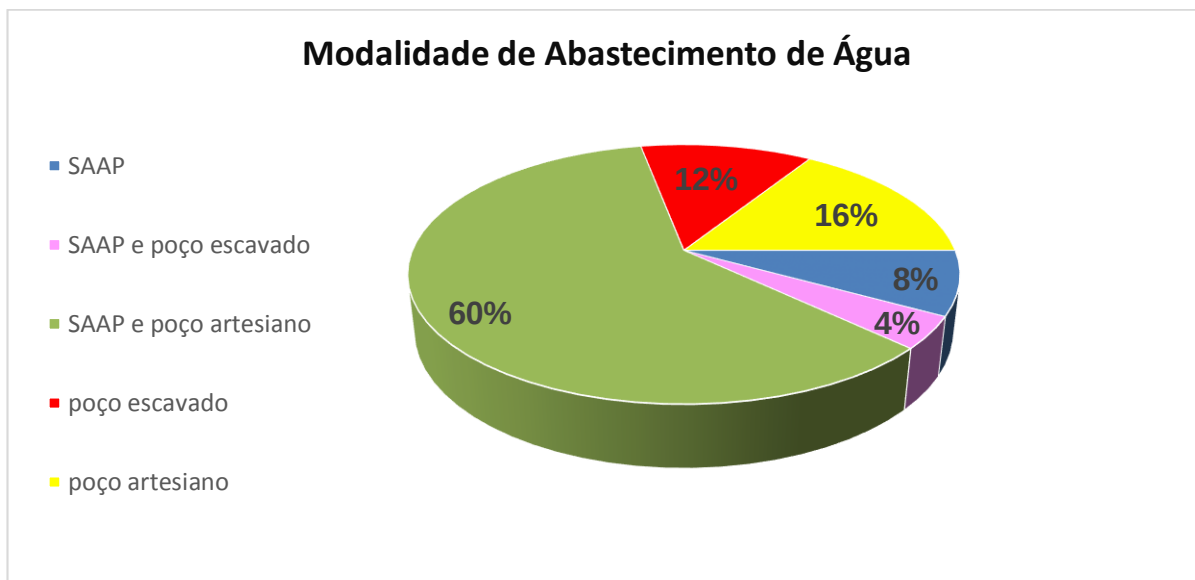
Procurou-se conhecer, também, o tipo de energia utilizada por eles e o acesso à água. Para esta categoria de análise, todos os entrevistados declararam que a suas residências chega a energia elétrica proveniente da Rede CELPA, mas o abastecimento de água difere um pouco de casa para casa.

Segundo as respostas dos cooperados, puderam ser constatadas três modalidades existentes para o abastecimento de água nas residências dos entrevistados: por meio do Sistema de Abastecimento de Água do Pará (SAAP), poço artesiano e poço escavado, havendo, na maioria delas, duas modalidades concomitantes.

O Sistema de Abastecimento de Água do Pará chegava, à época da entrevista, a 72% dos entrevistados. Destes, 60% possuíam simultaneamente a modalidade de poço artesiano. O poço escavado está presente junto ao abastecimento por meio do SAAP em apenas 4% das residências, mas está presente como única modalidade de abastecimento de água em 12% das propriedades. Verificou-se, também, a presença do poço artesiano como única modalidade de abastecimento em 16% das residências. Constatou-se que apenas 8% das propriedades possuía apenas o SAAP como única modalidade de abastecimento de

água. Ou seja, somente 36% das moradias era servida apenas por uma única modalidade de abastecimento deste recurso (Gráfico 6).

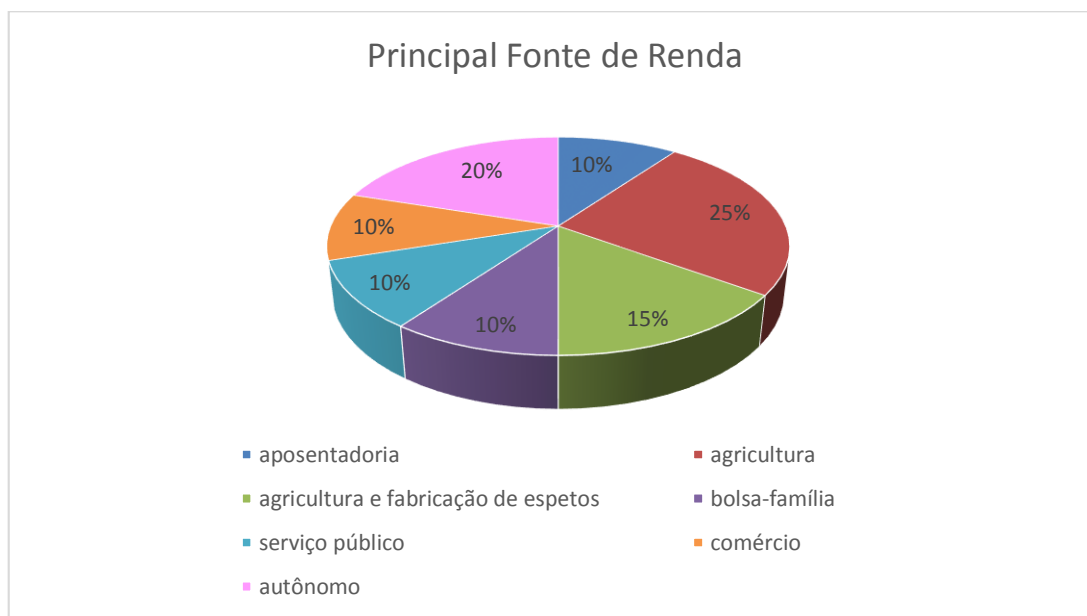
Gráfico 15 - Demonstrativo das Modalidades de Abastecimento de Água nas residências dos cooperados da CAMTAUÁ.



Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Ao serem questionados acerca de se a cooperativa servia como a fonte principal de renda da família, 100% dos cooperados disseram não, pois a principal fonte de renda era outra. Ressalta-se, portanto, que a cooperativa era vista como uma atividade para complementar a renda, o que pode trazer transtorno para o empreendimento, já que não se constituía numa prioridade.

Verificou-se pela pesquisa que 40% dos respondentes confirmaram que a agricultura era sua principal fonte de renda e 15% deles se dedicavam também à fabricação de espetos de madeira, além do trabalho na agricultura. Dos 60% restantes, observou-se que 10% viviam principalmente da aposentadoria; 30% recebiam também dinheiro por meio do Programa Bolsa-Família, do Governo Federal, mas 10% do total de respondentes possuíam este dinheiro do programa como principal fonte de renda. Os outros 40% se dividiam em trabalhos diversos: comércio, serviço público ou como autônomos (Gráfico 7).

Gráfico 16 - Demonstrativo da principal fonte de renda dos cooperados da CAMTAUÁ

Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Até o momento em que a pesquisa foi feita, os cooperados declararam ter recebido dinheiro da cooperativa em dois momentos. Nem todos os cooperados receberam a mesma quantia, haja vista a quantidade de produtos que foram entregues por cada um à cooperativa.

O valor recebido, segundo os entrevistados variou de trezentos a três mil reais ao ano. Entende-se, portanto, a razão pela qual os cooperados relutavam em ter a cooperativa como principal fonte de renda, pois, calculando-se o valor mensal da quantia recebida, este variaria entre 25 e 250 reais, o que estava bem abaixo do salário mínimo praticado na época.

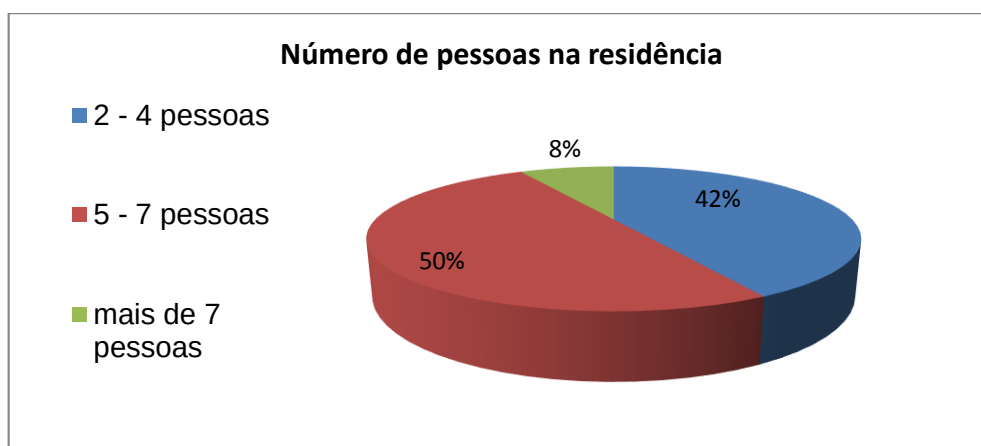
A gente está com a finalidade de adquirir eles pra cá [mais pessoas para se tornarem cooperadas], mas pra que tenha isso aqui é preciso que tenha algo que venha a render pra todos nós. (V. – Sócia-fundadora)

A renda familiar foi, portanto, outra categoria pesquisada nesta ocasião, completando-se com a quantidade de pessoas que moram em cada residência e a quantidade de pessoas que contribuem com a renda da família.

Verificou-se que as famílias eram formadas por no mínimo duas pessoas e que 50% das famílias dos cooperados era formada por no mínimo cinco e no máximo sete pessoas, considerando-se este um número razoável. No entanto, percebeu-se, também, que grande parte das famílias — 42% — possuíam um número reduzido de

componentes — de duas a quatro pessoas. Entende-se o trabalho na agricultura e no extrativismo como sendo pesado, e quanto mais pessoas para contribuir, melhor. No entanto, apenas 8% das famílias de cooperados possuíam mais de sete componentes (Gráfico 8).

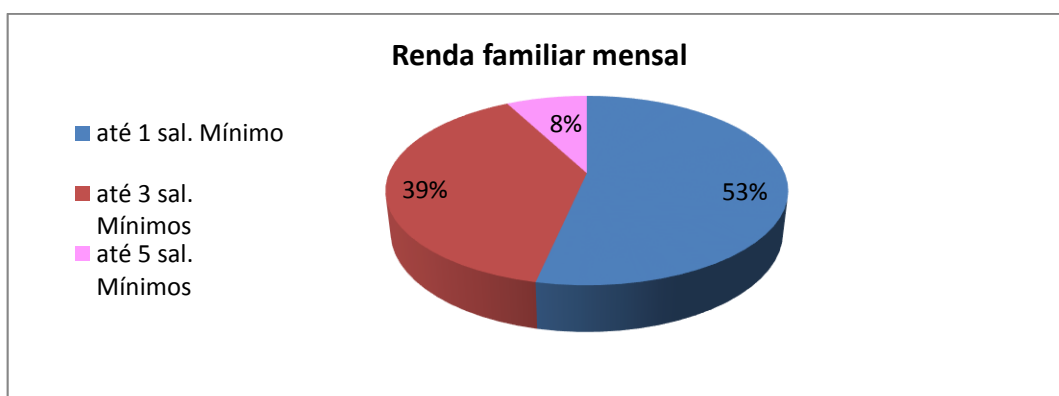
Gráfico 17 - Quantitativo de pessoas por residência dos cooperados da CAMTAUÁ



Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Além disso, a maioria das famílias tinham apenas uma ou duas pessoas contribuindo para a renda familiar. Constatou-se que apenas 5% das famílias possuem quatro pessoas contribuindo para formar a renda; e um quarto dos entrevistados declararam haver três pessoas contribuindo com o ganho familiar mensal. Estes dados refletem-se na renda de cada família, sobre a qual confirmou-se baixa para a maioria das famílias dos cooperados respondentes: mais da metade delas — 53% — possuíam uma renda abaixo do salário mínimo da época (Gráfico 9).

Gráfico 18 – Demonstrativo da renda mensal das famílias dos cooperados da CAMTAUÁ



Fonte: Dados de pesquisa, 2015

Constata-se, ainda, por meio do gráfico anterior, que grande parte das famílias não tinham ganhos que passassem dos três salários mínimos. E apenas 8% das famílias possuíam ganhos acima de cinco salários mínimos.

4.4. CURSO VIVENCIADO VOLTADO À GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

De acordo com os cooperados, alguns cursos foram ministrados para eles desde o começo da cooperativa. Eles receberam cursos, na maioria, sobre cooperativismo e associativismo, ministrados pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — FASE —, pela Universidade Federal do Pará, pela própria Natura, bem como pelo Instituto Federal do Pará, por meio da INCUBITEC. Esta incubadora já desenvolveu, na CAMTAUÁ, cursos sobre Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo. No entanto, para esta análise, considerar-se-á apenas o curso voltado à gestão do empreendimento, visto ser o objeto deste trabalho.

Antes de iniciar a análise do curso vivenciado pelos cooperados da CAMTAUÁ, voltado à gestão, enfatiza-se que o objetivo desta avaliação consiste em perceber o alcance deste curso e a razão pela qual seus conteúdos tenham sido em grande parte esquecidos ou que tenham sido classificados como “não adiantou muita coisa”, segundo a opinião de diversos cooperados, apesar do paradoxo existente em seus depoimentos, quando dizem considerar que todos os cursos tivessem sido “muito importantes”.

De acordo com as informações colhidas durante as conversas com os cooperados, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — FASE — foi a responsável por ministrar o curso de Capacitação em Gestão para Associações e Cooperativas, curso citado por alguns dos entrevistados, dentre eles G. e V.

Foi muito bom o curso, mas não me lembro muito bem do conteúdo. Era sobre o que é cooperativa... essas coisas. (V. — sócia fundadora)

Temos aqui o material desse curso que o pessoal deixou arquivado. Foi um curso muito bom, mas nunca fica muita coisa. É sempre bom a gente ter o pessoal que nos ajuda, trazendo esses cursos. (G. — Assessor da cooperativa)

Pode-se perceber que a lembrança do conteúdo deste curso é muito vaga para os entrevistados, somando-se às queixas já feitas por outros cooperados acerca

do cunho estritamente teórico das capacitações a que já tiveram acesso. Embora não se tenha podido assistir ao curso, verificou-se o material a que G. se referiu.

Entende-se ser muito importante o instrumento de apoio utilizado durante o curso e que ficará para o aluno após seu término, visto ser este o material que o fará relembrar-se do conteúdo do curso, onde ele — o aluno — buscará tirar suas dúvidas depois de algum tempo de finalizado o processo, sempre que quiser ou achar necessário. O material impresso, além disso, “apresenta-se como possibilidade de multiplicar a ação do professor para atingir número cada vez maior de estudantes, em tornar o ensino atraente e a aprendizagem fácil” (PRETI, 2010, p.15).

O material que ficou para os cooperados que participaram do Curso de Gestão e disponibilizado por eles para a apreciação, cujos resultados ora serão apresentados, pode ser considerado genérico, para poder servir como base de estudo para qualquer associação ou cooperativa, não sendo, desse modo, resultado das demandas próprias daquele empreendimento.

Considera-se, dessa maneira, que não esteja vinculado aos pressupostos da Educação do Campo, pois estes subentendem conteúdos nascidos das demandas da comunidade a que se destina.

O instrumento de apoio em questão compõe-se de uma apostila com 14 (quatorze) páginas, incluindo a capa, elaborado por Cláudia Pojo, datando de 2015, sob a responsabilidade da FASE Amazônia¹⁴. Está dividido em itens não numerados, quais sejam:

- ✓ Como melhorar a gestão dentro da organização;
- ✓ Como enfraquecer uma organização; e
- ✓ E o dia a dia da organização, como é que fica?

O primeiro item — Como melhorar a gestão dentro da organização — visa a ensinar que as organizações não podem se afastar dos princípios para os quais foram criadas, dando ênfase ao princípio da gestão democrática e participativa, destacando

¹⁴ A FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo [...] Para cumprir seus objetivos e causas, a organização conta ainda com seis programas regionais: Amazônia, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro. Esses desenvolvem localmente estratégias e ações dos planos trienais. (FASE. Disponível em <http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>. Acesso em 11/07/2016)

quatro consequências de uma gestão fechada, não democrática, quais sejam: sobrecarga de trabalho; o poder não circula entre os membros; os associados distanciam-se da vida da instituição; os associados começam a ter dúvidas quanto à transparência da gestão.

Chama-se a atenção para o seguinte período encontrado nesta primeira parte: “Para que sua Organização consiga de fato atender as expectativas de sua Comunidade seus/as associadas/os, cooperadas/cooperados [sic] é preciso fortalecimento político, social e operacional” (POJO, 2015, p. 02), sem maiores esclarecimentos ou explicações acerca do que se possa compreender sobre fortalecimento político, social e operacional.

Neste ponto, entende-se que o material não pode ser considerado suficiente para vir a modificar a prática organizacional, pois não atinge os cooperados, tornando-se um discurso vazio para muitos deles cujo nível de escolaridade é ainda pequeno, cujas vivências práticas superam as teóricas, ou mesmo que não estejam habituados a este tipo de vocabulário ou leitura.

Segundo Ausubel (2003) não se trata de desvalorizar a aprendizagem teórica — ou de recepção — mas do modo como esta abordagem se efetiva durante o processo:

Não é de surpreender que alguns dos programas de aprendizagem de ensino-recepção expositivo nas escolas, mais flagrantemente absurdos e mal concebidos, tenham resultado num inequívoco fracasso dos esforços de aprendizagem dos alunos, com a consequente rejeição destas práticas por parte de muitos professores a favor das novas abordagens de descoberta. Este resultado levou, por sua vez, ao ponto de vista largamente aceite nos círculos educacionais de que a abordagem de ensino expositivo e de aprendizagem por recepção fomenta a aprendizagem de verbalismos vazios (em vez de generalizações), desprovidos de qualquer significado e de compreensão. (AUSUBEL, 2003, p. 07)

Para o autor, há alguns fatores que caracterizam essas práticas mal sucedidas. Observe-se:

1. Uso prematuro de técnicas verbais puras com alunos imaturos em termos cognitivos.
2. Apresentação arbitrária de factos não relacionados sem quaisquer princípios de organização ou de explicação.
3. Não integração de novas tarefas de aprendizagem com materiais anteriormente apresentados.
4. Utilização de procedimentos de avaliação que avaliam somente a capacidade de se reconhecerem factos discretos, ou de se reproduzirem ideias pelas mesmas palavras ou no contexto idêntico ao encontrado originalmente. (AUSUBEL, 2003, p. 07)

De fato, o material apresenta alguns desses fatores, haja vista que ainda seguem-se expressões tais como “ações baseadas numa identidade sólida” e “definição de estratégias e ferramentas de sustentação da Organização” (POJO, 2015, p. 02) que, apesar de poderem ser consideradas simples para muitas pessoas, para outras também se constituem em códigos indecifráveis, desprovidos de sentido.

Em seguida, o material apresenta uma série de ações que se destinariam a melhorar a capacidade de gestão dentro da organização. Resumindo-as, as ações apresentadas orbitam em torno de construção de projetos e planejamentos participativos, distribuição de responsabilidades, parcerias, rotinas administrativas, espaço de referência (sede), divisão do trabalho, plano de comunicação, maturidade para riscos e conflitos, disponibilidade para as mudanças.

Após estas ações, encontra-se a segunda parte — Como enfraquecer uma organização — elencando treze pontos. Considera-se que esta seja a parte mais compreensível do material, utilizando um vocabulário mais próximo daquele conhecido pela maioria das pessoas do grupo e, por isso, de melhor entendimento. Utiliza expressões como: “chamando o presidente de ladrão [...]”; “não prestando contas [...]”; “não participando de algum evento [...]”¹⁵ (POJO, 2015, p. 03).

Embora a forma de abordagem seja uma escolha da autora do material, de quem não se pode tirar este direito, considera-se mais proveitoso apresentar objetivos positivos — no caso “como **fortalecer** uma organização” — utilizando-se de frases que indiquem, também, as posturas desejáveis (e não as indesejáveis). A experiência pessoal de cerca de 34 anos de trabalho com alunos e professores comprova que as frases que apresentam posturas indesejáveis tendem a servir para encontrar culpados e não para melhorar as ações dos indivíduos.

Em seguida, pôde-se observar a terceira parte da apostila — E o dia a dia da organização como fica? — visando a apresentar os documentos para rotinas administrativas. São exemplificados no material três tipos de documentos: o ofício, a ata e o projeto.

No caso do primeiro tipo de documento — o ofício — em vez de apresentar um modelo que possa ser visualizado, a apostila descreve os passos para o início de

¹⁵ As expressões podem ser lidas na íntegra, observando-se o documento em anexo. (Nota da autora)

sua confecção, tornando confusa a compreensão para quem não lida, ainda, com aplicativos de edição de texto e nunca lidou com a antiga datilografia:

Coloque a numeração (Ofício nº 001/2013, por exemplo). Essa numeração deve ser inserida após 3 espaços duplos e à esquerda. Na mesma linha, na posição centro direita, deve constar o local e a data. Depois de um espaço duplo, insira a quem será encaminhado e o assunto que é a palavra ou expressão que resume o assunto tratado no ofício de solicitação. (POJO, 2015, p. 05)

Não se está, com isso, defendendo o nivelamento “por baixo” nem tampouco menosprezando a capacidade de aprendizagem dos cooperados. Mas é necessário ressaltar que qualquer processo de ensino deve partir do conhecimento anterior estabelecido por aqueles que estão na posição de aprendentes, porque, do contrário, não se pode considerar que houve aprendizagem; e se não houver aprendizagem, também não se pode considerar que houve ensino; e, neste sentido, qualquer tentativa de capacitação se torna inócua. Em paralelo, a aprendizagem precisa ser, antes de tudo, significativa. Observe-se o que diz Ausubel a este respeito:

O que é comum a ambas as fases – a aprendizagem significativa e a retenção-esquecimento – e que indica a acção dos processos de assimilação é que as ideias estáveis e estabelecidas na estrutura cognitiva interagem de forma selectiva (em virtude da relevância das mesmas) com novas ideias (assimiladas) do material de instrução, de modo a produzirem os novos significados que constituem o objectivo do processo de aprendizagem. Os novos significados sofrem, depois, uma estabilização, através da ligação (armazenamento), relativamente a estas mesmas ideias ancoradas estáveis. Manifestam uma dissociabilidade máxima logo que são ligados às ideias acabadas de referir, mas exibem um decréscimo gradual da mesma com o decurso do tempo, por razões de redução da tensão cognitiva, gerada pela particularidade, qualificações e elaborações dos próprios significados. (AUSUBEL, 2003, p. 09)

Nesse caso, “as ideias estáveis e estabelecidas na estrutura cognitiva” são o que se chama aqui de conhecimento anterior — ou conhecimento prévio. No entanto, como se pode perceber, de acordo com este autor, o esquecimento pode acontecer mesmo que a aprendizagem tenha sido significativa e com base em estruturas anteriores, pois são muitos os factores além destes que concorrem para o esquecimento.

Também o esquecimento pode ser influenciado por determinados factores (tais como ‘choque de aprendizagem’ inicial, ‘repressão’ e incitação à reprodução através da recordação versus reconhecimento e hipnose) que

influenciam o limiar da disponibilidade, sem alterar de forma alguma a força de dissociabilidade dos significados em questão. (AUSUBEL, 2003, p. 09)

Entretanto, essas estruturas previamente construídas pelo indivíduo são, de toda forma, determinantes para a retenção de novos conhecimentos, não podendo o processo ensino-aprendizagem desconsiderá-las, pois isto acarretaria, sem dúvida, o fracasso deste processo:

Estes processos são evidentemente semelhantes e assimilativos em ambos os casos, pois as ideias existentes e estabelecidas na estrutura cognitiva (estados de conhecimento estabelecidos no aprendiz, em disciplinas específicas) desempenham um papel processual determinante na aquisição e na retenção de novos conhecimentos. (AUSUBEL, 2003, p. 09)

Retomando o conteúdo da apostila, precisa-se compreender, inclusive, que não se pode partir do pressuposto de que todas as pessoas lidam com as novas tecnologias ou estão habituadas com elas. Qualquer processo que vise à capacitação precisa levar em conta o nível de compreensão e de técnica dos indivíduos do grupo, no que concerne ao que se está querendo ensinar. Se não há base teórica ou prática para um determinado conteúdo, é preciso construí-la primeiro.

Além disso, quando se lida com cooperativa, ou seja, empreendimento autogestionário, deve-se considerar que todos os cooperados precisam estar capacitados a assumir a liderança da organização — ou de alguma parte do processo —, já que os cargos não são vitalícios, mas assumidos em rodízio, por meio de eleição em Assembleia. De mais a mais, mesmo que um dos cooperados nunca assuma o cargo de presidente, ele tem o direito de analisar, perguntar, cobrar; e se ele entender os processos, melhor exercerá seu direito. Por isso capacitações e cursos eficientes, construídos juntamente com as pessoas a que elas se destinam — como pressupõe a educação do/no campo — são necessários, pois possuem maior possibilidade de empoderar as pessoas e contribuir para sua autonomia, o que pode melhorar a qualidade de todo o grupo.

Seguindo a mesma forma de construção descritiva, o material apresenta o segundo tipo de documento — a ata — sem, tampouco, apresentar um modelo que possa ser comparado à descrição para um melhor entendimento.

De todo modo, apresenta questões importantes para a produção de uma ata, como as expressões utilizadas em caso de enganos ou erros, para não haver rasura, o modo de finalizar o documento, o fato de que as quantias e quantidades devam ser escritas por extenso, o tipo de tempo verbal com exemplos e o estilo corrido de texto.

A essência da ata foi apresentada, bem como sua utilidade para a empresa. Faltou dizer que o livro é próprio, com as páginas numeradas e que não podem ser arrancadas, ação muito comum: quando as pessoas erram tendem a querer arrancar as páginas para escrever novamente.

Em seguida, e tomando a maior parte da apostila, é apresentado o terceiro e último tipo de documento: o projeto. Utiliza o mesmo princípio descritivo e problemas análogos aos já citados com relação à possibilidade de compreensão do conteúdo. Observe-se, por exemplo, no subitem “Alguns itens devem ser observados na formulação de projetos”: “Estabelecimento correto do problema — deve ser **significante** em relação aos fatores de sucesso no negócio; deve ter dimensão **administrável**; deve ser **mensurável**” (POJO, 2015, p. 8). Se para muitas pessoas dentro da Academia para as quais a construção de projetos é mais comum, esse tipo de texto não ajuda no estabelecimento de um problema, avalia-se para outras pessoas que não possuem vivência acadêmica.

Observe-se também o que diz sobre a formulação de objetivos:

A formulação do objetivo de um projeto pode considerar de alguma maneira a reformulação futura, positiva das atuais condições negativas do problema. Os objetivos devem ser formulados sempre como a solução de um problema e o aproveitamento de uma oportunidade. Estes objetivos são mais genéricos e não podem ser assegurados somente pelo sucesso do projeto, dependem de outras condicionantes. (POJO, 2015, p. 9)

Descrição muito vaga e insuficiente para a elaboração de objetivos. Além disso, mais adiante, confunde objetivos específicos com metas e/ou resultados esperados:

Objetivos específicos: Corresponde às ações que se propõe a executar dentro de um determinado período de tempo. Também podem ser chamados de resultados esperados e devem se realizar até o final do projeto. (POJO, 2015, p. 10)

Ainda seguindo a parte de objetivos, dá exemplo de metas e só então inicia o subitem *d*: metas ou resultados. Ou seja, material confuso. De todo modo, mais adiante, evidencia que “nem todas as instituições financiadoras exigem descrição de objetivos específicos e metas separadamente. Algumas exigem uma forma ou outra” (POJO, 2015, p. 10).

O maior problema evidenciado no material continua por todo o restante das quatro páginas seguintes: palavras e expressões complexas, texto insuficiente para a

compreensão. Além de alguns problemas de pontuação e de ortografia no texto, que se fossem só esses, o prejuízo seria pouco.

Ressalta-se, portanto, a importância não apenas de se conhecer o público-alvo da capacitação, bem como seus limites, para que, a partir daí se possa elaborar um curso e o material que lhe servirá de suporte, mas entende-se como necessária a participação desses sujeitos na construção das ações.

Por isso mesmo, paralelamente a esses fatores, entende-se que a falta de reconhecimento do grupo no conteúdo do curso, ou seja, o fato de o grupo não se reconhecer ao visualizar o conteúdo do curso — ou seu material —, pode ser a razão pela qual o conteúdo das capacitações fiquem no ostracismo e elas — as capacitações — contribuam pouco para a transformação que o grupo entenda como necessária.

Evidencia-se, também, de acordo com o material, — levando-se em consideração que o conteúdo nele apresentado seja o conteúdo geral da capacitação ministrada —, que este é insuficiente para o que ele se propõe: capacitação em gestão. A menos que fosse um dos ciclos de uma capacitação em gestão; mas se é este o caso, o material não especifica.

4.5. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DO CICLO DE OFICINAS

O ciclo de oficinas intitulado “Educar para a autonomia” fundamentou-se no pensamento de Arroyo (1999), quando este diz que as pessoas se ajudam a aprender por meio da troca de conhecimentos e também de questionamentos, dúvidas e incertezas, bem como nos pressupostos da Educação do/no Campo (CALDART, 2005; 2009), que consideram as pessoas que vivem no e do campo como sujeitos que precisam ter sua cultura envolvida nas suas atividades de formação, bem como a própria comunidade como local preferível para que essas se deem.

O ciclo iniciou-se no dia 11 de abril de 2015, na sede da cooperativa, quando as pesquisadoras Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva ali compareceram, e foram recebidas por dois dos dirigentes da cooperativa daquela época, bem como contando com a presença do assessor, pessoa que fazia as mediações entre a Natura e a cooperativa. Nesta ocasião, procurou-se verificar o alcance das formações já vivenciadas e as necessidades de formação para aqueles

sujeitos, utilizando-se a conversa informal e o apoio do caderno de campo para fazer as devidas observações.

De acordo com o cooperado entrevistado G., dentre inúmeras ideias para o crescimento da cooperativa e que gerariam questões vinculadas às formações necessárias, o interessante seria que a cooperativa fizesse uma parceria com as associações das comunidades, ajudando a compor um Sistema Agroflorestal (SAF) em cada uma, mas, para isso, seria necessário um trabalho educativo. Primeiro dentro da cooperativa, para que os sócios entendessem direitinho como é o trabalho cooperado; depois, partir para conscientizar as associações de que a cooperativa pode servir de ajuda para todas elas.

Para ele, seria uma via de mão dupla, pois as associações ajudariam a cooperativa a se manter ativa e viva, e a cooperativa também prestaria serviços às comunidades, ajudando com o SAF de cada uma. O cooperado em questão mostrou-se consciente de que estas suas ideias precisam ser discutidas em grupo, com a Assembleia, não bastando a conversa entre duas ou três pessoas.

De todo modo, entendeu-se, pela postura dos presentes a este primeiro encontro do ciclo de oficinas, que os cooperados estão buscando as estratégias para resolver os problemas vivenciados, mas compreendem que precisam agir na conscientização e na instrução de todos os sócios, principalmente porque, mais adiante, com o sucesso que eles esperam alcançar com a indústria de polpa de fruta — que ainda seria discutida e vislumbrada posteriormente — e do SAF dos cooperados — a experiência piloto, que é uma alternativa já discutida — o trabalho se tornará cada vez mais complexo, necessitando de que, entre os sócios, haja pessoas com formações adequadas.

Nesse sentido, a maior preocupação dentre os cooperados que estavam presentes se baseia no formato didático-metodológico que as futuras formações venham a adquirir, principalmente por causa do nível de escolaridade atual dos cooperados, pois a maioria possui, apenas, até o nível fundamental, bem como o local onde essas formações iriam acontecer, lembrando que, dentre os pressupostos da educação do campo, as atividades formativas, preferencialmente, devem acontecer no local onde as pessoas que receberiam a formação vivem. Observem-se os depoimentos abaixo:

Alguns cooperados não sabem o que tem no estatuto. Não entendem. Pode perguntar que eles têm muitas dúvidas sobre o que tem ali. (V. – sócia fundadora)

Muita coisa do curso, que o pessoal vem dizer aqui é importante, mas tem pessoa que não entende, não. Porque não tem estudo, sabe? Precisava ser de uma maneira diferente (L. – dirigente)

Depreende-se dos depoimentos acima que os cooperados consideraram os cursos ministrados até agora, apesar de terem sua importância compreendida por eles, — e sob o ponto de vista deles —, insuficientes para fazer com que as maiores dúvidas fossem sanadas, e também não foram suficientes para que os próprios cooperados pudessem expor a outras pessoas os detalhes acerca do trabalho de sua própria empresa.

Além disso, observou-se, nesta ocasião, que os cooperados necessitavam de um instrumento que lhes possibilitasse ter acesso rápido e fácil aos elementos mais importantes de seu estatuto, de maneira compreensível e agradável, e que se pensaria a respeito desse instrumento.

Com relação às questões de ordem prática, ressalta-se que, durante este encontro, ficou combinado que o grupo se uniria para compor os almoços de cada oficina, visto a duração dos trabalhos, utilizando-se a cooperação como base para essa demanda.

Este momento serviu também para elaborar, de maneira participativa, o cronograma dos encontros vindouros, estando o próximo com realização prevista para o dia 27 de maio de 2015, já com a presença dos demais cooperados, além dos dirigentes.

Desse modo, como previsto, no dia 27 de maio, estiveram presentes à sede da cooperativa, 22 cooperados, dos quais dois eram dirigentes. Nesta ocasião, também foram visitar a cooperativa dois representantes da FASE, que estavam ajudando as mulheres da comunidade com a organização do Projeto Mulheres e Agroecologia, com a participação de mulheres da cooperativa e também das comunidades.

Esta segunda oficina do ciclo teve como objetivo iniciar, com os cooperados, a montagem dos encontros, na medida em que os conteúdos a serem vivenciados precisavam nascer das necessidades expressas dos participantes, como pressupõem os princípios da Educação do Campo.

As pesquisadoras, portanto, apresentaram aos assistentes seus projetos de Mestrado, reiterando a perspectiva de construir os objetivos e os conteúdos dos demais encontros junto com todo o grupo, para que também o curso pudesse ser construído.

Com este intuito, a pesquisadora Nancilene distribuiu folhas de papel A4 e canetas hidrocores, solicitando que os cooperados presentes escrevessem os temas que eles achassem relevantes para serem abordados durante as oficinas, de modo que, depois, pudessem ser socializados (Figura 6).

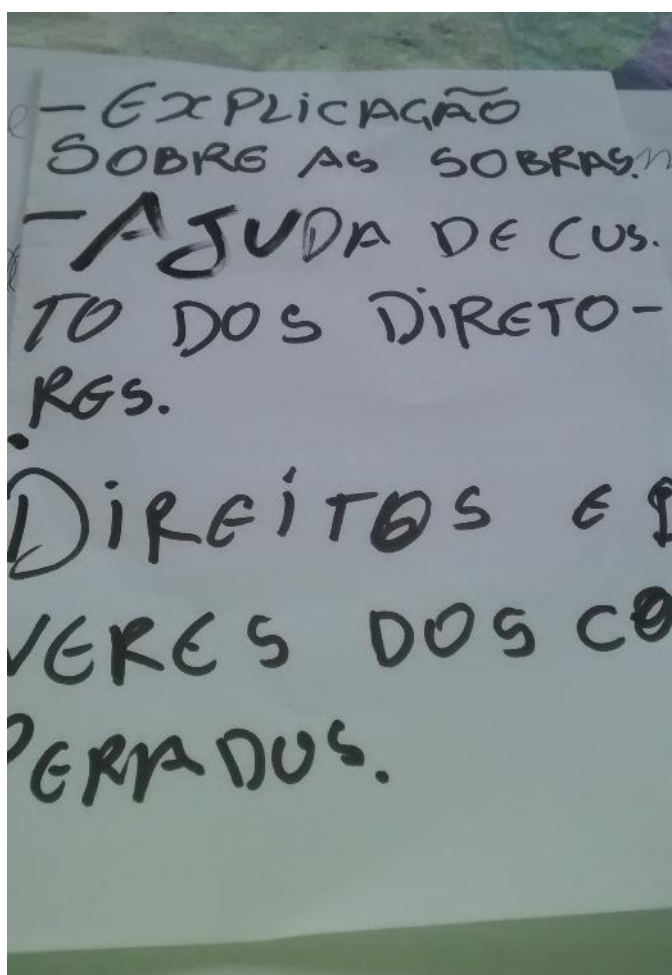


Figura 6 - Folha de participação de um cooperado acerca dos temas para os encontros do Ciclo de Oficinas. Encontro do dia 27/05. Acervo pessoal da pesquisadora.

A orientação dada aos participantes foi a de que não havia necessidade de colocarem seus nomes nas folhas de papel, mas não houve nenhuma orientação acerca do modo como deveriam se organizar para fazer a tarefa: se em grupo ou individualmente.

Desse modo, as pessoas ficaram livres e pôde-se observar que os participantes, em vez de se isolarem para escrever suas dúvidas nos papéis, preferiram se unir para dar opiniões uns aos outros, embora todos tenham entregado sua folha de papel individualmente.

Notou-se, também, que eles distribuíram as dúvidas, além de escrever as próprias em suas folhas:

Escreve aí: explicação sobre sobras, também. Eu vou colocar: cooperativismo e associativismo. (M. – cooperado)

M. já colocou isso. Põe sobre agroextrativismo... (L. – cooperado)

Os papéis foram lidos individualmente e percebeu-se que os cooperados achavam importante explicar o porquê de terem escolhido aquele tema, necessidade que prontamente foi atendida. Neste momento, deixavam clara a participação dos outros colegas na escrita de seu papel.

Eu e ela achamos que era bom botar cooperativismo, porque muitos cooperados não entendem que a gente tem que estar unidos, um ajudando o outro. Isso precisa de dizer... (E. – cooperada)

A preocupação constante com a união do grupo, sentida nas falas dos cooperados em diversos depoimentos, é legítima e ecoa nas palavras de Singer (2005, p. 15):

Para o bom funcionamento da empresa solidária, a união entre os trabalhadores é essencial. Como não há hierarquia, disputas e conflitos podem destruí-la. Também não há a supervisão e vigilância de mestres, contra-mestres, encarregados e quejandos, cuja missão, na empresa capitalista, é disciplinar o trabalhador. No empreendimento solidário, em princípio não deve haver problema de disciplina, pois todos têm interesse no seu sucesso. Mas, na prática há, pois nem todos mostram a mesma dedicação e diligência e, se alguns são vistos como relapsos, a maioria sente-se explorada e pode reagir com severidade.

Como se pode notar, as observações dos cooperados ao lerem seus escritos foram muito importantes para que se pudesse perceber o viés que deveria ser dado aos temas, levando em consideração o pressuposto da Educação do Campo, no que concerne à construção ou escolha dos conteúdos a serem vivenciados, junto com as pessoas a quem este se dirige (Quadro 5).

Quadro 10 – Temas elencados pelos cooperados da CAMTAUÁ para serem discutidos durante o Ciclo de Oficinas.

TEMA	ÊNFASE
Cooperativismo	É importante entender que todos precisam estar unidos, um ajudando o outro.
Cooperativismo e Associativismo	Alguns cooperados não entendem a diferença e continuam sem querer parcerias com associações, pois as sentem como concorrentes.
O que significa ser cooperado Como a cooperativa vive (cultura organizacional)	Ações concretas em prol do desenvolvimento do empreendimento. Como agir, como participar. Funções das pessoas na cooperativa.
Como contribuir para o crescimento da cooperativa	Como conseguir melhorar o empreendimento sem ter que esperar tanto pela Natureza.
Direitos e deveres dos cooperados Ajuda de custos dos diretores Explicação sobre sobras	Conhecer o estatuto e o regimento. Os dirigentes recebem muitas críticas, pois os cooperados não compreendem sua função.
Obrigações legais da cooperativa	O que o empreendimento precisa pagar
Autogestão/Autonomia Economia Solidária	Os cooperados mostraram desejo de poder ensinar aos mais novos e a outras pessoas da comunidade acerca da cooperativa Algumas pessoas da cooperativa são muito individualistas e só pensam no seu ganho pessoal
Experiências exitosas	Dá certo? Como dá certo?

Após o levantamento dos temas, passou-se a discutir como os cooperados entendiam que esses temas deveriam ser desenvolvidos durante as oficinas.

Em síntese, os cooperados expressaram o desejo de que não fossem atividades “chatas”, ou seja, entediadas, já que os trabalhos durariam cerca de cinco horas por encontro, sem contar com o tempo do almoço. Desse modo, compreendeu-se que o modelo de oficina seria, realmente, o mais viável, com a proposição de dinâmicas de grupo que favorecessem a relação interpessoal.

Interessante ressaltar a maneira como os cooperados presentes conversavam entre si, durante algumas oportunidades, para resolver o que seria dito para as pesquisadoras. É certo que em muitas ocasiões, alguns cooperados diziam a sua

ideia, mas puderam-se notar muitos momentos de discussão entre eles até se chegar a uma resposta.

O cronograma prévio, construído no primeiro encontro com os dirigentes, foi apresentado ao grupo que, após deliberações várias, inclusive versando sobre a coleta de sementes demandada pela Natura, que não estava totalmente terminada, decidiu por dias e horários mais convenientes para todos, de maneira que as oficinas pudessem contar com o maior número de participantes possível.

Os almoços pensados na primeira oficina foram aceitos, estando os lanches sob a responsabilidade das pesquisadoras e, além disso, decidiu-se que as oficinas realizadas no turno da tarde deveriam terminar antes das dezessete e trinta, horário em que passavam os ônibus.

Como os lanches estavam sob a responsabilidade das pesquisadoras, solicitamos os ofícios a serem entregues às empresas como patrocínio. Um dos dirigentes pediu ajuda para elaborar o ofício. Assim, pôde-se perceber que há necessidade ainda, apesar do curso que os cooperados tiveram — já analisado neste trabalho — de ajuda com o documento.

A pesquisadora Maria Onice sentou-se junto com alguns dos cooperados para, juntos, elaborarem o ofício. Verificou-se o número do último ofício, as partes que compõem o ofício e maneiras de solicitar o patrocínio.

Durante o encontro, os cooperados levantaram a possibilidade de organizar uma feira cultural na frente da sede da cooperativa, para a qual se elegeu o mês de julho, e decidiu-se que este seria o trabalho de extensão. Todos gostaram da ideia, e as pesquisadoras deixaram a cargo dos cooperados elaborarem os ofícios pedindo o patrocínio de barracas para a prefeitura, desse modo, podendo depois verificar se tiveram alguma dificuldade em executar a tarefa.

Também ficou a cargo dos cooperados a organização das apresentações culturais e o levantamento dos produtos que fariam parte da feira. O objetivo seria mostrar à comunidade um pouco da realidade da cooperativa. Para as pesquisadoras, ficou a colaboração com os convites e *folders*.

Este evento não pôde ser realizado por causa de problemas com a produção, motivo pelo qual também as oficinas tiveram que ser reprogramadas, voltando a acontecer no dia 12/11/2015, quase ao final do ano. No entanto, os contatos com os cooperados não cessaram nesse intervalo de tempo e, como alguns ofícios tivessem sido feitos — embora não tenham sido entregues —, pôde-se constatar maior

segurança no que concerne a sua elaboração, e consequente avanço no que diz respeito à autonomia do grupo.

Desse modo, as pesquisadoras retornaram ao empreendimento, no dia 12 de novembro para dar continuidade ao ciclo de oficinas. Para este encontro, estava previsto o debruçar por sobre os documentos da cooperativa, junto com o grupo presente. As perguntas feitas pelas pesquisadoras acerca dos dias em que os cursos foram realizados, sobre os cooperados, suas características e as de seus empreendimentos, fizeram com que eles percebessem que falta um registro mais detalhado de diversas situações e fatos.

Neste momento, discutiu-se com o grupo a importância dos registros fotográficos e de filmagens, tão acessíveis nos dias de hoje, e o porquê de as imagens serem tão importantes para relembrar e solidificar conhecimento, além de ajudar a construir a história de todos. A relevância dada aos audiovisuais não obscureceu a importância dos registros escritos e os cooperados concordaram que seria muito bom se eles reservassem um tempo para organizar esses arquivos.

Neste momento um dos cooperados queixou-se sobre a dificuldade das pessoas no que diz respeito à escrita, o que mostrou a necessidade de se trabalhar, também, noções básicas de língua portuguesa, justificando a presença desta disciplina no curso de gestão elaborado posteriormente e aqui apresentado nos apêndices.

Se a comunicação entre a cooperativa e a comunidade estiver abalada por ruídos que distorcem as mensagens transmitidas, podem ocorrer dissonâncias que acabam embaralhando as ideias básicas, valores e propósitos que se pretende agregar à imagem desejada. (PIMENTEL, 2011, p. 17)

Ou seja, os estudos voltados para o desenvolvimento da Língua Portuguesa podem melhorar a qualidade da comunicação da empresa com seus cooperados e da empresa com os atores externos, melhorando, também, os serviços e, inclusive, a imagem da cooperativa. Ressalta-se que estes estudos deveriam ser constantes, e sempre que possível, que se venha a ofertar oficinas de construção de texto para os cooperados.

Ainda no dia 12/11, as pesquisadoras fizeram, também, um acervo fotográfico de documentos do empreendimento, relevantes para serem analisados e que foram

úteis para a elaboração do histórico da cooperativa e sua consequente e posterior caracterização.

O próximo encontro do ciclo de Oficinas se realizou no dia 28/11/2015, quando houve, também, a participação da pesquisadora e advogada Alanne Barbosa Maciel, colaborando com uma das partes teóricas do Ciclo de Oficinas, com a duração de oito horas (figura 7).



Figura 7 – Parte teórica do Ciclo de Oficinas ministrado pela pesquisadora Alanne Barbosa Maciel.

A palestrante-oficineira trouxe uma sequência de slides, tratando dos seguintes temas:

1. Cooperativismo e associativismo
2. As leis do país e as regras da cooperativa
3. Rotinas administrativas – documentos usados pelas cooperativas

Na primeira parte, após o café da manhã, tratou-se brevemente do sistema capitalista e da economia solidária, do histórico do cooperativismo e de seus princípios, os tipos de cooperativas existentes, os passos que se deve seguir para ser cooperado, as responsabilidades dos sócios junto à cooperativa. Além disso, houve uma apresentação do significado de gestão democrática, e o quanto a autonomia e a autogestão são importantes para a vida do empreendimento.

A segunda parte foi dedicada à análise teórica do conteúdo do Estatuto e do Regimento da Cooperativa, abrindo a possibilidade para perguntas dos cooperados. Foi um momento muito rico, em que as dúvidas puderam ser levantadas, sendo o texto esclarecido para os cooperados presentes.

No terceiro momento, após o almoço, aicineira apresentou alguns documentos e suas características que fazem parte da rotina administrativa de uma cooperativa, mostrando exemplos em slides desses documentos: ofício, convite, ata, declaração.

Por fim, foi organizada uma roda de conversa e definiu-se que o instrumento que lhes possibilitaria acesso rápido e fácil aos elementos mais importantes do estatuto teria o formato de banner, cuja exposição nas paredes da cooperativa cumpriria a função de melhorar a comunicação da cooperativa com os cooperados e com as pessoas que quisessem ingressar ou conhecer a realidade do empreendimento, material que lhes poderia somar autonomia. Nesta ocasião, também conversou-se sobre o conteúdo desses banners. Encerraram-se os trabalhos com a música de Raul Seixas “Tente outra vez”, (anexo 1), a fim de compartilhar a ideia de recomeçar sempre, mesmo que haja algum empecilho; uma atitude positiva, principalmente em se tratando de trabalho com grupos de pessoas, na busca incessante da união que os cooperados entendem estar precisando na cooperativa.

Ressalta-se que os cooperados aparentavam estar muito satisfeitos, alegres e bem entrosados, com grande expectativa para o dia. Foram distribuídas agendas e canetas para que anotassem o que achassem necessário durante a palestra da qual participariam.

Observou-se que dois cooperados — entre os mais velhos — tinham dificuldade em acompanhar a palestra e algumas vezes aparentaram sonolência ou desatenção, um deles precisando levantar para lavar o rosto. No entanto, no momento da roda de conversa, demonstraram bastante interação, apresentaram dúvidas e deram sugestões para os *banners*.

A maior questão de um deles era com relação à divisão das sobras, questão esta que foi esclarecida e, posteriormente, colocada em um dos *banners*, de modo a deixar a informação sempre ao alcance dos cooperados e de quem mais fosse visitar a cooperativa.

O próximo encontro foi marcado para o dia 12/12/2015, iniciando pela parte da manhã, ocasião em que foi servido o lanche. No primeiro momento, os cooperados

foram orientados para escreverem seus nomes em um crachá previamente confeccionado e do outro lado do crachá, suas expectativas com relação à cooperativa.

Depois disso, solicitou-se que eles dissessem seus nomes e lessem o que escreveram acerca de suas expectativas. Observou-se que os dois participantes mais velhos tiveram muita dificuldade nesta tarefa, mas pediram ajuda dos colegas que estavam ao lado, para poderem escrever.

Depois da socialização dos crachás e das expectativas, a pesquisadora Nancilene apresentou um vídeo curto de motivação sobre trabalho em equipe e solidariedade, intitulado “União, força e trabalho em equipe”¹⁶, bastante apreciado pelos participantes. Em seguida, propôs-se uma dinâmica em grupo para que se pudesse expor a compreensão de cada um deles acerca do significado de solidariedade (Figura 8), após terem assistido a uma pequena apresentação em slides sobre o tema.



Figura 8 - Trabalhando o tema solidariedade em grupo. Acervo das pesquisadoras.

O retorno a esta temática se deu para que se pudesse verificar e fixar o conteúdo da oficina trazida pela pesquisadora Alanne, no encontro anterior. Foram entregues cartolinas, tesoura, cola, canetas hidrocores e revistas para que os cooperados compusessem um cartaz intitulado SOLIDARIEDADE (Figura 9).

¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-B14YsJpPCU>>. Acesso em 20/05/2015.



Figura 9 – Cartaz construído pelos grupos. Acervo das pesquisadoras.

A apresentação dos grupos foi bastante significativa, durante as quais, houve as seguintes falas:

Como vocês podem ver: isto é um círculo [mostrando o trabalho feito por seu grupo]. [...] Um grupo é um círculo; é uma aliança. Vocês sabem onde começa uma aliança? Ou onde finda uma aliança? Não... porque todo mundo é igual. [...] Então trabalho em equipe é desse jeito. [...] Então: uma gestão unida nos tornará campeões. [...] Hoje as mulheres elas têm a horta ecológica. Mas é só uma que trabalha? Não. É todo mundo se ajudando, na solidariedade. Se eu não tenho, outro já vem e ajuda, como foi muito bem explicado. [Fazendo alusão ao vídeo] Uns estavam caindo... o que é que aconteceu? Outros foram lá e... “Não... você não pode cair, porque você é importante pra nós. Você não pode desistir” [...] [apontando para um personagem de seu trabalho] Se sair esse daqui, já vai fazer falta. [...] Então, todo mundo tem que trabalhar junto em prol de um objetivo só. (G. – cooperado)

[...] Num grupo, você tem que refletir e opinar. Então, antes de você dar qualquer opinião, você tem que pensar. [...] Então, está terminando o ano? No final, coloquei uma frase: em vez de adeus, trago um até breve e um até sempre; e você é parte disso. Então quer dizer: está terminando o ano, não quer dizer que a cooperativa vai terminar. Vai sair cooperados? Vai. Mas a cooperativa não vai acabar. Nem que fiquem poucos [...] Novos diretores, novo presidente... Vamos trabalhar juntos para ter melhoria no ano de 2016. Se erramos, falhamos, vamos trabalhar para não acontecer mais isso. (F. – cooperada)

Também para verificar o alcance da oficina anterior e para ampliá-la, foi apresentado um vídeo sobre cooperativismo, após o que os cooperados foram orientados a se dividirem em dois grupos e escreverem em balões de fala um resumo sobre o que significava cooperativismo. Para tanto, eles deveriam se reunir e discutir como escreveriam no balão. Surgiram as seguintes definições:

União de várias pessoas trabalhando em benefício dos cooperados e das comunidades; confiança; solidariedade. (Grupo de Trabalho A)

É um grupo organizado que trabalha em união para a melhoria de todos e da comunidade. (Grupo de Trabalho B)

Em seguida, foi distribuído e lido o texto “A Fábula do Beija-Flor”, de Wangari Maathai (Anexo 2), que fala da importância de se fazer a sua parte em qualquer atividade, e do poder de dar exemplo, mostrando, também, que a qualquer luta só traz resultado quando se está unido ao outro.

Então, houve uma conversa aberta sobre o conteúdo do texto e, logo após, solicitou-se que os grupos conversassem entre si e definissem que ações poderiam ser consideradas ações de cooperação no interior do empreendimento. Os grupos, assim, deveriam escrever essas ações em círculos de cartolina, para enfeitar o pinheiro — símbolo do cooperativismo — que já estava colado na parede desde o início do dia, transformando-o em uma árvore de Natal, pedindo-se, também, que os participantes fizessem a relação entre essas ações pensadas, o símbolo do cooperativismo e o espírito de Natal. Os grupos socializaram suas ações e disseram a relação que faziam com o Natal, já que todos os participantes eram cristãos.

Depois da socialização, o grande grupo foi dividido em três equipes e cada uma recebeu material para desenvolverem o tema: Como cada cooperado pode contribuir para o crescimento da cooperativa? Os grupos se reuniram em locais distintos da sede para poderem confeccionar o cartaz do grupo.

Os cartazes foram socializados para o grande grupo e discutiu-se a concepção de cada um. Os trabalhos também foram afixados junto aos outros, na parede da sede, após o que procedeu-se à avaliação deste encontro e cantou-se em grupo a música de Ivan Lins, “Depende de nós”, cuja letra encontra-se no anexo 3 e foi, no dia, projetada na parede por meio do data-show. Os cooperados foram levados a refletir acerca da relação dos temas trabalhados com a letra da música, e sobre a importância da cooperação de todos no sentido de transformar a realidade. A manhã foi encerrada com o almoço, que contou com a colaboração de todos, encerrando, também os trabalhos do dia.

O próximo encontro aconteceu no dia 17/12/2015 e o dia iniciou-se, após o café da manhã coletivo, com a “dinâmica dos astros da amizade”. Para o desenvolvimento desta dinâmica, cada cooperado recebeu uma cartela com o nome de um astro: Sol, Lua, etc (anexo 4). O narrador faz a leitura de um texto e os

participantes no momento agiram como o astro que lhes coube. A dinâmica foi utilizada como descontração, objetivando também refletir acerca do valor da amizade e sobre a relevância da participação de cada um para o sucesso da cooperativa.

O primeiro tema trabalhado no dia foi Economia Solidária. Para tanto, buscou-se resgatar a compreensão do grupo acerca da economia capitalista, de modo a fazer uma comparação com os princípios da economia solidária. A atividade dialogada, com troca de vivências, foi escolhida para que não se tornasse cansativa. Além disso, solicitou-se que os cooperados dessem exemplos de experiências vivenciadas em sua comunidade, lembrando que o conhecimento do lugar onde vivemos e trabalhamos é fundamental para empoderar o grupo, já que a melhoria da comunidade reflete-se na melhoria de cada um e vice-versa.

Depois, apresentou-se à audiência um vídeo a respeito de economia solidária, enfatizando suas dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas, solicitando-se após a esta apresentação, que os cooperados apontassem as partes que mais lhes chamaram a atenção.

A pesquisadora Nancilene, então, distribuiu tarjetas e canetas para que os participantes, distribuídos em grupos, escrevessem o que entendiam sobre economia solidária. Os registros foram lidos e apreciados pelos demais grupos. Estes registros foram posteriormente digitados, trazidos para a cooperativa e colados ao lado do acervo, que ficou como resultado de todos os encontros.

A seguir, passou-se a refletir acerca de Cultura Organizacional e foi elaborado um cartaz com os elementos que a compõem. A cada elemento foi sendo dado o significado e pedia-se a participação dos participantes para identificar na cooperativa como aquele elemento se concretizava.

Assim discutiu-se como se davam as relações interpessoais na cooperativa; como os cooperados identificavam o “clima” da organização; como se estabeleciam as relações de ensino-aprendizagem, como se davam as oportunidades para que o processo ocorresse; quem eram os trabalhadores que compunham a cooperativa e quais as características deles; como estavam estabelecidas as relações de poder no interior do empreendimento; que tipo de liderança havia na cooperativa; e, por fim, as crenças e os valores do grupo. E, ainda, o que precisava ser desenvolvido.

Após este momento riquíssimo de participação daquele grupo, foi veiculado o vídeo “Aprender a Aprender”¹⁷, postado por Mauro César, que enfatiza que o ato de aprender consiste em ter fé de que iremos conseguir, enquanto persistimos. Buscamos a vida que existe no maravilhamento da aprendizagem e não apenas na reprodução do que vemos de imediato. O conhecimento é construção, é produção; e a aprendizagem é o momento mágico de nossa realização interior; somos nós que damos vida e sentido àquilo que aprendemos. O vídeo também enfatiza a importância da participação do “outro” nas construções do conhecimento e que, por meio dele, conquistamos horizontes.

O vídeo em questão não possui texto escrito, ele se desenvolve apenas com imagem com um fundo musical e, apesar de não ser hermético, é de uma interpretação bastante ampla, dando margem a muitas reflexões. Os cooperados ficaram muito concentrados durante a projeção do vídeo, que possui sete minutos e quarenta e nove segundos de exibição. Em seguida, eles foram chamados a exteriorizar o que haviam sentido e a explicar a razão do nome do vídeo ser “aprender a aprender”. A maioria dos cooperados falou acerca da persistência para conseguir algum objetivo; disseram também que “aprender é como magia” (L. – cooperada). Entendeu-se que o objetivo do vídeo foi alcançado.

Foi feita uma pausa para o lanche e, em seguida, apresentou-se a música “Eterno Aprendiz”, de Gonzaguinha (anexo 5). Os participantes cantaram e dançaram ao som da música. Após este momento de descontração, os participantes foram levados a refletir sobre a letra da música.

O tema seguinte foi Autogestão e, antes de começar com os aspectos teóricos, foi feito um “*brainstorm*”¹⁸ acerca do que os cooperados poderiam entender sobre autogestão. Após esta abertura, apresentou-se o conceito e discutiu-se com os cooperados sobre seu significado e sua execução. Foi feita a comparação da gestão de cooperativa com a gestão de uma empresa tradicional capitalista, acentuando-se as características de cada uma e os aspectos positivos que se podem encontrar no modelo da autogestão, e a necessidade da aprendizagem constante, a fim de que todos possam participar efetivamente da gestão da cooperativa, se não como membro

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pz4vQM_EmzI>. Acessado em 20/07/2015.

¹⁸ Técnica também utilizada para iniciar um assunto, e que consiste em registrar as pré-noções acerca de um tema, para, então, clarificá-las.

da equipe gestora, ao menos como participante crítico que entende o que deve ser feito e possa cobrar e sugerir.

Dando prosseguimento, a pesquisadora Nancilene orientou-os a distribuírem-se em três grupos que deveriam discutir um texto sobre autogestão e apresentar ao grande grupo suas conclusões.

A fim de ampliar a ideia da importância da participação de cada indivíduo para o bem-estar e crescimento de todo o grupo, foi proposta a atividade “Uma história de sucesso se constrói com grandes estrelas”. Cada cooperado recebeu uma folha de papel A4, lápis, borracha, canetas hidrocores e estrelas recortadas, a fim de que eles fizessem seu autorretrato, atentando para as características pessoais. Cada autorretrato receberia uma estrela que lhe seria atribuída.

O processo de desenvolvimento desta atividade foi muito interessante, pois diversos participantes não possuíam habilidades para o desenho. No entanto, todos participaram e tentaram fazê-lo, trocando impressões uns com os outros, acerca de seus desenhos e de suas características: o chapéu que um costumava utilizar teve que ser colocado na figura, o comprimento do cabelo, o modo como arrumava o cabelo — partido ao meio —, sardas no rosto, além de outras características com as quais o grupo não concordava e que, na opinião de um e de outro, deveriam ser retiradas do desenho. Percebeu-se, também, tato no lidar com a imagem do outro: características que alguns sabiam que uma determinada pessoa não gostava eram, em surdina, colocadas de lado, na hora das apreciações. Nesta atividade, as pessoas mais velhas também sentiram mais dificuldade, embora não tenham deixado de participar.

Ao compor o mural com os retratos, as observações não cessavam: o cabelo de um, o nariz do outro, o pescoço muito comprido. Tudo em um clima bastante leve e divertido. Foi dada ênfase na mudança do mural a cada retrato que era colado nele. Os participantes escolhiam o melhor lugar para colocar o retrato, para colar a estrela, ajudando a compor o quadro. Perceberam as diferenças individuais pessoais, pois o autorretrato possibilita a autoavaliação, e conseguiram compreender que as diferenças fazem parte do grupo, mas não impedem a participação efetiva de cada um para o crescimento de todos, ou seja, para a composição do quadro.

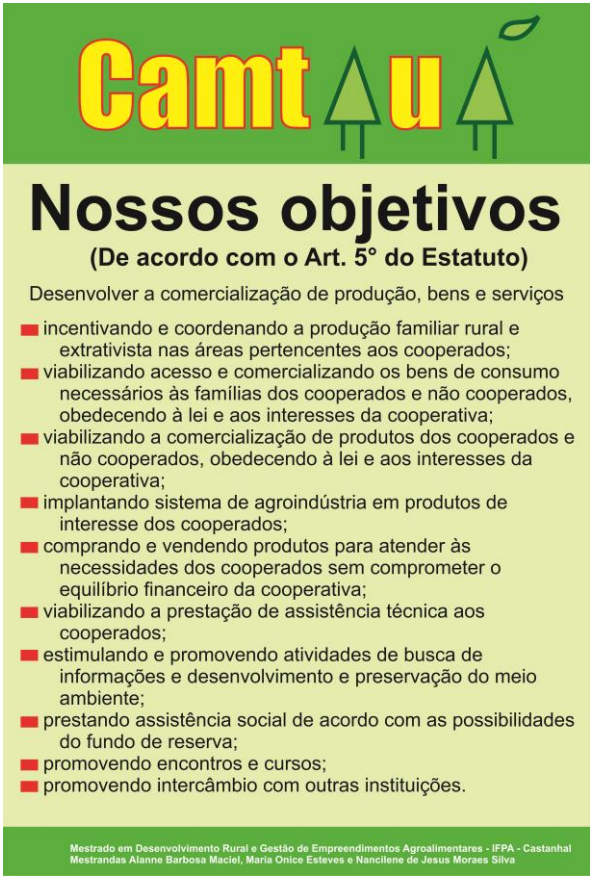
Além disso, entenderam, também, que eles são os protagonistas: se queremos mudança, nós é que teremos que realizá-la. É verdade que foi pouco mural para todos os retratos, mas os componentes do grupo resolveram a questão,

escolhendo outras partes da parede para continuar a colocar o retrato, já que, por fim, toda a parede seria o mural da formação.

Em seguida, propuseram-se os temas “quem sou” e “o que posso fazer”, objetivando o compartilhamento de algumas histórias e experiências de vida, buscando encontrar pontos em comum com a própria história.

Esta dinâmica proporciona oportunidade para desenvolver o sentimento de empatia entre as pessoas, ao mesmo tempo que possibilita o repensar de antipatias possíveis, pois muitas vezes não se sabe sobre as dificuldades que uma determinada pessoa passou para conseguir realizar suas atividades atuais. As pessoas tendem a se aproximar mais ou, ao menos, começam a pensar mais a respeito, o que gera a possibilidade de uma gestão melhor dos conflitos interpessoais.

Neste momento, houve a entrega dos banners elaborados de acordo com as demandas apresentadas pelos cooperados, para que pudessem estar sempre presos às paredes, de modo a auxiliá-los quando quisessem explicar para alguém as características da cooperativa.



Camt u

Nossos objetivos

(De acordo com o Art. 5º do Estatuto)

Desenvolver a comercialização de produção, bens e serviços

- incentivando e coordenando a produção familiar rural e extrativista nas áreas pertencentes aos cooperados;
- viabilizando acesso e comercializando os bens de consumo necessários às famílias dos cooperados e não cooperados, obedecendo à lei e aos interesses da cooperativa;
- viabilizando a comercialização de produtos dos cooperados e não cooperados, obedecendo à lei e aos interesses da cooperativa;
- implantando sistema de agroindústria em produtos de interesse dos cooperados;
- comprando e vendendo produtos para atender às necessidades dos cooperados sem comprometer o equilíbrio financeiro da cooperativa;
- viabilizando a prestação de assistência técnica aos cooperados;
- estimulando e promovendo atividades de busca de informações e desenvolvimento e preservação do meio ambiente;
- prestando assistência social de acordo com as possibilidades do fundo de reserva;
- promovendo encontros e cursos;
- promovendo intercâmbio com outras instituições.

Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares - IFPA - Castanhal
Mestrandas Alanne Barbosa Maciel, Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva



Camt u

Como ser cooperado?

(De acordo com o Cap. III do Estatuto)

Para ser cooperado da CAMTAUÁ:

- PRECISA ser agricultor familiar ou extrativista e exercer atividade agrícola dentro da área onde a cooperativa atua;
- PRECISA solicitar, em qualquer época do ano, por escrito e ser apresentado por, pelo menos, três cooperados que tenha um ano de inscrição;
- PRECISA conhecer nosso estatuto e concordar com os direitos e deveres dos cooperados;
- PRECISA ter sua solicitação aceita pela diretoria, pagar, pelo menos, a cota-parte mínima e assinar seu registro;



Todos os sócios devem manter seus cadastros atualizados, principalmente se mudarem de endereço.

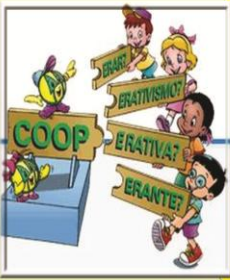
Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares - IFPA - Castanhal
Mestrandas Alanne Barbosa Maciel, Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva

Figura 10– Banners 1 e 2. Acervo da autora.

Camt u

QUANTO PAGAR PARA SER UM COOPERADO CAMTAUÁ?

(De acordo com Art 24 do Estatuto)



Cada cooperado está obrigado a subscrever, no mínimo, dez quotas-partes de R\$20,00 (vinte reais), ou quantas quiser, desde que não seja mais do que 1/3 do total do capital social da cooperativa. Ou seja, desde que não seja maior do que o capital social da cooperativa, dividido por três.

Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares - IFPA - Castanhal
Mestrands Alanne Barbosa Maciel, Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva

Camt u

NOSSOS DIREITOS (De acordo com Arts. 14 e 15 do Estatuto)

- PARTICIPAR de todas as reuniões, votar e ser votado;
- Apresentar propostas e encaminhamentos;
- EXIGIR informações sobre as atividades da cooperativa;
- Deixar de ser cooperado se quiser, devendo encaminhar um pedido por escrito.

NOSSOS DEVERES

- Pagar a(s) cota(s)-parte(s);
- Cumprir o estatuto;
- Entregar a produção planejada pela cooperativa;
- Zelar pelo bom funcionamento e pelo patrimônio da cooperativa;
- Comunicar mudança de endereço.



Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares - IFPA - Castanhal
Mestrands Alanne Barbosa Maciel, Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva

Figura 11– Banners 3 e 4. Acervo da autora.

Camt u



Como são divididas as sobras?

(De acordo com Cap. XI do Estatuto)

- 20% - fundo de reserva de capital: reparar prejuízos e desenvolver a cooperativa.
- 20% - fundo de assistência técnica, educacional e social dos cooperados;
- 40% - fundo de investimento: investimentos na produção;
- 20% sobras: em assembleia se decide se vão ser divididas entre os cooperados ou se serão reaplicadas na cooperativa.

Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares - IFPA - Castanhal
Mestrands Alanne Barbosa Maciel, Maria Onice Esteves e Nancilene de Jesus Moraes Silva

Figura 12 – Banners 5. Acervo da autora.

Os banners foram solicitados pelos cooperados, pois consideraram ser uma forma mais adequada para a necessidade deles naquele momento, trazendo informações relevantes do estatuto.

Dando prosseguimento, refletiu-se sobre o valor das pessoas que nos cercam, das coisas simples da vida e da importância de serem aproveitadas as oportunidades que aparecem diante de cada um, com a letra da música “Epitáfio”, de Sérgio Britto, interpretada pelos Titãs (anexo 6). Todos cantaram e apresentaram suas considerações acerca do que entendiam e sentiam ao ouvir e cantar esta canção. Alguns posicionamentos foram interessantes:

É importante... depois a gente morre, né? Nem fez nada... (F. – cooperado)

Mas eu acho que a gente não deve andar muito distraído, não. Senão muita coisa pode acontecer de errado. (L. – cooperado)

Acho que a música fala de aproveitar mais a vida e respeitar as pessoas, dando mais valor às pequenas coisas que a gente pensa que são pequenas, mas vai ver e são aquelas que são grandes. (G. – cooperado)

As falas acima, que apenas exemplificam o total de depoimentos que se pôde colher na ocasião, atestam que o objetivo da atividade foi alcançado e, após breve avaliação do dia, passou-se ao almoço, encerrando esta etapa do Ciclo de Oficinas, estando combinado que as pesquisadoras retornariam para o último encontro no dia 19/12/2015.

Como em todos os dias de oficinas, iniciou-se com a arrumação do local, dos equipamentos e do material trazido pelas pesquisadoras para as oficinas, e com o café da manhã.

A primeira reflexão foi sobre o texto “Mais ou Menos”, de Chico Xavier (anexo 7), por meio do qual conversou-se sobre o que significa “fazer as coisas mais ou menos” ou “ser uma pessoa mais ou menos”. Avaliou-se, ainda, como cooperados da CAMTAUÁ, o que significaria ser “um cooperado mais ou menos”, “participando da cooperativa mais ou menos”. Com esta abertura de trabalhos, passou-se a tratar do tema “autonomia”, dando-se ênfase à autonomia tanto do indivíduo quanto da cooperativa.

Discutiu-se a importância de se construir uma vida para a cooperativa que não fosse apenas atrelada aos interesses próprios de quaisquer pessoas ou empreendimentos, não significando, com isso, que ela está desvinculada do mundo que a cerca. Os cooperados compreendem:

A gente não pode só ficar esperando pelo pedido da Natura. É claro que a gente sabe que pra nós é muito importante a Natura, mas a gente não pode só depender dela. Tem que fazer outras coisas. (M. – cooperado)

A gente acha que a central de informática aqui que vamos montar a gente vai poder ter mais um dinheiro para algumas despesas de cada mês. Isso vai ajudar a gente a ir vivendo por conta própria. Vai dar mais autonomia para a cooperativa, não é? (G. – cooperado)

Além disso, os participantes falaram a respeito da autonomia dos cooperados em prol da cooperativa.

Também não podemos ficar esperando a boa vontade dos outros, que isso é ruim. A gente mesmo pode correr atrás de melhorar a gente, aprender mais. (F. – cooperado)

É por isso que a gente quer entender essas coisas, pra não ficar dependendo de ninguém. Aprender com as outras pessoas está certo, mas depender delas, não. (N. – cooperada)

Toda formação é valiosa. E a gente pode pensar em agente mesmo ir ensinando as pessoas sobre as coisas da cooperativa. Os banners podem ajudar nisso. (V. – cooperada)

O próprio modelo de oficina foi pensado para demonstrar que a autonomia é possível, pois sua construção se deu com o grupo e não para o grupo, como pressupõe a Educação do Campo. Enfatizou-se, também, que toda esta formação só foi possível, devido à participação de todos os presentes, pois a essência do conhecimento vivenciado durante as oficinas, desde o começo, estava exposta nas paredes, formando um mural bastante significativo, elaborado por cada um do grupo.

O trabalho foi rapidamente avaliado pelas equipes, que demonstraram satisfação em ter participado desta etapa, visto que sentiram maior facilidade em falar sobre o tema.

Depois do lanche, trabalhou-se a música de Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei das flores” (anexo 8), com o intuito de motivar o grupo para o tema que se iria tratar em seguida: participação.

Desenvolveu-se com o grupo o conceito de participação, dando ênfase à assunção da responsabilidade, principalmente no que concerne à vida da cooperativa, pois ela é uma empresa, cujo sucesso depende do trabalho de cada um dos cooperados.

Os cooperados participaram, dando exemplos de participação e de responsabilidade dentro da cooperativa e, logo em seguida, a pesquisadora Nancilene colocou um cartaz na parede que representava o caule de uma árvore. A dinâmica

proposta consistia em construir a copa desta árvore com as mãos dos participantes, utilizando-se, para isso, a tinta goache. Os cooperados, em pares, puderam escolher uma cor de tinta e, com um pincel, deveriam pintar a mão direita de seu par, devendo, juntos, carimbar suas mãos no lugar em que deveria estar a copa da árvore, simbolizando que qualquer mudança, qualquer realidade diferente, só pode ser construída com a participação de todos.

A atividade foi muito divertida, principalmente porque muitos dos participantes não estavam acostumados a este tipo de trabalho, com a utilização da tinta de maneira lúdica, mesmo porque, ao final das oficinas as pessoas já estavam mais à vontade trabalhando juntas.

Como os trabalhos estavam chegando ao fim, procedeu-se a uma atividade avaliativa, solicitando que cada participante deveria escrever os pontos positivos e os pontos a melhorar nas oficinas que foram vivenciadas com eles, desde o início. As opiniões escritas por eles foram lidas em voz alta e, em seguida, também compuseram um painel que foi exposto na parede da sede.

É importante ressaltar que não lhes foi pedido para classificar as atividades em “bom”, “regular” ou “ruim”, por exemplo. Mas para que eles colaborassem no sentido de apontar como se podia fazer melhor. Este tipo de avaliação dá ao cursista a certeza de que ele está colaborando com o trabalho dos formadores, sendo, deste modo, co-responsável por formações futuras quer sejam deles ou de outras pessoas. Além disso, também faz com que os participantes reflitam de uma maneira mais assertiva, procurando dar sugestões, ideias.

Como penúltima atividade desenvolvida, propôs-se a dinâmica “azarado mais sortudo”, que consiste num jogo de bingo às avessas, onde quem tem o número chamado, deixa de participar; ganha um brinde — biscoitos, pipocas, chocolates — quem por último ficar no jogo. Esta maneira de se construir o bingo demonstra que devemos prestar atenção aos pontos de vista e às posturas que assumimos diante das situações, já que o que é considerado “azar” tradicionalmente (não ter o número), é justamente o fator indicativo da sorte, sob um outro ponto de vista.

Pediu-se, também, em seguida, que fosse feita uma avaliação sistemática dos trabalhos, preenchendo um questionário simples (anexo 10), observando avanços e limites.

Para o final, a música de Gonzaguinha, “Nunca pare de sonhar” (anexo 9), interpretada por Erasmo Carlos, foi a mensagem que as pesquisadoras quiseram dar

aos participantes. No entanto, houve a surpresa preparada pelos cooperados, que fizeram uma paródia e a apresentaram, emocionando ambas.

4.5.1. A avaliação feita pelos cooperados

O questionário que os cooperados responderam ao final do Ciclo de Oficinas (anexo 10) visou a oferecer às pesquisadoras uma resposta sistematizada acerca de todo o trabalho vivenciado com os participantes, pois considera-se que a avaliação é um processo fundamental para as construções futuras, no que concerne ao juízo de valor, para se observarem as ações positivas, as que ainda precisam ser melhoradas, bem como o alcance dos objetivos propostos, para que se tome uma atitude com relação àquilo que foi avaliado (LUCKESI, 2002).

Com relação ao tempo de duração do processo, os cooperados consideraram adequado, embora alguns tenham se ressentido de que poderia ter sido mais longo:

Sim, conseguimos alcançar os objetivos mas claro que se tivesse mais um pouco mais seria melhor mas estão de parabéns (Cooperado L)

Sim, tempo suficiente para aprender (Cooperado V.)

Ressalta-se que, embora todos tenham respondido à pergunta, algumas respostas falaram mais do alcance dos objetivos do que do tempo de duração do processo em si. Observem-se algumas respostas a este item e que destoaram:

Sim, pois foram muito importante os objetivos colocados sobre o que é cooperativismo, mas ficou claro a importância de um cooperado (Cooperado I).

Sim, porque fez com que nos sentíssemos bem donos da Camtauí (Cooperado M.)

Sim, pois o conteúdo foi bem objetivo com o que queríamos saber (Cooperado E)

Mesmo assim, observou-se, por depoimentos como esses, que os cooperados sentiram que a demanda levantada nas oficinas de construção para levantamento das temáticas que norteariam os trabalhos foram atendidas.

Atenta-se, portanto, para os princípios da Educação do Campo, quando se trata da participação dos sujeitos na construção dos conteúdos que serão base para sua formação e também para a inserção de sua cultura e de seu modo de aprender

para o alcance dos objetivos partilhados, como instrumentos de garantia de direitos cidadãos (CALDART, 2011; ARROYO, 2011).

Ao serem perguntados acerca da metodologia, precisaram ser esclarecidos quanto ao termo. Em resposta, as pesquisadoras disseram a eles que estavam perguntando sobre a forma como os conteúdos foram trabalhados, sobre o formato de oficina. As respostas foram positivas:

Com certeza, porque todos participaram e se envolveram diretamente com as oficinas (Cooperado V)

Sim, fazendo com que todos se envolvessem (Cooperado E)

Sim, favoreceu, pois todos foram envolvidos no aprendizado (Cooperado B)

Favoreceu coisas que a gente ainda não tinha feito, a gente terminou fazendo (Cooperado M).

Sim, aprendemos mais interagindo um com os outros. A falar e ouvir também (Cooperado I).

Sim, descobrimos que o grupo é um só com a união de todos (Cooperado F).

Sim, com isso muitos de nós compreendemos que se envolver e participar é muito importante para o crescimento de todos (Cooperado G.)

Como se pôde observar nos depoimentos colhidos por meio dos instrumentos de avaliação aplicados e devolvidos pelos participantes, a experiência e o ponto de vista dos cooperados reiteram, com clareza, a opinião de Caldart (2005) acerca das oficinas e do trabalho coletivo, pois estes permitem a participação ativa dos sujeitos durante todo o processo de construção do conhecimento, sem entendê-los como simples receptores.

Pensar na escola [ou qualquer ambiente de formação] como uma **oficina de formação humana** quer dizer pensá-la como um lugar onde o processo educativo ou o processo de desenvolvimento humano acontece de modo intencionalmente planejado, conduzido e refletido para isso. (CALDART, 2005, p. 247)

Entendendo-se aqui a formação humana como uma formação integral, holística e com responsabilidade que, embora parta do interior humano e de seu local, possa vir a alcançar uma visão bem mais ampla, planetária, sistêmica, como defende Morin (2000).

Desse modo, o caráter participativo possibilita que os conhecimentos construídos por cada sujeito envolvido no grupo esteja em contato com as demais

experiências ali existentes, e, no movimento dialógico de conflito e negociação, possam idealizar as soluções adequadas para os problemas coletivos, exercitando a autonomia e a democracia.

Voltando à avaliação aplicada, foi perguntado a respeito do conteúdo abordado nas oficinas vivenciadas, de modo a saber se foram adequados e se atenderam às expectativas dos participantes. Foram colhidos depoimentos, dos quais ressaltam-se os seguintes:

Sim, principalmente saber como fazer parte de uma cooperativa, quais são os nossos direitos e deveres (Cooperado L).

Sim, a oficina abriu a mente dos cooperados de coisas que não sabia e também do que acontecia (Cooperado F.).

Sim, pois relembrar nunca é demais (Cooperado G)

Sim, todos os conteúdos foram de suma importância, sem eles não conseguiríamos entender o que é cooperativa (Cooperado I).

Sim, pois foi esclarecidos vários pontos, sobre cooperativismo (Cooperado B)

Sim, pois aprendemos coisas novas (Cooperado M)

Sim, muito importante que possamos colocar em prática foram muito essencial para o crescimento da cooperativa (Cooperado V)

Sim, saberes que pretendo colocar em prática (Cooperado S)

Observa-se pelos depoimentos que, enquanto alguns conseguiram relembrar os assuntos, a maioria considerou diversos pontos como novidades, embora não se tenha aprofundado demasiado nos temas, mas apenas passeado pelos conceitos com atividades práticas, bem como utilizado os exemplos dos próprios sujeitos para ilustrá-los.

É importante perceber, portanto, que as teorias — o pensar e o sistematizar — são essenciais, mas não podem vir alijadas do fazer. Do modo como se pensa a educação e, mais precisamente, a Educação do Campo, as práticas pedagógicas precisam estar coerentes com um

processo que se orienta por um projeto de sociedade e de ser humano, e se sustenta pela presença de pessoas com saberes próprios do ofício de educar, pela cooperação sincera entre todas as pessoas que ali estão para aprender e ensinar, e pelo vínculo permanente com outras práticas sociais (seja para estar em sintonia ou em contradição com elas) que começaram e continuaram essa tarefa. (CALDART, 2005, p. 248)

Os cooperados, em seguida, foram questionados, no instrumento de avaliação, sobre quais foram os pontos positivos da proposta de formação que se efetivou com a realização das oficinas. As respostas foram muito animadoras:

A solidariedade de uma parceria em trazer novos conhecimentos para todos na cooperativa (Cooperado B)

A união é a força de vontade de aprender e crescer junto a cooperativa (Cooperado I)

União dos cooperados (Cooperado M)

A organização de compromisso com nós enquanto cooperados, a metodologia em si foi positivamente ótimo (Cooperado F)

Tudo foi bom porque a gente ainda não tinha feito muita coisa. Foi uma maneira divertida de aprender sobre as coisas da cooperativa. Gostei. (Cooperado V)

Tudo, pois o objetivo foi alcançado que foi colocar na mente e no coração a realidade sobre o cooperativismo e a economia solidária (Cooperado L)

Entende-se que é necessário avaliar, e que este ato deve partir da observação dos pontos positivos, mas não deve parar neste movimento. Analisar os pontos que ainda precisam ser melhorados é essencial para o crescimento de todos — pois enseja o ato de refletir sobre o fazer — e também da proposta de formação nela mesma, pois, para construí-la, é feita uma escolha de ação, mas

não é uma escolha que pode ser feita de uma vez para sempre; o processo de escolha é ele mesmo um dos elementos fundamentais do movimento pedagógico [...], que precisa estar em sintonia com o movimento da realidade e do processo de formação de seus sujeitos. (CALDART, 2005, p. 253)

Assim, os participantes foram indagados, também, sobre aqueles pontos que deveriam ser melhorados nas oficinas. Observem-se as respostas abaixo, que ilustram a opinião dos participantes:

Um pouquinho mais de envolvimento dos outros cooperados que não participaram da oficina, pois perderam uma sólida formação (Cooperado G)

Tenho certeza que tudo melhorou o que a gente vinha fazendo. Foi bem dinâmica, e nos fortaleceu no cooperativismo (Cooperado V)

Na minha opinião não tiveram pontos que precisam ser melhorados, o que vocês fizeram foram ótimos. (Cooperado S)

Foi excelente, ótimo. Fiquei muito interessado nesse, diferente dos cursos que passaram. Mas também foram importantes. (Cooperado F)

Dessas opiniões, somando-se os pontos positivos e os negativos e analisando-os em consonância, infere-se que o mais precioso no trabalho de formação é, sem dúvida, seu caráter coletivo de construção conjunta, pois percebem-se — não só nas opiniões escritas no instrumento de avaliação ora analisado, mas na conduta observada no cotidiano das oficinas aplicadas — interações plenas de significado. O movimento de ajudar os mais velhos que não conseguiam produzir certas ações, a disponibilidade de ajudar a completar uma tarefa, a vontade de discutir e conversar com um outro antes de decidir a dar uma resposta, ratificou a existência de alteridades legítimas — a aceitação do legítimo outro na convivência. (MATURANA, 1998, p. 8).

Em Caldart pode-se encontrar a expressão simples, mas consistente para embasar o construto oficina em contato com este legítimo outro, quando ela afirma que “as pessoas se educam nas ações, [...] conformando o jeito de ser humano” (2005, p. 245). Mesmo porque, quando se visita Perrenoud (2002), compreende-se que a solidariedade, mesmo sendo sociologicamente improvável, é possível, mas ninguém pode ser solidário sozinho, é um fato social complexo. E é papel dos pesquisadores, ajudar a verbalizar a complexidade do mundo.

CONCLUSÃO

Avanços históricos não se dão de um dia para o outro. Eles se constroem de maneira paulatina e, muitas vezes, duramente, até conseguirem se estabelecer. E não param, pois as sociedades humanas são dinâmicas, assim como a vida o é.

Ao observar as trajetórias das lutas das comunidades campesinas pela identidade de sua escola e de sua educação, e perceber o resultado presente transformado em política pública no atual Plano Nacional de Educação (2014), pode-se considerar que o avanço foi significativo. Basta revisitar o PNE do ano de 2001, como brevemente se fez.

Entende-se, portanto, que o atual Plano reflete melhorias conceituais concernentes ao reconhecimento das populações do campo e das florestas, sendo sinal de que mais ganhos estão por vir. No entanto, ressalta-se a necessidade da participação da sociedade de modo a garantir que os avanços evidenciados no Plano Nacional de Educação de 2014 sejam postos em prática. As pessoas precisam conhecer-lhe o conteúdo para poderem acompanhar sua efetivação dentro da comunidade, garantindo os direitos que ele prevê, senão transformar-se-á em “letra morta”. A sua implementação, neste momento, torna-se o objetivo principal e o esforço, neste sentido, é mais uma vez, social.

Sendo um dos instrumentos para o desenvolvimento do bem-estar e do bem-viver das comunidades do campo e das florestas, a educação precisa ocupar seu lugar no centro dos debates, e isto deve começar no “chão da comunidade”, ou seja, os principais sujeitos da educação — aprendizes-ensinadores — precisam conversar a respeito dos fazeres educativos e seu significado para toda a comunidade, apontando fraquezas e buscando soluções. Além disso, precisam trazer as questões da comunidade, construindo, juntos, as ações necessárias.

A experiência vivida junto aos cooperados da CAMTAUÁ, durante cerca de um ano, mostrou que uma comunidade viva, apesar de fatores limitantes, possui condições de seguir seu percurso, pensando problemas e soluções. Não se pode acreditar que os problemas todos serão resolvidos de um momento para o outro, mesmo porque, quando um problema é solucionado, muitos outros surgem em decorrência das novas situações que emergem.

Assim, a comunidade cooperada — neste caso, os membros da CAMTAUÁ — buscam cada vez mais construir sua autonomia e sua cultura organizacional, para

poderem fazer com que as relações com as empresas capitalistas, mais especificamente nesta situação, a Natura, não se configurem como laços que prendem e sufocam e os tornem submissos, mas que sejam possibilidades, mais braços de ação da cooperativa.

As oficinas realizadas como fundamento para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso, aqui apresentado nos apêndices, se transformaram em oportunidades de conhecer o grupo, criar relações mais estreitas, o que levou a perceber que os níveis de escolaridade podem ser fatores que inibem algumas pessoas, certas vezes, mas que não lhes tolhem o discernimento que a experiência com a vida e o trabalho lhes dão.

É com o poder de ser dono de seu tempo e de seu trabalho que eles se habituam cada vez mais a gerir seu empreendimento, a sua cooperativa, razão pela qual foram assertivos quando expuseram suas dúvidas e seus desejos com relação às oficinas que vivenciaram e ao curso que seria projetado.

Entende-se, neste momento, que os objetivos expostos na introdução deste trabalho, foram alcançados, dos quais o geral consistiu em analisar os limites e as potencialidades existentes na gestão da Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá, para fundamentar a construção de uma proposta de formação continuada, com base nos pressupostos metodológicos da educação do campo.

Assim, verificou-se que os cooperados precisam desenvolver sua cultura organizacional, convivendo mais uns com os outros e compreendendo melhor a vida da cooperativa. Verificou-se, também, que há necessidade de ampliar o conhecimento nas áreas de comunicação, língua portuguesa e informática, já que os cooperados passarão a contar com um centro de informática na sede da cooperativa, o que lhes ampliará o alcance das ações, ressaltando-se que não se pode limitar o acesso dos cooperados por nível de escolaridade, levando todos eles a desenvolverem os potenciais que possuem e ampliá-los.

Ainda se observou que o formato de oficina, com trabalhos interdisciplinares e em conjunto propiciou melhor percepção dos conceitos e ajudou a desenvolver um pouco mais a capacidade de expressão dos cooperados mais tímidos. Outro ponto a ser considerado é a necessidade de que o quadro da cooperativa demonstre maior possibilidade de renovação e continuidade, incentivando os jovens da comunidade a fim de que eles possam conhecer a cooperativa e compreender sua importância para

aquela localidade, principalmente, com relação àqueles que fazem parte das famílias já cooperadas.

Percebeu-se, também, a importância de se conhecer bem as pessoas às quais se dirige o planejamento. O perfil dos cooperados que foi construído, muitas vezes com informações que se entendeu, vez ou outra, como absolutamente desnecessárias, mostrou-se um instrumento muito poderoso na hora de construir falas e direcionar os trabalhos. Entendia-se a realidade daquelas pessoas.

Por fim, compreendeu-se — e também os cooperados compreenderam — que não se pode esperar de braços cruzados, pois a luta por ideias, por ideais e pelo direito de ser em essência, com todo o acervo de fatores que isso significa, precisa continuar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação básica e o movimento social do campo. IN: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação do campo**. 5ª ed, São Paulo: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel. A Educação básica e o movimento social do campo. IN: ARROYO, Miguel GONZALES; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Coordenação da articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Brasília, 1999. Disponível em:< <http://www.educampoparaense.org/Coleção%20Vol.pdf>> Acessado em 07/04/2016.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. 1. Ed., Lisboa-PT: Plátano Edições Técnicas, 2003.

AVELAR, Kattia. A. B.; MAYBUK, Sérgio Luiz (OR); AVELAR, João Marcos Borges (CO-OR); SOUZA, Adalberto Dias de (CO-OR). **Estudo aplicado sobre a gestão da Cooperativa Popular Vale do Rio Cantu – COOVRCAN**. V Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Paraná, 2010.

BRASIL. **Decreto organiza políticas públicas educacionais no campo**. Portal do MEC/ Assessoria de Comunicação Social, 04/11/2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16002:decreto-organiza-politicas-publicas-educacionais-no-campo&catid=208> Acesso em: 20/06/2014.

BRASIL. Cidadania: organização social e políticas públicas: **Caderno Pedagógico Educandas e Educandos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 26 de junho de 2003**. Estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios firmados entre particulares e que não envolvam conhecimento tradicional associado ou componente da fauna silvestre. Brasília: CGPG/MMA, 2003.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 25 de março de 2004**. Estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios que envolvam acesso a componente do patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado providos por comunidades indígenas ou locais. Brasília: CGPG/MMA, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB; Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. **Parecer nº 36/2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2001.

BRASIL. **Lei 13005/14 | Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>> Acesso em: 20/07/2014.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 20/07/2014.

BRASIL. **A Economia Solidária.** Portal do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>. Acesso em 17/03/2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Portal do MEC.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816> Acesso em : 12/06/2014.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; ZAMBERLAN, Luciano; SPAREMBERGER, Ariosto; NAUJORK, Senírio; GRAEF, Cleber; BÜTTENBENDER, Bruno N. **Estudo sobre as cooperativas agropecuárias no território missineiro brasileiro, argentino e paraguaio.** II EBPC - Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, Rio de Janeiro 2014.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Caldart.pdf>> Acesso em: 12/05/2014.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. IN: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação do campo.** 5ª ed, São Paulo: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. O Currículo das Escolas do MST. IN: **Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos.** Brasília: UNESCO, RAAAB, MEC, 2005.

EID, Farid. Economia solidária, desenvolvimento organizacional e cooperativismo rural. IN: LOPEZ, Jose Daniel Gomez (org). **Estrategias y acciones de desarrollo rural através de cooperativas y emprendimientos solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil).** Espanha: Editora da Universidad de Alicante, 2011.

EID, Farid. **Cadenas agroalimentarias asociativas em la economia Solidaria.** Universidade de Alicante/UFPA, 2012.

EVANGELISTA, Izabel Alcina Soares. Planejamento Educacional: Concepções e Fundamentos. IN: **Revista Perspectiva Amazônica,** ano 1, vol 2, Santarém, PA, 2011.

FERNANDES, Elisângela. Desigualdades em campo. **Revista Educação**, agosto/2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>>. Acesso em: 12/05/2014.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Um olhar sobre os movimentos sociais no campo no Brasil**. Interface, Porto Nacional/TO, v1, n1, p 77-85, maio/2004. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/323/221>>. Acesso em: 12/05/2014

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. IN: Bahia Análises & Dados, v. 12, n.1, Salvador: SEI, jun 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5ª ed, São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p.15)

FREITAS, José Alfredo Pereira; GEHRKE, Laerde Sady; DREWS, Gustavo Arno. Relacionamento do quadro social com a Cotripal: um olhar para a fidelização como diferencial econômico. IN: BÜTTENBENDER, Pedro Luís (org). **Gestão de Cooperativas**: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Unijuí, 2011.

GNOATTO, Almir Antonio; RAMOS, Celso Eduardo Pereira; PIACESKI, Enelde Elena; BERNARTT, Maria De Lourdes. Pedagogia da Alternância: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. **XLIV Congresso da SOBER** "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento". Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/941.pdf>>. Acesso em: 20/11/2016.

ICA. **International Co-operative Alliance**: co-operative enterprises build a better world. Disponível em: <<http://ica.coop/en/international-co-operative-alliance>> Acesso em: 20/06/2016.

IFPA. **Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA**. Belém, Pará, 2015. Disponível em: <<http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais/proen-pro-reitoria-de-ensino/1557-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino-no-ifpa/file>> Acesso em: 22/05/2016.

IFPA. **Resolução nº 235/2014, de 05 de novembro de 2015**. Belém: Conselho Superior – CONSUP, 2014.

LEITE, Márcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

LISBOA, Armando de Melo. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. IN: **Revista Outra Economia**, Volume II, Nº 3, 2º semestre/ 2008. Disponível em: <www.riless.org/otraeconomia> Acesso em 20/04/2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13a ed, São Paulo: Cortez, 2002.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula et al. **Políticas públicas da educação do campo: desafios à formação continuada de professores**. s/d. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/PatriciaCorreiaPaulaMarcoccia_res_int_GT1.pdf>. Acesso em: 12/05/2014.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Trad. José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. IN: WEEFFORT, Francisco C.(org.). **Os clássicos da política**. Vol. 1, 14.ed., São Paulo: Ática, 2011.

MIGUEL, Lovois de Andrade. A Pesquisa-Desenvolvimento na França e sua contribuição para o estudo do rural. **Seminário sobre sistemas de produção: conceitos, metodologias e aplicações**. Curso de PósGraduação em Agronomia – Produção Vegetal e Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/ UFPr, Curitiba, 1999, p.16 a 25

MORENO, Vitor. **Caapores têm única língua de sinais indígena catalogada no Brasil**. Sítio Novo em Folha, Folha de São Paulo. Disponível em <<http://treinamento.folhasp.com.br/linguasdobrasil/lingua-caapor.html>> Acessado em: 20/08/2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad.: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Rev. Técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2ª ed, São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

NEZILDA, Maria; KOYAMA, Culti Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil**: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

NOVAES, Francisco Antonio Maciel. Economia solidária como estratégia para emancipação humana. In: **Revista de Ciências Gerenciais**, v.16, n.24, 2012. Disponível em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/rcger/article/view/3643/2140> Acesso em 20/03/2015.

OCB. **O que muda com a lei N.º 12.690/2012**. Brasília: Sistema OCB, 2012.

OLIVEIRA, Fábio de. **Os Sentidos do Cooperativismo**: entre a autogestão e a precarização do trabalho. São Paulo: LTR, 2014.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.(Guia da escola cidadã; v. 7).

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de Economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/411-Manual_de_Economia.pdf> Acesso em: 20/03/2015.

PARÁ. **Lei 7780 de 26 de dezembro de 2013**. Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo no Estado do Pará e dá outras providências. Pará: ALEPA, 2013. Disponível em: <<http://www.pge.pa.gov.br/files/LO7780.pdf>>. Acesso em: 10/08/2016.

PAULA, Giles B. de. **Planejamento Estratégico, Tático e Operacional**: o Guia completo para sua empresa garantir os melhores resultados. Treasy, Planejamento e Controladoria, 2015. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-estrategico-tatico-e-operacional>>. Acesso em: 25/10/2015.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTEL, Magda D'Amico Teixeira; ZAMBERLAN, Luciano; BÜTENBENDER, Pedro Luís; DREWS, Gustavo Arno. A comunicação cooperativa como elemento para o fortalecimento da imagem: um estudo na Cotribá. IN: BÜTTENBENDER, Pedro Luís (org). **Gestão de Cooperativas**: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Unijuí, 2011.

PINTO, Synara de Almeida; MOREIRA, Maricéia Alzira. Economia Solidária. Oficina Regional de Economia Solidária. **Fóruns Municipais de E.P.S Campo das Vertentes**. Minas Gerais: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2010. Disponível em: <http://saojoaodelreitransparente.com.br/files/docs/Apostila_Desenvolvimento_Local_e_Economia_Solid%C3%A1ria_campo_das_vertentes.doc>. Acesso em: 18 de março de 2015.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-Ação**. Org.: Laura Suzana Duque Arrozola, Michel Jean-Marie Thiollent; Ed. e revis.: Farid Eid, Maria José de Souza Barbosa. Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do Campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Educação em Direitos Humanos)

PITAGUARI, Sinival Osorio. **A economia solidária no Brasil**: políticas públicas e desenvolvimento local. (Dissertação de Mestrado), Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/economia/arq/DISSERTACOES/SINIVAL%20-%20Economia%20Solidaria%20no%20Brasil%20-%20final.pdf>> Acesso em: 06/12/2015.

POJO, Cláudia. Capacitação em Gestão para Associações e Cooperativas. Material Apostilado. FASE Amazônia, 2015.

PRADO, Eleutério F.C. Do socialismo centralista ao socialismo democrático. IN: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Nº 39, Outubro, 2014. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/61/105>>. Acesso em 20/03/2015

PRETI, Oreste. **Produção de Material Didático Impresso**: Orientações Técnicas e Pedagógicas. Cuiabá: UAB/UFMT, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Ministério Público**: Doutrina do Promotor de Justiça Miguel L. Gnigler (Santa Catarina). s/d. Disponível em: < <http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id208.htm> > Acesso em 15/10/2013 .

SALGADO, Sullivan D. Fischer. **Teoria Geral da Administração II: As Funções Administrativas: A Função do Planejamento**. Santa Catarina: Estácio, 2003.

SANTOS, Boaventura De Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENAC. **Itinerários formativos: metodologia de construção**. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CPA, 2005.

SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. 5ª ed. revis. e atual. Curitiba: Ibpx, 2011.

SILVA, Leonardo Xavier da; HOLZ, Viviane Ratzmann. Gestão econômica e social das cooperativas. **O cooperativismo e seu comportamento diante do capitalismo atual: aspectos teóricos e evidências empíricas**. V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo. São Paulo, 2008. Disponível em: < http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/209-silva.pdf >. Acesso em 19/03/2015.

SILVA, Suely. O Movimento de Educação do/no Campo: Pressupostos Fundamentais. In: **Educação em Revista**, Marília, vol 12, n2, jul-dez 2011 p. 12

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. Atual, Florianópolis: UFSC, 2005.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. IN: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, Nº 34(2). São Paulo, maio de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 22/11/2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO

1. O tempo das oficinas foi adequado aos objetivos da proposta das oficinas?

2. A metodologia favoreceu o envolvimento e a participação do grupo nas oficinas?

3. Os conteúdos abordados foram essenciais para a vida em cooperativa?

4. O que foi positivo nas oficinas?

5. Quais foram os pontos que podem ser melhorados nas oficinas?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PERFIL

Formulário para coleta de dados do Diagnóstico Socioeconômico

PERFIL SOCIAL

1. Idade: _____
2. Sexo: () M () F
3. Naturalidade: _____
4. Estado civil: () solteiro () união estável () casado () divorciado () viúvo.
5. Número de filhos: _____
6. Escolaridade:
 () sem escolarização () Ens. Fund. Incompleto () Ens. Fund. Completo
 () Ens. Médio incompleto () Ens. Sup. incompleto () Ensino Superior
7. A casa em que você mora é: () Própria () Alugada () Outro.
 Especifique: _____
8. Que tipo de residência? () Alvenaria () madeira () Outro .
 Especifique: _____
9. Quantas pessoas moram na residência? _____
10. A sua residência possui energia elétrica? () Sim () Não
11. De onde vem a água usada para as necessidades básicas da família?
 () COSANPA () Rio, riacho ou vazante () Poço escavado
 () Poço artesiano () Açude ou lagoa
12. A Cooperativa é sua principal fonte de renda? () Sim () Não, se a resposta
 for não, qual é a principal?

13. Possui algum benefício social: () 1.sim () 2.não Se sim, qual? -

14. Qual a renda familiar mensal? () Até 1 SM () 2 a 3 SM
 () 4 a 5 SM () 5 a 6 SM () Acima de 6 SM
15. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar?_
 () Uma () Duas () Três () Quatro () Acima de cinco pessoas
16. Qual a renda advinda das atividades na Cooperativa?
 () Menos de um salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 a 3 salários mínimos ()
 De 3 a 4 salários mínimos () Acima de 4 salários mínimo.

**APÊNDICE D – PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA
CAMPUS CASTANHAL**

**PROPOSTA DE
PROJETO PEDAGÓGICO DE
CURSO FIC DE APERFEIÇOAMENTO EM CARÁTER ESPECIAL
EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

CASTANHAL (PA), 2015

SUMÁRIO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	123
II - APRESENTAÇÃO	123
III – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	123
IV - JUSTIFICATIVA.....	124
V - OBJETIVOS DO CURSO	125
5.1. Objetivo Geral	125
5.2. Objetivos Específicos.....	125
VI - PÚBLICO ALVO E FORMA DE INGRESSO.....	125
VII – PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO	125
VIII – DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO.....	126
IX – MATRIZ CURRICULAR	128
X – ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	137
X – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM	137
XI – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	137
XII – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE	138
XIII – INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS .	139
XIV – POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	139
XV – CERTIFICAÇÃO	139
XV – REFERÊNCIAS.....	139

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Inserir os dados a serem solicitados ao IFPA

COMISSÃO:

Cooperados da Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá - CAMTAUÁ

Profa. Maria Onice Esteves

Profa. Louise Rosal

COLABORADORES:

Pesquisadoras Nancilene de Jesus Moraes Silva

Alanne Barbosa Maciel

Ingrid Viégas Pinto

II - APRESENTAÇÃO

De acordo com o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA, 2015), os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) podem ser de Qualificação Profissional, de Aperfeiçoamento Profissional ou de Especialização Técnica de Nível Médio, bem como ter o caráter de Atualização — neste último caso, a carga horária mínima seria reduzida para 40 horas.

O regulamento em questão também prevê que entre esses cursos são considerados os cursos especiais abertos para a comunidade e que levarão em conta a capacidade de aproveitamento do público para o qual o curso estaria voltado, e não o nível de escolaridade, lembrando que, segundo o Art. 28, “os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” (IFPA, 2015, p.09).

III – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Demandante: Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - INCUBITEC

Ofertante: IFPA – Campus Castanhal

Local de Funcionamento do curso: IFPA

Número de vagas: 40

Número de turmas: 01

Ano de oferta: 2017

Escolaridade: não exigida

Turno de funcionamento: diurno

Modalidade de oferta: presencial

Duração: 21 semanas

Carga horária presencial: 162,75 horas, sendo 217 horas-aula de 45 minutos, aos sábados

Carga horária tempo comunidade: 9,75 horas/relógio, sendo 13 horas/aula de 45' Carga horária total: 172,5 horas sendo 230 horas/aula

Regime letivo: 4 meses

IV - JUSTIFICATIVA

De acordo com observações feitas em visita a uma Cooperativa Agroextrativista com a turma de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA-Castanhal, compreendeu-se que os desafios maiores para a sobrevivência daquele empreendimento, residiam, basicamente, em duas questões: gestão democrática e formação dos sócios, esta última implicando, também, a primeira. O problema relacionado à gestão diz respeito ao comprometimento dos sócios e à disponibilidade pessoal e de tempo para gerir o empreendimento coletivamente, colocando em segundo plano sua propriedade, em certos momentos. Paralelamente, é difícil encontrar outros sócios para assumir a função em rodízio, mesmo porque muitos deles não se consideram capazes de assumi-la, residindo aí uma limitação que carece de ações no sentido de capacitar as pessoas para as funções que a cooperativa demanda.

Este Projeto Pedagógico de Curso, justifica-se, portanto, pela demanda que existe com relação à formação de gestores de cooperativas, lembrando que todos os cooperados podem ser gestores, sendo resposta do IFPA, por meio da INCUBITEC, com base na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), que prevê que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica também oferecerão, para as comunidades, cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, dentre eles, cursos especiais voltados às demandas da sociedade, com vistas no fortalecimento comunitário e do desenvolvimento local. Esta proposta baseia-se, ainda, nos pressupostos da Educação do Campo, que considera a formação a partir das demandas dos formandos, e desenvolvendo-se na própria comunidade a que se destina.

V - OBJETIVOS DO CURSO

5.1. Objetivo Geral

- Capacitar os membros de cooperativas, a fim de ampliar sua capacidade de analisar e agir de maneira crítica sobre a realidade na qual trabalha, para que possam atuar na gestão do empreendimento de maneira mais confiante e assertiva.

5.2. Objetivos Específicos

- Auxiliar na construção de sensibilidade e compromisso social com seu empreendimento.
- Ampliar o alcance das ações dos cooperados, aumentando-lhes o sentimento de pertença e de co-responsabilidade.
- Atender as demandas trazidas pelos cooperados, de modo a ajudá-los a conhecer melhor seu empreendimento, aumentando sua visão de futuro.

VI - PÚBLICO ALVO E FORMA DE INGRESSO

Público-Alvo:

Membros de cooperativas de agricultura familiar

Forma de Ingresso:

O acesso ao curso dar-se-á por meio de processo de seleção, conveniado com as cooperativas, para o primeiro módulo do curso, de acordo com o Art 29 do Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA, 2015).

VII – PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO

O curso se destina a capacitar membros de cooperativas de agricultura familiar, caracterizando-se como curso de aperfeiçoamento profissional especial (IFPA, 2015) aberto

às comunidades cooperadas, levando em conta a sua capacidade de aproveitamento, e não o nível de escolaridade, com a finalidade de auxiliá-los a atuar na gestão dos seus empreendimentos, fundamentando-se no desenvolvimento humano integral e compartilhado, bem como nos pressupostos da Educação do Campo, que consideram fundamental que os processos educativos e de formação dos sujeitos do campo sejam desenvolvidos naqueles ambientes, além de serem pensados, elaborados e postos em prática pela comunidade participante da formação (CALDART, 2009), de modo a proporcionar que as soluções para os problemas vivenciados em seus locais de trabalho possam ser construídas pelos próprios cooperados, sem a ingerência de agentes estranhos externos ao grupo.

O cooperado gestor deve ter o domínio de um referencial teórico que se amplia com sua vivência durante os cursos de formação continuada, mesmo porque nem todos os cooperados possuem o mesmo nível de escolarização, mas todos podem atuar na gestão da cooperativa. Por isso mesmo, o presente curso apresenta uma proposta pautada nas experiências do grupo e secundadas por material teórico.

Desse modo, os egressos do curso deverão ser capazes de:

- ✓ compreender os princípios do cooperativismo;
- ✓ conhecer bem o estatuto e o regimento de seus empreendimentos;
- ✓ conhecer as pessoas com as quais trabalha, compreendendo a importância de manter uma boa relação com elas;
- ✓ acompanhar o trabalho dos cooperados, sabendo como buscar ajuda, caso necessário;
- ✓ compreender as atividades que devem ser desenvolvidas pela cooperativa para o bom andamento dos processos produtivos;
- ✓ comunicar-se bem e fazer fluir a comunicação entre os membros do grupo;
- ✓ atuar com autonomia e de modo compartilhado, a fim de buscar a autonomia do próprio empreendimento.

VIII – DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

Ficará a cargo do pessoal competente do Instituto.

IX – MATRIZ CURRICULAR

EIXO NORTEADOR Autonomia				
DISCIPLINAS	SUGESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	PERÍODO	CH	EMENTA
Português Instrumental	Leitura e Interpretação de Texto, individual e coletivamente; montagem de glossário de termos interessantes aos cooperados; produção de texto individual e coletivamente.	10 semanas	21 horas/relógio, sendo 28 horas/aula de 45'	Desenvolvimento da leitura e da capacidade de compreensão textual; vocabulário próprio das questões cooperativas e gerenciais, com uso de dicionário; produção de textos criativos e de textos próprios da vida da cooperativa; ata, ofício, carta, convite, e-mail, projetos
Informática	Manusear computadores e seus componentes internos e externos; Operar utilizando editor de texto e planilha de cálculo disponíveis, executando tarefas solicitadas e que sejam parte do universo da cooperativa. Criar um e-mail, se não possuir; enviar e-mail para os cooperados; enviar e-mail para a cooperativa.	10 semanas	21 horas/relógio, sendo 28 horas/aula de 45'	Hardware e software. Conceito de dados. Periféricos de entrada e saída de dados. Operações básicas com aplicativos de edição de texto; operações básicas com aplicativos de planilha de cálculos. Correio eletrônico
Projeto de Extensão	Alternância Pedagógica. Tema a ser definido pelo grupo. Sugestões: Mostras, Feiras	5 semanas	9h 45min horas/relógio sendo 13 horas/aula de 45'	Tempo Comunidade
Carga horária parcial			51h 45 min (hora/relógio), sendo 69 horas/aula de 45'	

EIXO NORTEADOR Gestão Financeira				
DISCIPLINAS	SUGESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	PERÍODO	CH	EMENTA
Economia	Leitura, interpretação e socialização de textos; Releitura de textos em forma de imagens. Debates 1215	10 semanas	20h 15 min horas/relógio, sendo 27 horas/aula de 45'	Conceitos básicos de Economia. Sistema econômico: estrutura e funcionamento. Oferta e procura: formação de preços de mercado. Estruturas de mercado. Economia solidária x economia do capital. O papel da economia solidária para a sociedade. Ecoeconomia.
Matemática Financeira Básica	Solucionar situações-problema. Psicodrama: o que fazer com as sobras deste ano?	10 semanas	20h 15 min horas/relógio, sendo 27 horas/aula de 45'	Juros simples e compostos; descontos simples e compostos; fluxo de caixa; taxas e impostos; calculando as sobras.
Cooperativismo	Leitura, interpretação e socialização de textos; Releitura de textos em forma de imagens; produção de cartazes; Produção de linha do tempo de sua cooperativa, com imagens.	5 semanas	20h 15 min horas/relógio, sendo 27 horas/aula de 45'	Breve histórico do cooperativismo no mundo e no Brasil; Princípios do Cooperativismo; Cooperativas x associações; Cooperativas que deram certo; Histórico de sua cooperativa.
Carga horária parcial			60h 45 min (hora/relógio), sendo 81 horas/aula de 45'	

BIBLIOGRAFIA

Economia

BRASIL. **A Economia Solidária**. Portal do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>. Acesso em 17/03/2015.

EID, Farid. Economia solidária, desenvolvimento organizacional e cooperativismo rural. IN: LOPEZ, Jose Daniel Gomez (org). **Estrategias y acciones de desarrollo rural através de cooperativas y emprendimientos solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)**. Espanha: Editora da Universidad de Alicante, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. IN: Bahia Análises & Dados, v. 12, n.1, Salvador: SEI, jun 2002.

LEITE, Márcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, 2009.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de Economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/411-Manual_de_Economia.pdf > Acesso em: 20/03/2015.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. IN: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005.

Cooperativismo

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; ZAMBERLAN, Luciano; SPAREMBERGER, Ariosto; NAUJORK, Senírio; GRAEF, Cleber; BÜTTENBENDER, Bruno N. **Estudo sobre as cooperativas agropecuárias no território missineiro brasileiro, argentino e paraguaio**. II EBPC - Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, Rio de Janeiro 2014.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Um olhar sobre os movimentos sociais no campo no Brasil**. Interface, Porto Nacional/TO, v1, n1, p 77-85, maio/2004. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/323/221>>. Acesso em: 12/05/2014

OLIVEIRA, Fábio de. **Os Sentidos do Cooperativismo**: entre a autogestão e a precarização do trabalho. São Paulo: LTR, 2014.

SILVA, Leonardo Xavier da; HOLZ, Viviane Ratzmann. Gestão econômica e social das cooperativas. **O cooperativismo e seu comportamento diante do capitalismo atual: aspectos teóricos e evidências empíricas**. V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo. São Paulo, 2008. Disponível em: < http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/209-silva.pdf>. Acesso em 19/03/2015.

EIXO NORTEADOR Legislação				
DISCIPLINAS	SUGESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	PERÍODO	CH	EMENTA
Aspectos Legais das Cooperativas	Leitura e Interpretação dos textos legais; Debates.	5 semanas	9h 45min horas/relógio sendo 13 horas/aula de 45'	Cooperativismo na Constituição Federal, Cooperativismo no Código Civil: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; constituição das Sociedades Cooperativas; fusão, incorporação e desmembramento; dissolução e liquidação; ato cooperativo e sistema operacional das cooperativas.
Constituição Legal de Cooperativas	Observação dos documentos da cooperativa; Análise do estatuto e do regimento da cooperativa, para esclarecer dúvidas e curiosidades.	5 semanas	9h 45min horas/relógio sendo 13 horas/aula de 45'	Estrutura da cooperativa. Aspectos organizacionais e legais para a criação de uma cooperativa. Documentação necessária à constituição e ao desenvolvimento de uma cooperativa.
Carga horária parcial			19h 30 min (hora/relógio), sendo 26 horas/aula de 45'	

BIBLIOGRAFIA

Aspectos Legais / Constituição Legal de Cooperativas

BRASIL. Assembleia da República. Lei nº 51, de 7 de setembro de 1996. **Código Cooperativo**. Brasília: Diário da República, I série-A, n.º 208, 07/09/1996.

BRASIL. **Código civil brasileiro e legislação correlata**. 2. ed., Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.690/2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Casa Civil, 2012.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **Cooperativa**. Brasília: Sebrae, 2014.

EIXO NORTEADOR Gestão				
DISCIPLINAS	SUGESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	PERÍODO	CH	EMENTA
Marketing	Traçar um plano de marketing simples em grupo para o empreendimento.	10 semanas	20h 15 min horas/relógio, sendo 27 horas/aula de 45'	Histórico e Fundamentos do marketing. O composto mercadológico. Análise do ambiente de marketing. Comportamento do consumidor. Valor para o cliente. Estratégias de Marketing. A imagem do empreendimento. Diagnósticos de pontos fracos e fortes do empreendimento. Plano de marketing.
Gestão de Cooperativa	Debates. Leitura e interpretação de textos. Releitura com imagens. Construção de Painéis. Psicodrama: Uma assembleia	10 semanas	20h 15 min horas/relógio, sendo 27 horas/aula de 45'	Conceito de gestão. A heterogestão e a heteronomia x a autogestão e a autonomia. As assembleias e as decisões do grupo: a construção coletiva. A comunicação interna e externa à cooperativa. As redes de parcerias. O processo produtivo; Cultura organizacional: conceito. Desenvolvimento da cultura organizacional do empreendimento.
Carga horária parcial			40h 30 min (hora/relógio), sendo 54 horas/aula de 45'	

BIBLIOGRAFIA

FREITAS, José Alfredo Pereira; GEHRKE, Laerde Sady; DREWS, Gustavo Arno. Relacionamento do quadro social com a Cotripal: um olhar para a fidelização como diferencial econômico. IN: BÜTTENBENDER, Pedro Luís (org). **Gestão de Cooperativas**: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Unijuí, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad.: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Rev. Técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2ª ed, São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

PAULA, Giles B. de. **Planejamento Estratégico, Tático e Operacional**: o Guia completo para sua empresa garantir os melhores resultados. Treasy, Planejamento e Controladoria, 2015. Disponível em: < <https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-estrategico-tatico-e-operacional>>. Acesso em: 25/10/2015.

PIMENTEL, Magda D'Amico Teixeira; ZAMBERLAN, Luciano; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DREWS, Gustavo Arno. A comunicação cooperativa como elemento para o fortalecimento da imagem: um estudo na Cotribá. IN: BÜTTENBENDER, Pedro Luís (org). **Gestão de Cooperativas**: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Unijuí, 2011.

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	
EIXO NORTEADOR	CARGA HORÁRIA
Autonomia	51h 45 min (hora/relógio), sendo 69 horas/aula de 45'
Gestão Financeira	60h 45 min (hora/relógio), sendo 81 horas/aula de 45'
Legislação	19h 30 min (hora/relógio), sendo 26 horas/aula de 45'
Gestão	40h 30 min (hora/relógio), sendo 54 horas/aula de 45'
TOTAL	172h 30min (hora/relógio), sendo 230 horas/aula de 45'

X – ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Tendo em vista a curta carga horária e a realidade conhecida dos cooperados, que são trabalhadores que não dispõem de muito tempo e oportunidade de estudos, as atividades de pesquisa e extensão farão parte integrante dos componentes da matriz curricular articulados entre si, desenvolvidas em grupos de trabalho, de modo simplificado, mas que se mostre completo e eficaz.

Pesquisa

Pretende-se que a pesquisa esteja inserida no Curso, sendo desenvolvida em caráter interdisciplinar, de forma a integrar as áreas de conhecimento, a fim de que os cursistas possam compreender a sua importância para a construção do conhecimento.

Extensão

A atividade de extensão proposta pelo curso será construída pelos participantes. Essa atividade pode vir a ser evento, oficina para a comunidade do entorno ou prestação de serviços, desenvolvida ao longo do período do curso, fazendo parte do “tempo comunidade”, conforme sugerido pela alternativa metodológica chamada de “Pedagogia da Alternância¹⁹”.

Sugere-se que a execução da atividade seja a culminância do curso.

X – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação deverá ser processual e constante ao final de cada aula e de cada conteúdo programático, utilizando-se de instrumentos variados, como resultado do conjunto de atividades propostas a cada aula-oficina.

A avaliação das atividades estabelecidas para o tempo comunidade constará de autoavaliação e do resultado da atividade executada pelo grupo.

XI – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

¹⁹ Alternativa metodológica pensada para a Educação do Campo que não se efetiva completamente no local onde a comunidade está inserida. No caso deste curso, considera-se como alternante o tempo da semana em que os cursistas não estarão em aula.

Como o curso possui caráter de aperfeiçoamento especial, sem exigência de nível de escolaridade, haja vista a realidade dos cooperados de agricultura familiar, serão considerados aprovados os participantes que obtiverem frequência superior a 75% do curso.

Estes deverão apresentar, por meio de um formulário previamente elaborado, a avaliação dos cursistas e das condições físicas em que ocorreu o curso, através de conceitos – “satisfatório” e “a melhorar” – podendo especificar em que termos deveriam acontecer as melhoras.

Também serão motivados a produzir autoavaliação durante todo o processo do curso, sendo-lhes permitida a expressão de suas observações sempre que assim o desejem. As avaliações do processo poderão estar expostas para a apreciação de todos, caso seja de consenso do grupo.

XII – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Conforme observado durante a pesquisa de campo com os cooperados da CAMTAUÁ, o modelo de oficinas e de construção coletiva mostra-se o mais indicado para o trabalho com o público a que este curso se destina, haja vista que se baseia nos pressupostos da Educação do Campo, que considera a formação no local de vivência dos participantes e originada das demandas da própria comunidade (CALDART, 2009).

O modelo de oficina, permite que os participantes trabalhem na concretização das ideias teóricas. Desse modo não deverá haver conceito teórico algum que não se concretize, imediatamente após ser trabalhado, por meio de uma atividade curricular prática, de preferência, em grupo e em cooperação. São tidas como atividades curriculares “toda aquela atividade considerada relevante para que o estudante adquira os saberes e as habilidades necessárias à sua graduação acadêmica e profissional” (CONSEPE/UFPA, 1999).

Sendo assim, serão privilegiadas as dinâmicas de grupo, os psicodramas, as canções e construções de paródias, os murais, painéis, debates e rodas de conversas, dentre outras atividades que poderão ser propostas pelo professor, mas que venham a ser discutidas com os demais professores, de modo a se fazer uma construção interdisciplinar, para o trabalho com os eixos norteadores propostos pelo curso.

Notadamente, os eixos estão divididos em disciplinas pela matriz curricular, por uma questão de organização, para que os conceitos necessários não se percam de vista. No entanto, a metodologia que aqui se propõe necessita articulá-las. Para tanto, os discentes precisam pensar e organizar previamente os trabalhos, junto com os formadores. Ressalta-se que o período previsto às disciplinas da Matriz Curricular não as fecha em módulos, mas as dispersam pelo decorrer do curso, a fim de facilitar as articulações possíveis.

XIII – INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ✓ 1 sala de aula, disponível aos finais de semana;
- ✓ Laboratório de informática;
- ✓ 5 Mesas para trabalho em equipe, com 08 cadeiras em cada;
- ✓ Computador (modelo notebook) e projetor para o ambiente de sala de aula;
- ✓ Materiais de papelaria diversos e em quantidade: cartolinas, folhas de laminado e papel colorset de diversas cores, cola, cola colorida, canetas coloridas (grossas e finas), cola, tesoura, revistas para recortar, lápis, lápis de cor, borracha, fitas adesivas, barbantes, folhas de EVA de diversas cores, 1m de TNT de diversas cores, 2 resmas de papel A4.

XIV – POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com o PDI 2014-2018 (IFPA, 2014), o IFPA – Castanhal tem desenvolvido ações de promoção de acessibilidade e atendimento às pessoas com deficiência; altas habilidades e superdotação; com transtornos do desenvolvimento; deficiências psicossociais; e transtornos específicos. Este documento relata que a instituição, antes conhecida como Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, entre os anos de 2001 e 2009, implementou políticas de inserção de pessoas com necessidades educativas especiais no mercado de trabalho.

Assim, as “premissas institucionais do IFPA- C. Castanhal [continuam expressando] a responsabilidade desta instituição, junto a sociedade, de garantir a efetividade das políticas educacionais de inclusão, estimulando um ambiente acadêmico que valoriza a diversidade” (IFPA, 2014, p.180).

XV – CERTIFICAÇÃO

Os alunos que obtiverem, no mínimo, 75% de frequência em cada disciplina do curso, estarão aptos a receber o certificado de participante do Curso de Aperfeiçoamento em caráter Especial em Gestão de Cooperativas

XV – REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Caldart.pdf>> Acesso em: 12/05/2014.

CONSEPE/UFPA, Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPA. 1999.

IFPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2014-2018.** Belém, 2014. Disponível em: < <http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais/dcom/pdi/1124-pdi-2014-2018-e-res-189-2014-consup/file>> Acesso em 15/07/2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – ATIVIDADE EM OFICINA

Tente Outra Vez

Compositor: Raul Seixas/ Paulo Coelho/ Marcelo Motta

Veja

Não diga que a canção está perdida

Tenha fé em Deus, tenha fé na vida

Tente outra vez

Beba

Pois a água viva ainda está na fonte

Você tem dois pés para cruzar a ponte

Nada acabou, não não não não

Tente

Levante sua mão sedenta e recomece a andar

Não pense que a cabeça aguenta se você parar,

não não não não

Há uma voz que canta,

uma voz que dança,

uma voz que gira

Bailando no ar

Queira

Basta ser sincero e desejar profundo

Você será capaz de sacudir o mundo, vai

Tente outra vez

Tente

E não diga que a vitória está perdida

Se é de batalhas que se vive a vida

Tente outra vez

ANEXO 2 - ATIVIDADE EM OFICINA

A Fábula do Beija-Flor

Wangari Maathai – Prêmio Nobel da Paz de 2004!

Era uma vez um que fugia de um incêndio juntamente com todos os animais da floresta. Só que o Beija-Flor fazia uma coisa diferente: apanhava gotas de água de um lago e atirava-as para o fogo. A águia, intrigada, perguntou: – “Ô bichinho, achas que vais apagar o incêndio sozinho com estas gotas?” – “Sozinho, sei que não vou”, respondeu o Beija-Flor, “mas estou a fazer a minha parte”.

Envergonhada, a águia chamou os outros pássaros e, juntos, todos entraram na luta contra o incêndio.

Vendo isto, os elefantes venceram seu medo e, enchendo suas trombas com água, também corriam para ajudar. Os macacos pegaram cascas de nozes para carregar água. No fim, todos os animais, cada um de seu jeito, acharam maneiras de colaborar na luta. Pouco a pouco, o fogo começou a se debilitar quando, de repente, o Ser Celestial da Floresta, admirando a bravura destes bichinhos e comovido, enviou uma chuva que apagou de vez o incêndio e refrescou todos os animais, já tão cansados – mas felizes...

Que possamos todos nós ter a coragem de fazer a nossa parte e a solidariedade de trabalhar juntos – na fé de estarmos abertos para as bênçãos do Sagrado...

ANEXO 3 – ATIVIDADE EM OFICINA

Depende de Nós - Ivan Lins

Depende de nós
Quem já foi ou ainda é criança
Que acredita ou tem esperança
Quem faz tudo pra um mundo melhor

Depende de nós
Que o circo esteja armado
Que o palhaço esteja engraçado
Que o riso esteja no ar
Sem que a gente precise sonhar
Que os ventos cantem nos galhos
Que as folhas bebam orvalhos
Que o sol descortine mais as manhãs

Depende de nós
Se esse mundo ainda tem jeito
Apesar do que o homem tem feito
Se a vida sobreviverá
Que os ventos cantem nos galhos
Que as folhas bebam orvalhos
Que o sol descortine mais as manhãs

Depende de nós
Se esse mundo ainda tem jeito
Apesar do que o homem tem feito
Se a vida sobreviverá
Depende de nós
Quem já foi ou ainda é criança
Que acredita ou tem esperança
Quem faz tudo pra um mundo melhor

ANEXO 4 - ATIVIDADE EM OFICINA - DINÂMICA

DINÂMICA: Os Astros da Amizade

Material necessário:

Cartõezinhos com os nomes dos astros: REI SOL, LUA, TERRA, MARTE, ESTRELA, SATURNO, PLUTÃO, MERCÚRIO E NETUNO.

Desenvolvimento:

Os participantes reúnem-se formando um círculo. A quantidade de cartões para cada astro é de acordo com o número de pessoas dividido por nove (quantidade de astros). Cada pessoa, no início do trabalho, recebe um cartãozinho com o nome do astro que será. O papel de cada um é realizar naquele momento a tarefa indicada pelo narrador. Lembrando-se de que todas as tarefas serão realizadas dentro do círculo.

Todos de pé, em círculo, o narrador convidará o grupo a participar de uma brincadeira onde cada astro desempenhará uma tarefa específica.

O narrador inicia a história e, cada vez que é citado um astro, a pessoa que possui o cartão correspondente executará a tarefa no centro da roda. Logo depois, retornará a seu lugar e os demais participantes farão o mesmo. Assim ocorre com todos os astros.

OS SEGREDOS DO UNIVERSO

Certa vez, no reino do Rei Sol, estavam todos os planetas e astros do universo reunidos procurando uma posição de equilíbrio e harmonia.

Os astros, possuindo suas características específicas, posicionavam-se uns muito longe e outros muito perto do Sol, mas sempre girando em torno dele, numa busca de satisfação.

Um dia, o Rei Sol resolveu convocar todos para um congresso muito importante. Ele pronunciou: O tema em questão será “O QUE É AMIZADE?”

Todos se prepararam. Ficaram de pé e se arrumaram para o tal congresso. A amizade, naquele reino, era a coisa mais importante e sabiam que cada amigo era um tesouro extremamente valioso.

O CONGRESSO

O primeiro a falar foi o Rei Sol que começou dizendo que amizade era distribuir apertos de mão a quem encontrava. Todos os astros concordaram e começaram a tocar nas mãos uns dos outros cumprimentando-se, identificando-se.

A Lua, logo em seguida levantou-se e disse que ser amigo era sorrir sempre. Ela sorriu e como um eco, todo o grupo fez o mesmo.

A Terra olhou para todos os presentes e disse: “Ser amigo é dar um abraço nas pessoas próximas”. E logo todos fizeram o mesmo. E com abraços todos se sentiam acolhidos e seguros. Estenderam os braços, aconchegaram-se e retornaram aos seus lugares.

Plutão interferiu dizendo que a amizade era muito mais, era também falar uma palavra de carinho e de estímulo ao amigo do lado. Elogios, votos de sucesso, reconhecimento, felicitações e votos de saúde e paz se espalharam entre os participantes. Uns encorajavam, outros anunciavam, todos se comunicavam.

Marte, na sua vez de falar, disse que amizade é caminhar junto de seus amigos. E, em ritmos diferentes, os passos, a harmonia e o balanço dos participantes iam nascendo no caminhar lado a lado com os amigos.

A Estrela disse que ser amigo é saber ouvir o outro. E todos começaram a escutar os cochichos íntimos dos amigos, segredos de dor, desabafos, sonhos e mágoas foram nesse momento confessados ao “pé do ouvido”.

Saturno com sua voz alta e clara disse que se demonstra a amizade quando somos flexíveis. Quando podemos nos mexer para todos os lados, como dança folclórica que tem remelexo, caracol e passa-passa. E todo o grupo começou a dançar.

Mercúrio tendo sua vez de falar, disse que ser amigo é suportar os pequenos atritos existentes no universo. E todos começaram a se mexer sem temer, esbarravam-se na confiança de que os atropelos são inevitáveis, suportáveis e passageiros.

Por fim, Netuno disse empolgado que ser amigo é dizer sempre; “Como é bom estar aqui com vocês!” e todos repetiam o mesmo; “COMO É BOM ESTAR AQUI COM VOCÊS!” Ao final do congresso, todos descobriram o valor de uma amizade para o

crescimento e melhor entrosamento entre todos. Descobriram que os atritos acontecem e irão continuar acontecendo. Devemos saber encará-los, procurando sempre manter o equilíbrio nos relacionamentos. E este é o grande segredo do universo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dramatização de todos os movimentos faz com que o grupo se aproxime e demonstre carinho, amor e amizade, conseguindo transmitir esses sentimentos ao outro que nunca teve coragem de manifestá-los.

Todos descobrem sentimentos que estavam ocultos e, dessa forma, deixam que se tornem explícitos. Os sentimentos, as relações de amizade e a forma de ver e entender o grupo tornam-se maduras, enriquecedoras e produtivas.

Disponível em: <<http://conectadonaescola.blogspot.com.br/2010/04/essa-dinamica-foi-um-sucesso-os-alunos.html>> Acesso em: 20/07/2015.

ANEXO 5 - ATIVIDADE EM OFICINA

Eterno Aprendiz

Gonzaguinha

Eu fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar.. (E cantar e cantar...) A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah meu Deus!
Eu sei... (Eu sei...) Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita

Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar.. (E cantar e cantar...) A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah meu Deus!
Eu sei... (Eu sei...) Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita

E a vida?
E a vida o que é diga lá, meu irmão?
Ela é a batida de um coração?
Ela é uma doce ilusão?
Mas e a vida?
Ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento?
O que é, o que é meu irmão?

Há quem fale que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota, é um tempo
Que nem da segundo,
Há quem fale que é um divino
Mistério profundo
É o sopro do Criador
Numa atitude repleta de amor
Você diz que é luta e prazer;
Ele diz que a vida é viver;
Ela diz que o melhor é morrer,
Pois amada não é
E o verbo sofrer.

Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé

Somos nós que fazemos a vida
Como der ou puder ou quiser

Sempre desejada
Por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
Só saúde e sorte

E a pergunta roda
E a cabeça agita
Fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita

Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar.. (E cantar e cantar...) A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah meu Deus!
Eu sei... (Eu sei...) Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita (bis)

ANEXO 6 - ATIVIDADE EM OFICINA

Epitáfio

Sérgio Britto

Devia ter amado mais
Ter chorado mais
Ter visto o sol nascer
Devia ter arriscado mais e até errado mais
Ter feito o que eu queria fazer
Queria ter aceitado as pessoas como elas são
Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar...

Devia ter complicado menos, trabalhado menos
Ter visto o sol se pôr
Devia ter me importado menos com problemas pequenos
Ter morrido de amor
Queria ter aceitado a vida como ela é
A cada um cabe alegrias e a tristeza que vier

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar...

Devia ter complicado menos, trabalhado menos
Ter visto o sol se pôr.

ANEXO 7 - ATIVIDADE EM OFICINA

Mais ou Menos

Chico Xavier

A gente pode morar numa casa mais ou menos, numa rua mais ou menos, numa cidade mais ou menos, e até ter um governo mais ou menos.

A gente pode dormir numa cama mais ou menos, comer um feijão mais ou menos, ter um transporte mais ou menos, e até ser obrigado a acreditar mais ou menos no futuro.

A gente pode olhar em volta e sentir que tudo está mais ou menos...

Tudo bem!

O que a gente não pode mesmo, nunca, de jeito nenhum...

é amar mais ou menos, sonhar mais ou menos, ser amigo mais ou menos, namorar mais ou menos, ter fé mais ou menos, e acreditar mais ou menos.

Senão a gente corre o risco de se tornar uma pessoa mais ou menos.

ANEXO 8 - ATIVIDADE EM OFICINA

Pra não dizer que não falei das flores

Geraldo Vandré

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer (bis)

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer (bis)

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer (bis)

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer (bis)

ANEXO 9 - ATIVIDADE EM OFICINA

Nunca Pare de Sonhar

Gonzaguinha

Ontem um menino
Que brincava me falou
Que o hoje é a semente do amanhã

Para não ter medo
Que este tempo vai passar
Não se desespere, nem pare de sonhar

Nunca se entregue
Nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar

Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será.